



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES “OSMAR DE AQUINO”
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS INGLÊS**

FRANCISCO EDINALDO DE PONTES

**UMA LEITURA DAS PERSONAGENS ELIZABETH E JANE EM UMA
PERSPECTIVA FEMINISTA, NO ROMANCE *ORGULHO E PRECONCEITO*, DE
JANE AUSTEN**

GUARABIRA

2019

FRANCISCO EDINALDO DE PONTES

**UMA LEITURA DAS PERSONAGENS ELIZABETH E JANE EM UMA
PERSPECTIVA FEMINISTA, NO ROMANCE *ORGULHO E PRECONCEITO*, DE
JANE AUSTEN**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, ao Programa de Graduação em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em Letras Inglês.

Área de concentração: Teoria e Análise Literária.

Linha de Pesquisa: Representações de gênero na Literatura e em outras linguagens.

Orientador: Prof. Dr. José Vilian Mangueira.

GUARABIRA

2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

P813I Pontes, Francisco Edinaldo de.
Uma leitura das personagens Elizabeth e Jane em uma perspectiva feminista, no romance Orgulho e Preconceito, de Jane Austen [manuscrito] / Francisco Edinaldo de Pontes. - 2019.
118 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Inglês) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. José Vilian Mangueira, Coordenação do Curso de Letras - CH."
1. Crítica Feminista. 2. Feminismo Político. 3. Sistema Patriarcal. 4. Submissão. 5. Subversão. I. Título
21. ed. CDD 305.42

FRANCISCO EDINALDO DE PONTES

**UMA LEITURA DAS PERSONAGENS ELIZABETH E JANE EM UMA
PERSPECTIVA FEMINISTA, NO ROMANCE *ORGULHO E PRECONCEITO*, DE
JANE AUSTEN**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, ao Programa de Graduação em Letras, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduado em Licenciatura Plena em Letras Inglês.

Área de concentração: Teoria e Análise Literária.

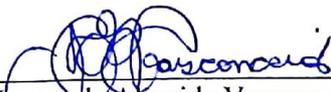
Linha de Pesquisa: Representações de gênero na Literatura e em outras linguagens.

Aprovada em: 27/ 11 / 2019.

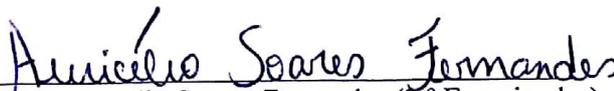
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Viliam Manguiera (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Ma. Clara Mayara de Almeida Vasconcelos (1.ª Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Auricélio Soares Fernandes (2.º Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Às quatro pessoas que sempre estiveram ao meu lado, tanto nos momentos de deleite quanto nos de aflições. Sempre me aconselhando, me dando forças e me ajudando a enfrentar as dificuldades na minha vida pessoal e acadêmica, e por sempre terem acreditado nos meus sonhos. À minha mãe Cristina, ao meu pai João, à minha irmã Beatriz e à minha melhor amiga e inspiradora Glenda, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, um ser onipotente, onipresente e onisciente. Por ser força maior para a minha existência, e a quem eu entrego a minha vida nos meus momentos de angústia, aflição e desespero. Lhe sou eternamente grato, my Almighty God.

Aos meus pais, Izabel Cristina Rufino Pontes e João Francisco de Pontes; e à minha irmã, Maria Beatriz de Pontes. Por sempre estarem ao meu lado, me apoiando em todas as minhas decisões, e a quem eu devo a oportunidade de ter cursado Licenciatura Pela em Letras Inglês. Sou eternamente grato a vocês, minha base, minha força, meu conforto, minha fonte primordial de inspiração. Eu não consigo descrever em palavras a gratidão que eu sinto por vocês. Em especial, à my Lady Mother, pelos sacrifícios que fez e faz por mim, pela sua garra, força, determinação, e por ser uma pessoa da qual eu admiro muito, e a quem eu devo a minha vida.

À minha melhor amiga, Josanille Glenda do Nascimento Ribeiro (Glenda), a quem me faltam as palavras para descrever o que eu sinto por ela. Se existe amor que transcende as barreiras do tempo e do espaço, eu sinto que o nosso é oriundo de vidas passadas. Lhe agradeço por tudo o que você fez e faz por mim, my Lady. Como eu sempre lhe digo: “ – Não há outra pessoa no mundo que me entende por completo além de você”. Muito obrigado por me ceder o seu ombro amigo sempre, por me consolar nos momentos de aflições, por me confortar nos meus momentos de tristeza, de angústia, e por me entender por completo. És uma mulher da qual eu admiro em todos os aspectos da vida e que se tornou minha maior fonte de inspiração. Saiba que eu lhe amo muito, my Lady. Ademais, friso que a sua amizade foi o melhor presente que a vida me deu, que ela perdure, e que ela transcenda vidas futuras.

Aos meus avós maternos e paternos, por serem berço de sabedoria para mim e por me ensinarem a saber lidar com as inconstâncias da vida. Muito obrigado por terem sido tão carinhosos e cuidadosos comigo e por me apoiarem a respeito das minhas escolhas. Em especial, ao meu avô materno Francisco Rufino (Chicó Rufino), por ser uma das minhas paixões e a quem eu devo a reafirmação das minhas raízes, pois ele nunca me deixou esquecer sobre quem eu sou e de onde eu vim.

Às Ladies Ananda, Cidinha, Jackeline, Taísa e Vanessa, por sempre me aconselhar, me dar forças, assim como o constante apoio moral e psicológico. Admiro todas vocês, e não esquecerei do que fizeram e fazem por mim. Se eu pudesse eu agradeceria a cada uma individualmente, mas a ocasião não me permite. Muito obrigado por suportar a convivência

comigo, pois eu sei que eu sou insuportável, às vezes. Eu espero que a nossa amizade permaneça para além da vida universitária. Ainda tomaremos muitos chazinhos e cafezinhos às 17:00 horas, my Ladies.

Estendo os meus agradecimentos aos meus amigos Jersey Ferraz e a Júlio Oliveira, por terem sido colegas de quarto acolhedores e, em seguida, terem se tornado meus amigos. Muito obrigado por toda a ajuda e por serem luz em minha vida. Em especial, a Júlio, pelas nossas conversas enriquecedoras sobre Literatura, História e Cinema, além dos nossos momentos de descontração e risadas inesquecíveis. Muito obrigado aos dois por serem dois irmãos que eu nunca tive, pois eu sei que eu posso contar com ambos.

Às minhas amigas Carla Ribeiro, Raíssa Ribeiro, Elina Pessoa, Vanessa Santiago e Lidiane Gomes, por sempre terem me ajudado, me aconselhado e me apoiado nas minhas escolhas. As características que eu identifico em Elizabeth Bennet são semelhantes às de vocês, my Ladies.

À minha prima Andrea Pontes e ao seu marido Diogo Rodrigues, por terem me concedido hospedagem quando eu mais precisei. Estendo o meu agradecimento à minha amada tia e madrinha Santana Pontes e ao seu marido, meu querido tio Francisco Nascimento, por também terem me disponibilizado hospedagem no início da minha graduação. Agradeço a admiração que os quatro sentem por mim.

Ao meu Professor Orientador Doutor José Vilian Mangureira (Lord Mangureira), por ter me auxiliado em minha experiência de Monitoria, PIBIC e TCC, sempre me aconselhando e me instruindo no campo acadêmico. A quem eu sou muito grato pela frequente paciência, compreensão e gentileza para com a minha pessoa. Lhe sou muito grato por ter despertado em mim o amor pela Literatura. Lhe agradeço por confiar em mim e ter abraçado com carinho o meu Projeto de Pesquisa do qual a presente Monografia é fruto. Agradeço pela sua perfeita orientação na produção do presente trabalho, sempre sendo muito prestativo, compreensivo e atencioso. Meu muito obrigado à Vossa Graça, my Lord.

À minha querida e amada Professora Mestre Clara Mayara de Almeida Vasconcelos (Lady Vasconcelos), a quem eu sinto muito admiração e a quem eu devo boa parte da minha formação acadêmica. Muito obrigado por sempre ter me ajudado em diversos aspectos e por sempre abraçar com carinho as minhas propostas. Eu espero continuar trabalhando em diversos outros projetos com a Vossa Graça, my Lady. Muitíssimo obrigado por ter aceitado o convite para a composição dessa banca examinadora.

Ao meu querido e amado Professor Mestre Auricélio Soares Fernandes (Lord Fernandes), por ter contribuído para a minha paixão e a construção do meu amor por Jane

Austen. Saiba que eu lhe admiro muito e que eu sou grato pela sua contribuição para a minha formação acadêmica. Você fez com que eu me apaixonasse ainda mais pela Literatura, você é um hino. Muitíssimo obrigado pela gentileza de ter aceitado o convite para a composição dessa banca examinadora.

À minha querida e amada amiga Professora Doutora Aldinida de Medeiros Souza (Lady Souza), pelas nossas discussões e conversas enriquecedoras e prazerosas sobre Literatura Portuguesa, Literatura Inglesa e sobre a Representação do Feminino na Literatura. Discussões essas das quais me acrescentaram em grande significância. Eu nunca conheci uma mulher tão humilde, bela, bem-educada, sofisticada, refinada, e de bom gosto. Bem instruída sobre linguagem, conhecimentos gerais, historiografia europeia e sobre Literatura. Lhe admiro muito, my Lady. Vossa Graça é uma verdadeira Duchess (Duquesa) e um ser de luz.

Às minhas ex-professoras de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa do Ensino Médio, e ao mesmo tempo, minhas amigas. À Michelle Pinto e à Katiúscia Quinto, por terem despertado em mim o amor pela Língua Inglesa. Por terem me incentivado a cursar Licenciatura Plena em Letras Inglês. Pessoas das quais eu admiro e que vieram do mesmo contexto que o meu, desse modo, compartilhamos de experiências semelhantes.

Aos meus colegas de Curso, pelo compartilhamento de conhecimentos e pelo companheirismo acadêmico.

Aos funcionários da UEPB, Campus III, Guarabira, em especial à Marcielly Félix e a Jonas Soares, pela frequente disponibilidade e por sempre terem me ajudado com muita precisão.

Às minhas Professoras de Campo dos Estágios Supervisionados I, II e III, Fabiana Fontes e Rose Silva, pelo compartilhamento de experiências, e por terem contribuído de forma significativa para a minha formação docente.

Aos Professores/as do Curso de Licenciatura Plena em Letras Inglês, da UEPB, Campus III, Guarabira, pela contribuição para a minha formação docente e acadêmica. Em especial, à Professora Doutora Luana Anastácia Santos de Lima, por ter me aconselhado e me dado forças em momentos de aflição.

A todos e a todas, meu muito obrigado.

“Sua lista de extensão de prendas comuns”, disse Darcy, “tem muitas verdades. A palavra é aplicada para muitas que a merecem, não de modo contrário àquelas que tecem bolsas ou pintam telas. Mas estou muito distante de concordar com você em sua estimativa das damas em geral. Não posso me gabar de conhecer mais do que meia dúzia, entre todas com as quais me relaciono, realmente prendadas.” “Nem eu, estou certa”, disse Miss Bingley. “Então”, observou Elizabeth, “você deve abranger muita coisa em seu conceito de uma mulher prendada.” “Sim, considero muita coisa nele.” “Ó! Certamente”, exclamou sua fiel assistente, “ninguém pode realmente ser considerada prendada se não ultrapassa em muito o que é geralmente tido como prendada. Uma mulher deve ter um vasto conhecimento de música, canto, desenho, dança e das línguas modernas para merecer a palavra; e, além de tudo isso, deve possuir um certo quê em seu semblante e modo de caminhar, o tom de sua voz, sua maneira de falar e suas expressões ou a palavra será meio merecimento.” “Tudo isso deve possuir”, acrescentou Darcy, “e a tudo isso ela ainda deve adicionar algo mais substancial, no aprimoramento de seu espírito com uma ampla leitura.” “Já não estou mais surpresa por você conhecer apenas seis mulheres prendadas. Agora me surpreendo por conhecer pelo menos alguma.” “É tão severa sobre o seu próprio gênero a ponto de duvidar da possibilidade de tudo isso?” “Nunca vi tal mulher. Nunca vi tal capacidade, gosto, aplicação e elegância, como você descreve, juntas” (AUSTEN, 2012, p. 51 e 53).

RESUMO

Desde o século passado, estudiosos da crítica feminista, dos estudos de gênero na literatura e dos estudos sobre a representação do feminino vêm buscando novas formas de explorar com maior profundidade obras literárias de autoria feminina, que apresentam aspectos que nos remetem ao pensamento feminista. Por muito tempo, o papel ativo da mulher na sociedade civil se tornou praticamente invisível, assim como sua atividade na escrita literária. Mas, com o tempo, o gênero feminino passou a ser alvo de estudos por diversas áreas do conhecimento, especialmente pela Literatura. Dessa maneira, o objetivo da presente pesquisa consiste em estudar a postura gendrada presente em Elizabeth em contraste com a postura conformista de Jane, no romance *Orgulho e Preconceito* (1813), de Jane Austen, na perspectiva da *Crítica Feminista* (2009) e do *Feminismo Político* (1970). O estudo justifica-se pela necessidade de analisar o romance *Orgulho e Preconceito* (1813), para que possamos identificar alguns aspectos que, às vezes, podem passar despercebidos aos leitores, tais como: o sistema patriarcal vigente; a desigualdade de direitos entre homens e mulheres; a exaltação da voz feminina no romance; a postura feminista implícita nas atitudes da heroína na narrativa; e o contraste entre as personalidades femininas no enredo. Metodologicamente, o nosso trabalho consiste em uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, com uma abordagem de interpretação textual, remetendo-se ao método dedutivo. Ademais, utilizaremos como principal instrumento de análise do romance o estudo de cunho estruturalista. Para o embasamento teórico da presente pesquisa, contamos com as ideias e as concepções de Brait (1987); Cândido (2018); Gancho (2006); Forster (2005); Mangueira (2012); Mckeon (1979); Millett (2003 [1968], 1970); Muraro (2000); Newton (1978); Perrot (2010); Zolin (2009); e Woolf (2019). Portanto, ao analisarmos a representação do feminino no romance, conseguimos discutir, através das personagens femininas de Austen, os modelos sociais das mulheres georgianas inglesas. Como vimos, essas não tinham outra saída, a não ser ter que obedecer aos preceitos da sociedade patriarcal, tendo sempre que se submeter a regras e convenções sócio-histórico e culturais de seu contexto. Ademais, vimos que o casamento, sendo apresentado como uma instituição do sistema patriarcal, é a única saída para as mulheres abastadas ou de classe média conseguirem estabilidade socioeconômica, o que reafirma a condição de submissão e inferioridade do sexo feminino. Em suma, de acordo com as concepções da *Crítica Feminista* (2009) e do *Feminismo Político* (1970), vimos que, através da releitura das personagens femininas, constatamos que a romancista constrói Jane Bennet como submissa para mostrar a total aceitação do seu contexto legal, civil e político. E, ao mesmo tempo, constrói Elizabeth Bennet como subversiva, que é apresentada na narrativa com o intuito de refutar todas as ações opressoras ao seu gênero, inclusive com relação à instituição do casamento.

Palavras-chave: Crítica Feminista. Feminismo Político. Sistema Patriarcal. Submissão. Subversão.

ABSTRACT

Since the last century, scholars of the feminist criticism, gender studies in literature and studies about the representation of the feminine have been searching for new ways to explore in greater depth literary works of female authorship, which present aspects that refer us to feminist thought. For a long time, the active role of women in civil society has become practically invisible, as so their activity in literary writing. But over time, the female gender has become the target of studies by several areas of knowledge, especially by Literature. In this way, the purpose of the present research consists in studying the feminist stance presented in Elizabeth in contrast to conformist stance of Jane, in the novel *Pride and Prejudice* (1813), by Jane Austen, in the perspective of the *Feminist Criticism* (2009) and of the *Political Feminism* (1970). The study is justified by the need to analyze the novel *Pride and Prejudice* (1813), so that we can identify some aspects that can sometimes pass by unnoticed to readers, such as: the prevailing patriarchal system; the inequality of rights between men and women; the exaltation of the feminine voice in the novel; the feminist stance implicit in the attitudes of heroine in the narrative; and the contrast between feminine personalities in the plot. Methodologically, our work consists of an exploratory research of bibliographical nature, with a textual interpretation approach, referring to the deductive method. In addition, we used as the main instrument of analysis of the novel the study of structuralist slant, as a way to enrich the work with accurate information obtained through detailed reading of the narrative. For the theoretical basis of the present research, we rely on the ideas and conceptions by Brait (1987); Cândido (2018); Gancho (2006); Forster (2005); Manguiera (2012); Mckeon (1979); Millett (2003 [1968], 1970); Muraro (2000); Newton (1978); Perrot (2010); Zolin (2009); and Woolf (2019). Therefore, as we analyze the representation of the feminine in the novel, we can discuss, through female characters by Austen, the social models of the english georgian women. As we have seen, these ones did not have other departure but to obey the precepts of patriarchal society, always having to submit to the socio-historical and cultural rules and conventions of their context. Moreover, we have seen that marriage, being presented as an institution of the patriarchal system, it is the only way for wealthy or middle-class women to achieve socioeconomic stability, what reaffirms the condition of submission and inferiority of the female sex. In short, according to the conceptions of the *Feminist Criticism* (2009) and of the *Political Feminism* (1970), we have seen that, through the rereading of female characters, we note that the novelist constructs Jane Bennet as submissive to show the total acceptance of her legal, civil and political context. And, at the same time, she constructs Elizabeth Bennet as subversive, which is presented in the narrative in order to refute all oppressive actions against her gender, including in relation to the institution of marriage.

Keywords: Feminist Criticism. Political Feminism. Patriarchal System. Submission. Subversion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MULHER E LITERATURA: CONSTRUÇÃO TEÓRICA	16
2.1 Crítica Feminista: uma introdução	18
2.2 Uma Introdução ao Feminismo Político de Kate Millett	25
3 DESVENDANDO JANE AUSTEN: VIDA E OBRA	35
4 REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM <i>ORGULHO E PRECONCEITO</i>	52
4.1 A representação do feminino no contexto oitocentista Inglês	58
4.2 Diálogo Crítico: leituras de <i>Orgulho e Preconceito</i>	69
4.3 Elizabeth e Jane como representações do feminino: subversão e submissão	84
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

1 INTRODUÇÃO

Desde o século passado, estudiosos da crítica feminista, dos estudos de gênero na literatura e dos estudos sobre a representação do feminino vêm buscando novas formas de explorar com maior profundidade obras literárias de autoria feminina, que apresentam aspectos que nos remetem ao pensamento feminista. Para além das obras da atualidade, observamos que os estudos sobre literatura feminista vêm dando visibilidade às obras de autoras que datam há mais de dois séculos, tentando, dessa maneira, analisar em suas narrativas aspectos que se apresentam como pertencentes à crítica feminista anglo-americana ou à crítica feminista francesa.

Por muito tempo, o papel ativo da mulher na sociedade civil se tornou praticamente invisível, assim como sua atividade na escrita literária. Mas, com o tempo, o gênero feminino passou a ser alvo de estudos por diversas áreas do conhecimento, especialmente pela Literatura, uma vez que essa última é nosso guia nessa jornada acadêmico-científica. A partir de estudos mais consistentes, percebemos que mesmo em uma época onde a mulher não poderia fazer uso da liberdade de expressão, seja ela por meio da Literatura ou por ações perante a sociedade civil, vemos que algumas autoras apresentam em sua escrita – mesmo que de uma forma muito sutil por parte de algumas delas – o que nos dias de hoje é considerado como uma literatura que detém características do feminismo. A exemplo disso, temos algumas escritoras que hoje são consideradas como precursoras e outras como continuadoras do movimento tanto através do ensaio histórico e da escrita crítica quanto da ficção, tais como: Mary Wollstonecraft (1759-1797), Jane Austen (1775-1817), Charlotte Brontë (1816-1855), George Eliot (1819-1880), Virgínia Woolf (1882-1941), Simone de Beauvoir (1908-1986), Michelle Perrot (1928), Clarice Lispector (1929-1977), Rose Marie Muraro (1930-2014), Kate Millett (1934-2017), dentre outras.

Considerada dona de um pensamento muito além de seu tempo, de acordo com a opinião de pesquisadores, Jane Austen (1775-1817) tem despertado o interesse dos estudiosos em literatura em diversos aspectos, dentre eles: a construção de heroínas em seus romances, cuja narrativa passa a ser contada sob a perspectiva da visão feminina. Apesar de seus escritos datarem mais de duzentos anos, o seu trabalho tem se destacado pela peculiaridade, ironia, particularidade, perdurando com a beleza e o encantamento da sua sutil maneira de fazer críticas à sua época, concretizando, dessa forma, o seu legado de escritora com ideias que consideramos transgressoras para o seu contexto. Seu trabalho não descreve apenas as belezas de sua época, mas a posição que as mulheres do século XVIII e XIX ocupavam na sociedade aristocrática e

provinciana inglesa. E é a partir desse cenário que a autora constrói as suas personagens femininas com o objetivo de ilustrar como funcionava a sociedade civil a respeito dos direitos, deveres e limitações das mulheres na era pré-vitoriana.

Desse modo, faremos uma leitura crítica sobre o romance georgiano *Pride and Prejudice* (*Orgulho e Preconceito*), da escritora Inglesa Jane Austen (1775-1817), publicado em 1813. Além da leitura crítica da presente obra, o objetivo geral do nosso trabalho consiste em estudar a postura gendrada presente em Elizabeth em contraste com a postura conformista de Jane, levando em consideração o contexto no qual ambas estão inseridas. Ademais, iremos apontar alguns pontos convergentes e divergentes da primeira personagem com relação a segunda, assim como o contraste de posicionamentos e racionalidade entre ambas. E por último, analisaremos as personagens como representações do feminino no contexto georgiano inglês, uma vez que o comportamento de Elizabeth está ligado à subversão e o de Jane à submissão.

Assim, ao lermos os trabalhos de Jane Austen (1775-1817) e ao analisarmos brevemente as suas narrativas, percebemos a crítica que ela faz aos padrões de sua época e a frequente denúncia da condição da mulher na sociedade oitocentista Inglesa. Por esse motivo, o presente estudo justifica-se pela necessidade de analisar o romance *Orgulho e Preconceito* (1813), para que possamos identificar alguns aspectos que, às vezes, podem passar despercebidos aos leitores, tais como: o sistema patriarcal vigente; a desigualdade de direitos entre homens e mulheres, ocasionada na maioria das vezes por esse último; a exaltação da voz feminina no romance; a postura feminista implícita nas atitudes da heroína na narrativa; o contraste entre as personalidades femininas dentro do romance; a forma como a autora vê a realidade de seu tempo e expõe através de sua escrita com ideias que consideramos transgressoras; o inconformismo da heroína com relação à sua posição em uma sociedade patriarcal; o conservadorismo extremo na sociedade provinciana e aristocrata inglesa pré-vitoriana; dentre outros aspectos que contribuem para a reafirmação da autora como uma escritora que através das suas protagonistas, de certa forma, vivenciaria o que ela própria não tivera oportunidade de viver.

De forma metodológica, o referido trabalho tem como principal foco fazer um estudo comparativo entre as personagens Elizabeth Bennet e Jane Bennet, na perspectiva da *Crítica Feminista* (2009), e do *Feminismo Político* (1970), destacando a postura feminista da primeira personagem em contraste com a subordinação presente no comportamento da segunda, no romance *Orgulho e Preconceito* (1813), de Jane Austen (1775-1817). Dessa maneira, o nosso trabalho consiste em uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico, com uma abordagem de interpretação textual, remetendo-se ao método dedutivo. Ademais, utilizaremos como

principal instrumento de análise do romance o estudo de cunho estruturalista, como forma de enriquecer o trabalho com informações precisas obtidas através da leitura minuciosa da narrativa.

Desse modo, o primeiro passo da nossa pesquisa consistiu em um levantamento bibliográfico sobre teóricos que discutem o feminismo na literatura, com o objetivo de nos certificar do estado da arte relacionado a essa temática nos escritos de Jane Austen (1775-1817). Na fase de análise, nos deteremos a analisar a narrativa de uma forma estruturalista/crítico-reflexiva, ou seja, uma análise estrutural da narrativa, observando o modo como Austen constrói sua obra.

Como embasamento teórico para a presente pesquisa, contamos com as concepções de Lúcia Osana Zolin, com as suas abordagens na *Crítica Feminista* (2009), uma vez que esse texto nos traz uma visão geral sobre os Estudos de Gênero e os Estudos Feministas na perspectiva da Crítica Literária, nos disponibilizando conceitos operatórios e um apanhado sócio-histórico dos Estudos sobre a Representação do Feminino. As ideias de Kate Millett, a respeito de um feminismo político, em seu livro intitulado *Política Sexual* (2003 [1968], 1970). A contribuição de Rose Marie Muraro, nos disponibilizando uma visão sócio, histórica, política e cultural da mulher em sociedade desde os primórdios, com o seu livro *A Mulher no Terceiro Milênio: uma história através dos tempos e suas perspectivas para o futuro* (2000); além das reflexões de Michelle Perrot, a respeito à exclusão dos sujeitos subalternos pela História, com o seu livro *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros* (2010).

Ademais, para falarmos sobre Jane Austen, nos valem dos relatos biográficos de James Edward Austen-Leigh, com o seu livro *Uma memória de Jane Austen* (2014), além das concepções de Paula Byrne em seu estudo biográfico austeniano intitulado *A verdadeira Jane Austen: uma biografia íntima* (2018). Com relação à representação do Feminino na Literatura, nos detivemos nas reflexões de José Vilian Manguiera, através de sua Tese de Doutorado intitulada *Representações do sujeito feminino em O Despertar e Riacho Doce: um estudo comparativo*. Em adição, para discutirmos de forma mais clara sobre o elemento narrativo “A Personagem”, primeiro, utilizamos a teoria da pesquisadora brasileira e crítica literária, Beth Brait, com o seu livro intitulado *A Personagem* (1987).

Com o intuito de organizamos a nossa pesquisa, a dividimos em três partes. O primeiro capítulo intitulado “Mulher e Literatura: construção teórica”, fizemos uma síntese sobre a construção de um cânone de autoria feminina propriamente dito. Em seguida, no primeiro tópico, discutimos, de forma breve, alguns conceitos da Crítica Feminista, tais como: os principais movimentos feministas; o modo de representação da mulher na literatura; os estágios

da crítica literária feminista; e como se configura a crítica feminista anglo-americana e francesa. No segundo tópico, discutimos, de forma introdutória, o feminismo político, onde fazemos uma reflexão sobre a subordinação do sexo feminino ao masculino, configurando, principalmente, o sistema patriarcal. De maneira, sucinta, também recorreremos à história ocultada dessas mulheres, vislumbrando a sua submissão ao sexo oposto.

No segundo capítulo, “Desvendando Jane Austen: vida e obra”, fazemos um breve apanhado sobre a vida e a obra da escritora georgiana inglesa. Nesse capítulo, trazemos informações biográficas adicionais sobre a romancista, assim como o processo de escrita dos seus romances, principalmente no que concerne à obra em estudo. Com o suporte de biógrafos renomados, conseguimos apontar pontos importantes da vida de Austen, mostrando que o seu romance regionalista e histórico é uma boa representação da vida provinciana inglesa.

No terceiro capítulo, “Representações do Feminino em *Orgulho e Preconceito*”, discutimos sobre como se configura a representação do feminino no contexto oitocentista inglês, mostrando a submissão da mulher provinciana e aristocrata inglesa em uma sociedade patriarcal. No segundo tópico, fazemos uma leitura crítica sobre a obra em estudo, assim como identificamos a narrativa de Austen como pertencente ao romance regionalista e histórico. Também procuramos explorar o modo como a crítica lê as mulheres desse romance. No último tópico, abordamos a análise que propomos desde o início da nossa pesquisa, que consistiu no estudo da postura feminista presente em Elizabeth em contraste com a postura subordinada de Jane; mostrando as representações do feminino na obra, referentes à subversão de Elizabeth frente ao contexto georgiano e a submissão de sua irmã Jane, diante da estrutura histórico, política e cultural dos séculos XVIII e XIX, no âmbito provinciano inglês.

2 MULHER E LITERATURA: CONSTRUÇÃO TEÓRICA

“A literatura é uma defesa contra as ofensas da vida”.
– Cesare Pavese (1952).

Consideradas como representantes do denominado “sexo frágil”, as mulheres foram silenciadas e tiveram negados o direito ao acesso à vida pública desde os primórdios da história da humanidade, sendo obrigadas e forçadas a conformar-se e a se dedicar apenas à vida privada. Assim, durante muito tempo, foi-lhes imposta a vida doméstica, que se resume em ocupar-se da administração do lar, cuidar dos filhos, cuidar do marido, e servir como um modelo de esposa conforme os moldes e convenções sociais. Ou seja, para a mulher ser respeitada e bem vista aos olhos da sociedade, ela teria que ser “prudente e dona de casa”, características que configuravam a representação de feminilidade em um dado contexto sócio, histórico e cultural.

Com isso, as mulheres acabam não tendo oportunidade de buscar uma profissão e almejar a sua independência financeira, por exemplo, já que a realidade na qual ela está inserida molda o mercado de trabalho de acordo com as atribuições destinadas ao seu sexo oposto, a subjugando e a colocando em uma posição inferior ao sexo masculino. Cumprindo, dessa forma, com o lema “obediência e penitência”, já que o contexto no qual ela está imersa não lhe disponibiliza outro destino a ser seguido que não seja submissão e abnegação. Em consequência disso, a mulher vem sendo considerada a sombra do sexo masculino, ou até mesmo chamada de “o masculino frágil”, o que é privado de uma vida pública e de igualdade de direitos em todas as esferas da sociedade.

Ao contrário das mulheres, os homens são considerados como o “sexo forte”, visto que a esses é concedido o direito à vida pública, ou seja, o acesso aos direitos legais, civis e políticos, assim como a oportunidade de ocupar os mais altos cargos das mais privilegiadas profissões. Diante do contexto histórico aqui traçado, vemos que, enquanto a mulher é aprisionada pelas convenções sociais de uma sociedade **sexista**¹ e constituída por uma base solidificada pelos preceitos do **patriarcalismo**², o homem é beneficiado pela liberdade às custas da subordinação do sexo feminino, sendo esse último submetido à privação do lar.

¹ **Sexista**: “Pessoa que possui particularidades e/ou características que denotam sexismo; que demonstra qualquer tipo de discriminação baseada exclusivamente no sexo: o sujeito possuía um discurso sexista porque acreditava que a mulher, por ser mulher, não poderia dirigir bem” (Cf. NEVES & RIBEIRO, DICIO, 2018). Para mais informações: Cf. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexista/>. Acesso em: 29 de julho de 2019. Às 19h 34min.

² **Patriarcalismo**: “Modo de vida de patriarca, chefe de família ou pessoa mais velha a quem se deve respeito. Poder ou influência social do patriarca; refere-se ao chefe de família, à pessoa mais velha ou a fundador de uma

Em meio ao contexto no qual a mulher não tem o direito de busca por uma profissão e construção de uma carreira, sendo privada de liberdade e independência financeira, pessoal e até mesmo psíquica, o homem toma para si todos os privilégios sociais, se beneficiando, desse modo, em todas as esferas da sociedade. Então, a respeito do contexto sócio histórico-cultural no qual a mulher está inserida, Jaciane dos Santos Santana (2016) diz:

Percebemos, portanto, que as construções sociais concernentes aos gêneros alteraram paulatinamente o comportamento da prole, sobretudo, no que se refere à divisão sexual das tarefas. Essas organizações binárias, entre o masculino e feminino, geraram assimetrias no que concernem aos trabalhos postos para o homem e para a mulher (SANTANA, 2016, p. 03).

Nesse dado contexto, a mulher é considerada como: “rainha do lar”; “obediente, recatada e do lar”; e “indefesa, incapaz ou impotente”; negada, portanto, de direitos civis básicos. Enquanto o homem, em contrapartida, é considerado como: “o chefe da família”; “desobediente, frívolo e do mundo”; “protetor, sagaz e viril”, privilegiado, no entanto, de todos os benefícios sociais. Dessa maneira, a partir dessas características elencadas aqui, é que observamos, através da conjectura social, as diferenças atribuídas às dicotomias de definição do sujeito, tais como: “homem/mulher”, “masculino/feminino”, “macho/fêmea”, na concepção dos indivíduos com o pensamento oriundo do termo **sexismo**³ e do sistema patriarcal que embasam os alicerces da civilização.

Nos âmbitos do conhecimento e do saber, a construção patriarcal mostra que o homem sempre foi possuidor do conhecimento e conseqüentemente da escrita, afirmando-se como dono da “verdade absoluta”, detentor da produção escrita e produtor do discurso hegemônico masculino e sexista, já que o sexo masculino sempre teve liberdade e acesso à vida pública.

Por ter estado submetida a dedicar-se à vida privada, às obrigações domésticas, e a seguir rigidamente os padrões e convenções sociais, – características essas que configuram a personalidade do ser feminino como “Dócil, afável, inteligente” (ASSIS, 1962, p. 284 apud SANTANA, 2016, p. 06) – a mulher, durante muito tempo, foi privada do acesso ao conhecimento letrado, da ambição pelo saber e, principalmente, da escrita. Além disso, as mulheres eram consideradas como seres inferiores intelectualmente, justificativa que as privava do acesso a um meio de liberdade de expressão, como é o caso da escrita.

ordem religiosa” (Cf. NEVES & RIBEIRO, DÍCIO, 2018). Para mais informações: Cf. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patriarcalismo/>. Acesso em: 29 de julho de 2019. Às 20h 01min.

³ **Sexismo**: “Atitude, discurso ou comportamento, que se baseia no preconceito e na discriminação sexual: a exaltação exagerada do masculino ou do feminino é uma forma de sexismo” (Cf. NEVES & RIBEIRO, DÍCIO, 2018). Para mais informações: Cf. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo/>. Acesso em: 29 de julho de 2019. Às 20h 30min.

Depois de ter conquistado o seu espaço no campo editorial, mesmo que, por muitas vezes, sob a adoção de um pseudônimo masculino, a mulher conseguiu inserir em suas narrativas uma denúncia à sua situação social perante os dogmas e convenções sociais enfrentadas pelo seu sexo. Tendo exercido esse propósito através da Literatura, a mulher não apenas trata de assuntos sobre desigualdade social entre os sexos, mas passa a abordar diversos outros temas em suas narrativas. O que, de certo modo, passou a configurar uma nova forma para a sua escrita, ou melhor, constituiu-se o surgimento de uma nova caracterização e marcas da escrita de autoria feminina.

Para se entender melhor o processo de conquista que as mulheres conseguiram no campo da Literatura, discorreremos a seguir sobre dois tópicos: a crítica feminista e as contribuições dos estudos de Kate Millett. Desse modo, discutiremos aqui sobre como se configura a imagem das mulheres na sociedade, a representação feminina na Literatura, assim como uma breve explanação sobre os estudos existentes a respeito da contribuição das mulheres no campo Literário, com ênfase nos estudos de gênero e os estudos culturais e feministas. Dessa forma, para mostrarmos como esses estudos contribuem para a teoria e crítica literária contemporânea, levantaremos uma discussão sobre uma vertente crítica que fala sobre as mulheres, em primeiro momento como leitoras, e em segundo como escritoras.

2.1 Crítica Feminista: uma introdução

Segundo Zolin (2009), o movimento feminista tem como principal objetivo promover a equidade de direitos políticos, sociais e econômicos entre homens e mulheres afirmando o lugar de igualdade dessas últimas nos âmbitos civil e legal, uma vez que elas têm sido privadas desde sempre de reconhecimento em todas as esferas da sociedade. Portanto, conseguimos observar a posição de inferioridade da mulher desde os tempos mais remotos, quando elas eram consideradas apenas como cuidadora do lar e com funções apenas reprodutivas (mulher-objeto), e de prazer para satisfazer o sexo oposto. A mulher era considerada, desse modo, como inferior se comparada ao sexo masculino, pelo fato de ela deter condições fisiológicas diferentes das dos homens. Essa premissa já promoveu, de fato, autoridade a esses últimos a considerarem que o sexo feminino não tem um potencial cognitivo igual ao sexo oposto. E, por esse motivo, consideravam-na incapacitada tanto de realizar as mesmas funções que os homens realizavam, quanto de ter os mesmos direitos sociais básicos.

Pelo fato da posição de inferioridade do sexo feminino ter transpassado séculos, a mulher tem sido objeto de estudo por diversas áreas do conhecimento. Apoiando o objetivo do

movimento feminista com a finalidade de promover maior visibilidade, a partir de 1960, surgem os estudos que resgatam o sexo feminino da obscuridade a que o masculino autoritário sempre o colocou. Em consequência disso, a Crítica Literária Feminista tem desenvolvido pesquisas com essa temática e que têm despertado interesse nos pesquisadores dos Estudos de Gênero na Literatura. Dessa maneira, no que diz respeito à finalidade da crítica feminista:

[...] Trata-se de um modo de ler a literatura confessadamente empenhado, voltado para a desconstrução do caráter discriminatório das ideologias de gênero, construídas, ao longo do tempo pela cultura. Ler, portanto, um texto literário tomando como instrumentos os conceitos operatórios oferecidos pela crítica feminista implica investigar o modo pelo qual tal texto está marcado pela diferença de gênero, num processo de desnudamento que visa despertar o senso crítico e promover mudanças de mentalidade, ou, por outro lado, divulgar posturas críticas por parte dos (as) escritores (as) em relação às convenções sociais, que historicamente, têm aprisionado a mulher e tolhido os seus movimentos (ZOLIN, 2009, p. 218).

De acordo com a citação acima, vemos claramente o objetivo da crítica feminista no processo de investigação da posição da mulher através da Literatura nos âmbitos histórico, político e social. Dessa forma, através do suporte que os estudos feministas nos dão, juntamente com a crítica feminista, conseguimos investigar e, conseqüentemente, identificar em obras literárias como os homens representavam a mulher em seus escritos e como as mulheres mostravam em sua escrita a sua visão sobre o contexto social no qual elas estavam/estão inseridas. É através dessas duas formas de analisar os textos que conseguimos identificar algumas obras literárias em uma perspectiva feminista na Literatura Inglesa a partir do século XVIII.

Assim, como um dos mais poderosos meios de liberdade de expressão, as mulheres recorreram à escrita com o objetivo tanto de mostrar que elas também são capazes de escrever tão bem quanto os homens, como de usar a escrita como um veículo de denúncia da desigualdade de direitos entre os sexos. Como resultado dessa tentativa, e considerada como uma das primeiras escritoras inglesas a expor as suas ideias sobre a discrepância de desnivelamento que havia com relação aos direitos entre os gêneros, temos a escritora Inglesa Mary Wollstonecraft (1792), com o seu ensaio histórico intitulado *A Vindication of the Rights of Woman* (As Reivindicações dos Direitos da Mulher), onde ela expõe sobre a real situação de inferioridade e ausência de necessidades civis básicas para as mulheres, tais como: uma educação igualitária, a escrita, o emprego, a herança, dentre outros privilégios que são direcionados somente aos homens.

Destacando o papel da crítica especializada nos estudos sobre a mulher na literatura, alguns conceitos necessitam de alguns esclarecimentos. É o caso dos termos **feminino**,

feminismo, patriarcalismo, mulher-sujeito e mulher-objeto, pois eles serão utilizados frequentemente ao longo da nossa discussão.

Numa sequência de significações, podemos definir **feminino** como “um termo que aparece em oposição a *masculino* e faz referência às convenções sociais, ou seja, a um conjunto de características (atribuídas à mulher) definidas culturalmente, portanto em constante processo de mudança” (ZOLIN, 2009, p. 218, grifos da autora). Ou seja, é um termo utilizado ao indivíduo que detém características femininas, mais especificamente ao sexo feminino, em uma perspectiva biológica.

Como uma extensão do foco principal das nossas discussões relacionado ao último conceito discutido, temos o **feminismo**, que pode ser entendido como:

Trata-se de um termo que não é utilizado no sentido panfletário que costuma ter entre nós, mas tal como é utilizado em língua inglesa: como categoria política, e não pejorativa, relativa ao feminismo entendido como movimento que preconiza a ampliação dos direitos civis e políticos da mulher, não apenas em termos legais, mas também em termos de prática social (ZOLIN, 2009, p. 218).

Como já apontado anteriormente, esse movimento é um instrumento pelo qual as mulheres vêm ganhando espaço e vez para se posicionar perante a sociedade e exigir a igualdade de direitos civis, políticos, sociais e legais, indo em oposição às convenções sociais que aprisionam e inferiorizam a mulher em todos os aspectos da sua vida privada e pública, reivindicando também o seu direito ao poder de ser plena e completa, assim como o homem o detém.

Em contraste com esse movimento, apontamos outro termo caro aos Estudos de Gênero e à Crítica Feminista, o **patriarcalismo**, que se configura como um:

Termo utilizado para designar uma espécie de organização familiar originária dos povos antigos, na qual toda instituição social concentrava-se na figura de um chefe, o patriarca, cuja autoridade era preponderante e incontestável. Esse conceito tem permeado a maioria das discussões, travadas no contexto do pensamento feminista, que envolvem as questões da opressão da mulher ao longo de sua história (ZOLIN, 2009, p. 219).

Desse modo, o **patriarcalismo** consiste em uma organização que estabelece a função dos sexos dentro da estrutura familiar e social. Como vemos acima, o chefe da família, que consiste na figura do homem, do pai, exerce o papel de administrador e designador dos papéis dos membros de sua família. Assim, tudo gira em torno da figura do patriarca, esse estabelecendo normas e regras hierárquicas que devem ser seguidas à risca, ou seja, uma vez que o patriarca é o responsável pela estrutura familiar e social, esse é detentor de todos os

direitos civis, o que exalta a posição do seu gênero masculino em oposição ao gênero feminino. Com isso, sendo detentor de direitos e poder sobre tudo e sobre todos, o homem utiliza de sua superioridade hierárquica para oprimir o sexo oposto, tornando a mulher frágil o suficiente a ponto de não se rebelar contra o sistema patriarcal.

Portanto, ao observarmos o papel da mulher durante todo o percurso histórico, conseguimos identificar que a mesma era considerada como um ser inferior, sendo caracterizada como **mulher-objeto**, pois ela “define-se pela submissão, pela resignação e pela voz” (ZOLIN, 2009, p. 219). O que o movimento feminista procurou foi valorizar um outro modelo de mulher, identificado como **mulher-sujeito**, que “é marcada pela insubordinação aos referidos paradigmas, por seu poder de decisão, dominação e imposição” (ZOLIN, 2009, p. 219).

No romance *Persuasão* (1818), de Jane Austen, por exemplo, vemos que a protagonista Anne Elliot se posiciona a respeito da educação diferenciada entre mulheres e homens, destacando que todos os privilégios em todas as esferas da sociedade foram sempre destinados ao sexo masculino. Outra protagonista que nos chama muita atenção é Emma Woodhouse, do romance *Emma* (1815), ela fala, em sua opinião, sobre a sua discordância na obrigatoriedade da mulher em se casar. Nessa parte do romance, Emma afirma que preferiria ser Professora a se casar com alguém desagradável, apenas para atender as obrigações e regras que a sociedade aristocrática inglesa exigia das mulheres. Levando em consideração ao que Zolin (2009) afirma na citação acima sobre o **patriarcalismo**, observamos que essas heroínas questionam o porquê de as mulheres não deterem os mesmos direitos que os homens detêm e até que ponto o sexo masculino ainda continuará controlando, detendo e usufruindo de privilégios a respeito de tudo o que é de igual necessidade a ambos os sexos.

Ao lermos a obra da romancista vitoriana Charlotte Brontë, intitulada *Jane Eyre* (1847), vemos uma jovem heroína – cujo nome intitula o romance – que deseja ter uma profissão para poder promover sua independência em uma sociedade totalmente rígida com relação às convenções sociais. A partir da leitura desse escrito, observamos que algumas escritoras do século XIX começam a expor em sua escrita o problema que a mulher enfrenta nesse período, que se caracteriza, principalmente, pela privação de necessidades e privilégios que são designados apenas aos homens, assim como a sua total dependência ao sexo masculino em suas ações e posicionamento diante da esfera pública. A protagonista de Brontë, no entanto, quebra as barreiras de seu tempo na tentativa de ser Professora, embora essa fosse profissões, umas das poucas que não eram consideradas tão desmerecedoras para uma mulher como as demais profissões.

Com maior liberdade de tratar sobre a condição da mulher em suas obras – talvez pelo seu contexto social pós-vitoriano já não ser tão opressivo como no contexto de Charlotte Brontë – temos como exemplo Virgínia Woolf, com o seu ensaio intitulado *Profissão para as Mulheres* (1942), considerado, nos dias de hoje, como um “escrito feminista”. Ela discute como principal foco no seu escrito questões como a visão tradicional da mulher, as dificuldades que elas enfrentam para sobreviver em um mundo sem oportunidades para o sexo feminino, e o quão é difícil ser escritora em um contexto onde a escrita feminina é discriminada. Ademais, vemos em Woolf a condição de continuadora do que – em termos de escrita literária – Jane Austen e Charlotte Brontë também começaram. Ou seja, conseguimos observar que Woolf apresenta-se com um grau de perfil de escritora feminista que as suas predecessoras não conseguiram ser por motivos histórico-políticos sociais.

No que concerne ao propósito da crítica feminista, destacamos o seu objetivo básico de destacar obras produzidas por mulheres, pois é a partir delas que conseguimos obter instrumentos concretos para uma análise mais profunda sobre a escrita feminina e a representação da mulher na literatura. Em primeira instância, a Crítica Literária Feminista tem como propósito identificar em obras de escrita masculina o modo como os escritores retratam as mulheres, quais papéis eles as davam, e que grau de importância eles as atribuíam dentro da narrativa. Mas, com o passar do tempo, sentiu-se a necessidade não mais de analisar as obras de escrita masculina, mas, sim, as obras escritas por mulheres. Uma vez que, na concepção da crítica norte-americana Elaine Showalter (1985), o primeiro propósito é dedicado ao que ela chama de “Crítica Feminista” e o segundo é dedicado ao que ela de “Ginocrítica”, na perspectiva da Crítica Feminista Anglo-americana (Cf. ZOLIN, 2009, p. 229). E é a partir dos estudos dessas obras que conseguimos identificar a frequente contestação dessas escritoras a respeito da estrutura patriarcal, da opressão de um gênero sobre o outro, da constante inferioridade da mulher, da dependência do sexo feminino ao sexo masculino para ser respeitada perante a sociedade, assim como as privações impostas a elas durante toda a história da civilização.

Nos Estados Unidos, em 1970, temos mais uma publicação que contribuiu de maneira muito significativa para a crítica feminista, mas essa é na perspectiva de um *Feminismo Político*. A escritora, artista, educadora e ativista feminista estadunidense Kate Millett, publica a obra intitulada *Sexual Politics*, traduzido para o Português Brasileiro como *Política Sexual*, que “traz à tona discussões acerca da posição secundária ocupada pelas heroínas dos romances de autoria masculina, como também pelas escritoras e críticas literárias” (ZOLIN, 2009, p. 226).

Nessa obra, observamos que Millett (1970) discute o feminismo em uma perspectiva política, nos mostrando como o sistema patriarcal tem agido sob as mulheres, a opressão da mesma, além da dominação do pensamento masculino no âmbito da literatura, nos mostrando também como a mulher aparece em segundo plano na narrativa de autoria masculina.

Tendo em vista o que levantamos pela teórica, observamos que, embora a mulher esteja tendo os seus direitos gradativamente sendo estabelecidos nos dias de hoje, mesmo assim, de modo geral, ela ainda será vista como um ser inferior. Ou seja, uma **mulher-objeto**, que o **patriarcalismo** sempre estará enraizado na concepção que trata sobre a diferença dos sexos, apresentando o sexo feminino como o “*Outro*”, o diferente, o frágil, o que não tem importância.

Na opinião de Millett (1970), as diferenças entre os sexos, principalmente no que concerne ao papel de inferioridade da mulher, fazem parte do que ela chama de política sexual. Ou seja, a inferioridade, subordinação, dominância e propriedade de um sexo sob o outro são características típicas da falta de democracia entre os mesmos. Essa política sexual é a representação da condição da mulher sob a perspectiva de um universo masculino autoritarista. No que concerne à política sexual de Millett (1970), tanto na esfera civil quanto no âmbito da literatura, principalmente nesse último, Zolin (2009) afirma que:

Essa política de força, segundo a teórica, afeta a literatura na medida em que os valores literários têm sido moldados pelo homem. Ela pondera que, nas narrativas de autoria masculina, as convenções dão forma às aventuras e moldam as conquistas românticas segundo um direcionamento masculino. Além disso, são construídas como se seus leitores fossem sempre homens, ou de modo a controlar a leitora para que ela leia, inconscientemente, como um homem (ZOLIN, 2009, p. 226).

Ao lermos a argumentação acima, conseguimos identificar diversas obras literárias de autoria masculina que têm essa função de construir e/ou personificar a personagem feminina ao ponto de reafirma o seu lugar de inferioridade e colocá-la em segundo plano dentro da narrativa. Como a escrita tem sido por muitos séculos propriedade e veículo de expressão do sexo masculino, é comum vermos que os valores literários são realmente moldados pelo pensamento desse último ao ponto de concretizar a permanência da mulher em uma posição de submissão, dependência e propriedade do sexo oposto. Assim sendo, Millett (1970) traz em sua obra essa discussão de uma maneira que nos prova ao ponto de conseguimos identificar nas produções literárias de escritores algumas concepções machistas e patriarcais a respeito da personagem feminina na narrativa.

Essa discussão nos faz construir uma ligação com diversos estereótipos femininos que conseguimos identificar na literatura, o que vem construindo um pensamento universal sobre a

personagem feminina com conotações mais negativas do que positivas na narrativa. Dessa maneira, Zolin (2009) nos mostra que o modo tradicional de representação da mulher na literatura consiste em estereótipos femininos, tais como: “Mulher sedutora e/ou perigosa e/ou imoral; Mulher como megera; Mulher anjo e/ou indefesa e/ou incapaz e/ou impotente” (ZOLIN, 2009, p. 227). Ou seja, a maioria dessas características atribuídas à personagem feminina coloca a mulher em uma posição que está sempre em desvantagem, seja com relação à sua conduta perante a sociedade ou até mesmo no que diz respeito à configuração do seu gênero, estabelecendo a diferença correspondentes às dicotomias que caracterizam os indivíduos em uma perspectiva do discurso homogêneo e patriarcal, tais como: masculino/feminino, macho/fêmea, homem/mulher.

Dessa forma, quando a representam com uma conotação negativa, percebemos que a mulher é caracterizada como tudo aquilo que é indesejado e que a sociedade considera como imoral e vulgar. Já quando a representam como uma mulher com conotação positiva, sempre a estão caracterizando-a como uma personagem que é tola e sem discernimento de suas atitudes, sem capacidade de reflexão, privada do discurso. Ilustrando, assim, que mesmo que o escritor tente mostrar alguma candura relacionado à mulher, ele acaba desmoralizando-a e mergulhando-a na inferioridade demarcada por fraquezas e defeitos comparado ao sexo masculino.

Assim, com o avanço dos Estudos de Gênero e do Feminismo na Literatura, sugeriram escritoras que contribuíram para a continuação e aperfeiçoamento da Crítica Feminista no âmbito literário, dentre essas escritoras, algumas já discutidas acima, temos: Virgínia Woolf (1929), Simone de Beauvoir (1949/1980), Kate Millett (1970), Elaine Showalter (1985), Hélène Cixous (1988), Julia Kristeva (1974), Judith Butler (2003). Algumas dessas compoem as duas vertentes da crítica literária feminista: a anglo-americana e a francesa. Visto que, para o presente estudo, contaremos com a contribuição da teórica que faz parte da crítica feminista anglo-americana, Katherine Murray Millett (1934-2017).

Em contraste com a crítica feminista norte-americana, temos a crítica feminista Francesa, que detém objetivos diferentes da primeira. Como principais representantes da crítica francesa, temos a ensaísta, dramaturga, poetisa e crítica literária, Hélène Cixous; e, a filósofa, escritora, crítica literária, psicanalista e feminista búlgaro-francesa, Julia Kristeva. “Diferentemente dos estudiosos da vertente anglo-americana, todavia, elas não se detêm explicitamente sobre o campo literário, mas no da Linguística, da Semiótica e da Psicanálise. Trabalham no sentido de identificar uma possível linguagem feminina” (ZOLIN, 2009, p. 231).

Como não nos enveredemos sobre estes pontos, para construirmos nossas abordagens de análise, não nos detemos nessa vertente. Deixamos registrado aqui apenas sua existência.

Aqui, discutimos sobre o Feminismo, no que concerne à crítica literária, suas vertentes, suas principais escritoras, seus avanços nos estudos sobre a mulher e sobre os Estudos de Gênero na Literatura. Mostramos, dessa maneira, a importância e contribuição da escrita feminina para os Estudos Culturais e Sociais, contribuindo, assim, para a construção de um cânone riquíssimo em produções de autoria feminina que vêm transgredindo por gerações. Na próxima parte de nosso trabalho, faremos uma introdução ao “Feminismo Político” da teórica feminista norte-americana Kate Millett. Dessa maneira, destacaremos os principais pontos de sua teoria, dentre eles, o sistema patriarcal, elemento esse que será o ponto central da nossa discussão no próximo tópico.

2.2 Uma Introdução ao Feminismo Político de Kate Millett

Na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos da América, pertencente à vertente norte-americana da Crítica Feminista, encontra-se a escritora, artista, educadora e ativista feminista Katherine Murray Millett (1934-2017)⁴. Essa teórica contribuiu de maneira significativa para a Teoria Feminista no âmbito Político, tendo escrito outros livros de grande importância para a crítica social, histórica, política e cultural na contemporaneidade, tais como: *Flying* (1974), *Sita* (1976), *The Basement* (1979), *The Loony Bin Trip* (1990), *The Politics of Cruelty* (1994), e *Mother Millett* (2001).

Diante de sua participação no Movimento das Mulheres, no Movimento dos Direitos Civis e no Movimento pela Paz, Millett escreveu o seu ensaio feminista mais famoso em 1968,

⁴ “MILLETT, Kate (1934-2017) – Nascida em uma família irlandesa-católica de classe média em Minnesota, Kate se tornou ativa no Movimento das Mulheres desde cedo, depois de atuar no Movimento dos Direitos Civis e no Movimento pela Paz. Aos 17 anos, frequentou a Universidade de Minnesota, formou-se magna cum lauda em inglês e foi para a Universidade de Oxford, onde recebeu honras de primeira classe. Sua tese, escrita para a Universidade de Columbia, formou a base da **Política Sexual**, para se tornar a obra mais autorizada do feminismo radical. Em 1961, ela viajou para o Japão para exibir suas esculturas e conheceu o artista Fumio Yoshimura, que se tornaria seu marido. Ela ensinou amplamente em faculdades nos EUA” (Cf. RYAN, 2003, grifo da autora).

Texto original: “MILLETT, Kate (1934-2017) – Born to a middle-class Irish-Catholic family in Minnesota, Kate became active in the Women's Movement at an early stage after being active in the Civil Rights Movement and the Peace Movement. At the age of 17, she attended the University of Minnesota, graduated magna cum lauda in English, and went to Oxford University where she received first class honours. Her thesis, written for Columbia University formed the basis for **Sexual Politics**, to become the most authoritative work of Radical Feminism. In 1961, she travelled to Japan to exhibit her sculptures, and met the artist Fumio Yoshimura who was to become her husband. She has taught widely at Colleges in the U.S.” (Cf. RYAN, 2003, griffon by the author). Para mais informações: Cf. RYAN, Sally (2003). Biography (Kate Millett – 1934). In: **Women and Marxism**. Marxist Internet Archive (MIA). Disponível em: <https://www.marxists.org/glossary/people/m/i.htm#millett-kate>. Acesso em: 03 de agosto de 2019. Às 22h 09min.

intitulado *Sexual Politics (Política Sexual)*, uma vez que esse escrito circulou antes da publicação do seu livro também intitulado *Sexual Politics (Política Sexual – 1970)*. Desse modo, o ensaio acaba formando uma base para a produção do livro. Assim, as ideias dentro do ensaio de 1968 foram posteriormente incorporadas no capítulo “*Two – Theory of Sexual Politics*” (Dois – Teoria da Política Sexual) do seu livro em 1970, que se tornou um clássico feminista. Ademais, a presente seção tem como objetivo fazer uma breve introdução ao feminismo político da teórica, tendo como base seus dois escritos de 1968 e 1970, respectivamente.

Em seu ensaio intitulado *Sexual Politics (Política Sexual – 1968)*, Millett faz algumas considerações básicas sobre as relações de poder existentes entre os sexos, assim como uma breve reflexão sobre o poder público e a política serem monopolizados pelo sexo masculino, nos mostrando, mesmo que de maneira sucinta, a concepção equivocada sobre a inferioridade do sexo feminino em uma sociedade patriarcal e a constante provação quanto à esfera política nos dias de hoje. Ou seja, resumidamente, a teórica faz uma breve análise sócio, histórica e cultural sobre a relação entre a divisão de papéis sociais entre homens e mulheres, no que concerne às esferas civil, legal e política da vivência em sociedade.

Já no segundo escrito, intitulado “*Two – Theory of Sexual Politics*” (Dois – Teoria da Política Sexual - 1970), que diz respeito ao capítulo dois de seu livro, conseguimos observar um aprofundamento que a escritora faz a respeito da consolidação da sociedade patriarcal, a sobreposição de um sexo sobre o outro, a subjugação do sexo feminino, a privação das mulheres com relação ao acesso ao poder público e à política, além das construções de poder relacionadas às divisões de papéis dos dois sexos perante as diversas esferas sociais. Ou seja, ela estende a discussão que iniciou em seu ensaio de 1968, nos mostrando, de maneira profunda e mais abrangente, a sua discussão a respeito da Política Sexual, suas construções, configurações e consolidações na modernidade.

A respeito desse capítulo, vemos que a escritora traz uma análise mais ampla, abordando alguns elementos de reflexão sobre o sistema patriarcal dominante; assim, ela subdivide a sua discussão na perspectiva de oito âmbitos da formação constructo-social dos indivíduos na sociedade patriarcal, tais como: I – Ideológico; II – Biológico; III – Sociológico; IV – Classe; V – Econômico e Educacional; VI – Força; VII – Antropológico: Mito e Religião; e VIII – Psicológico. Nessas oito divisões, a teórica faz uma retrospectiva social, histórica e cultural, abordando os aspectos que ela analisou no seu ensaio de 1968, mostrando, de certa forma, um aprofundamento em sua discussão, nos disponibilizando uma teoria que analisa o

significado de “**Política**”⁵ como organização social, a posição dos “Sexos” a respeito das divisões de papéis sociais, e a junção de ambos, caracterizando assim a “Política Sexual”.

Assim, em ambos os escritos, Kate Millett inicia o seu texto com o seguinte questionamento: “Ao introduzir o termo ‘política sexual’, é preciso primeiro responder à pergunta inevitável: ‘A relação entre os sexos pode ser vista sob uma luz política?’ A resposta depende de como se define **política**” (MILLETT, 1970, p. 23, grifo nosso, tradução nossa⁶). Dessa maneira, ela justifica que:

Este ensaio não define o político como aquele mundo relativamente estreito e exclusivo de reuniões, presidentes e partidos. O termo “política” refere-se a relações estruturadas em poder, arranjos pelos quais um grupo de pessoas é controlado por outro. Por meio de parênteses, pode-se acrescentar que, embora uma política ideal possa ser simplesmente concebida como o arranjo da vida humana em princípios agradáveis e racionais, de onde toda a noção de poder *sobre os* outros deveria ser banida, é preciso confessar que não é isso que constitui. O político como o conhecemos, e é para isso que devemos nos dirigir a nós mesmos (MILLETT, 1970, p. 23, grifo da autora, tradução nossa⁷).

Para ela, “a palavra ‘política’ é listada aqui quando se fala dos sexos principalmente porque tal palavra é eminentemente útil ao delinear a natureza real de seu status relativo, historicamente e no presente” (MILLETT, 1970, p. 24, tradução nossa⁸). Ela afirma que a Política em si, sem deter-se ao âmbito partidário ou institucional, não deve resumir-se em dar visibilidade e o direito de representação apenas aos grupos bem favorecidos, ou seja, à classe elitista, mas dar visibilidade também aos grupos desfavorecidos que passam despercebidos aos olhos da política institucional, tais como: os negros, os homossexuais, os menos favorecidos economicamente e as mulheres. Assim, ao lermos a citação acima, vemos que a teórica traz o significado de política tanto no que diz respeito à organização social, quanto no que concerne

⁵ **Política:** “1. Arte ou ciência da organização, direção e administração de nações, Estado. 2. Conjunto de princípios ou opiniões referentes ao Estado, ao poder. 3. Prática ou profissão de conduzir negócios políticos. 4. Modo de agir de uma pessoa ou entidade. 5. Habilidade no agir e no tratar, tendo em vista a obtenção de algo. 6. Astúcia, diplomacia” (Cf. CONCISO, 2011, p. 737).

⁶ Texto original: “In introducing the term ‘sexual politics’, one must first answer the inevitable question ‘Can the relationship between the sexes be viewed in a political light at all?’ The answer depends on how one defines politics” (MILLETT, 1970, p. 23).

⁷ Texto original: “This essay does not define the political as that relatively narrow and exclusive world of meetings, chairmen, and parties. The term ‘politics’ shall refer to power-structured relationships, arrangements whereby one group of persons is controlled by another. By way of parenthesis one might add that although an ideal politics might simply be conceived of as the arrangement of human life on agreeable and rational principles from whence the entire notion of power *over* others should be banished, one must confess that this is not what constitutes the political as we know it, and it is to this that we must address ourselves” (MILLETT, 1970, p. 23, griffon by the author).

⁸ Texto original: “The word ‘politics’ is enlisted here when speaking of the sexes primarily because such a word is eminently useful in outlining the real nature of their relative status, historically and at the present” (MILLETT, 1970, p. 24).

às relações de poder entre os sexos. Portanto, a política, por ser alicerçada no poder e na dominação de um indivíduo sobre o outro, não deixa de ser arma detentora dos superiores e temida pelos inferiores, uma vez que ela é destinada e tomada pelos homens, enquanto é privada às mulheres.

Para Millett, a política deve ser alicerçada na concepção psicológica e filosófica das relações de poder. Dessa maneira, em consequência de os grupos sociais marginalizados não terem visibilidade, eles acabam sendo submetidos à constante opressão por falta de representação dos mesmos pela política formal (Cf. MILLETT, 1970, p. 24). Em sua concepção, as relações de poder existentes entre os sexos, e a sobreposição de um sexo ao outro, visto que o sexo masculino governa o feminino, característica do sistema patriarcal, já se configura como uma política sexual muitas vezes oculta aos olhos da sociedade civil.

Desse modo, “a **palavra** (a Bíblia Sagrada) pode até distorcer o sentido das realidades mais óbvias, tais como o fato de a mãe dar à luz a criança e amamentá-la, e inaugurar a dominação do macho através da dominação dos papéis” (MURARO, 2000, p. 61, grifo nosso), caracterizando-se o domínio da diplomacia e conseqüentemente as atividades políticas destinadas apenas ao sexo masculino, por ser esse último detentor do poder e o centro da sociedade patriarcal. Portanto, a esse despeito, Millett nos mostra que a dominação dessa última se dá, primordialmente, como mencionado anteriormente, através da dominação do sexo masculino e a subjugação do sexo feminino:

Da mesma maneira, um exame desinteressado de nosso sistema de relação sexual deve apontar que a situação entre os sexos agora, e ao longo da história, é um caso do fenômeno que Max Weber definiu como *herrschaft*, uma relação de dominância e subordinação. O que é em grande parte não examinado, muitas vezes até mesmo não reconhecido (ainda que seja institucionalizado) em nossa ordem social, é a prioridade de primogenitura por meio da qual os homens governam as mulheres. Através deste sistema uma forma mais engenhosa de “colonização interior” foi alcançada. É mais resistente do que qualquer forma de segregação e mais rigorosa que a estratificação de classes, mais uniforme, certamente mais duradoura. Por mais atenuada que seja sua aparência atual, o domínio sexual obtém, no entanto, talvez a mais difundida ideologia de nossa cultura e fornece seu conceito mais fundamental de poder. [...] Isto é assim porque nossa sociedade, como todas as outras civilizações históricas, é um patriarcado [...] (MILLETT, 1970, p. 24 e 25, grifo da autora, tradução nossa⁹).

⁹ Texto original: “Quite in the same manner, a disinterested examination of our system of sexual relationship must point out that the situation between the sexes now, and throughout history, is a case of that phenomenon Max Weber defined as *herrschaft*, a relationship of dominance and subordination. What goes largely unexamined, often even unacknowledged (yet is institutionalised nonetheless) in our social order, is the birthright priority whereby males rule females. Through this system a most ingenious form of ‘interior colonisation’ has been achieved. It is one which tends moreover to be sturdier than any form of segregation, and more rigorous than class stratification, more uniform, certainly more enduring. However muted its present appearance may be, sexual dominion obtains nevertheless as perhaps the most pervasive ideology of our culture and provides its most fundamental concept of power. [...] This is so because our society, like all other historical civilizations, is a patriarchy [...]” (MILLETT, 1970, p. 24 e 24, griffon by the author).

Ao analisarmos a citação acima, observamos que Millett (1970) nos mostra uma visão histórica sobre as relações de poder entre os sexos masculino e feminino, assim como a dominação do sexo masculino a respeito de tudo o que se refere aos assuntos que compõem as esferas civil, legal e política. Diante do exposto, a escritora vem nos mostrar a existência da dominação e subordinação de um sexo ao outro, ou seja, do masculino ao feminino e vice e versa, de acordo com “os quatro tipos de mitologias que até hoje se encontrou na espécie humana” (MURARO, 2000, p. 70). Portanto, o fato de que o sexo masculino é transcendente, superior, privilegiado e detentor de todo o poder político universal, consolida e configura, desse modo, o patriarcado, uma vez que, sendo possuidor de poder, tanto governa a mulher como o resto da nação. O que, de certo modo, o privilégio e o domínio masculino passam despercebidos aos olhos da sociedade, já que o patriarcado tem um histórico que data desde um certo momento na história da civilização e consolidou-se até os dias atuais, pois é o sistema pelo qual a nossa sociedade é regida.

Um exemplo disso, vemos explicitamente na esfera política o pouco e significativo número de mulheres como representantes governamentais nos congressos e assembleias político-institucionais. Embora, na contemporaneidade, as mulheres estejam ocupando alguns cargos que antes eram exclusivamente destinados ao sexo masculino, sendo esse último sinônimo de transcendência e superioridade, mesmo que a situação das mulheres tenha melhorado, ela ainda é menos significativa do que a posição masculina.

Para além da esfera político-social, devemos explorar também o lado das construções mitológicas. De acordo com a mitologia bíblica, a mulher, Eva, tentou Adão a provar do fruto do conhecimento, e causou-lhe a sua queda do Paraíso como punição à desobediência a um Deus Todo-poderoso, onipotente, onisciente e onipresente. A mulher na mitologia judaico-cristã é considerada como detentora do poder de persuasão. Dessa maneira, é criada uma imagem de mulher sedutora capaz de convencer sobre tudo que lhe convém.

Assim, no que diz respeito ao poder das organizações religiosas e civis serem direcionados exclusivamente aos homens, desprezando, dessa forma, o sexo feminino dessas esferas, a opinião de Millett vai de encontro com a de Muraro (2000), quando a primeira diz que:

É claro que não é de surpreender que a religião como a conhecemos considere a imposição da supremacia masculina por decreto divino como parte de sua função em um patriarcado – assim também a literatura, todas as noções tradicionais e contemporâneas de governo, aquelas trivialidades que atualmente a ciência – e mesmo – a despeito da influência do Iluminismo – a própria ciência coopera em uma série de racionalizações expeditas de modo a manter a política sexual tradicional por motivos

tão ilusórios que têm certo charme cômico (Cf. MILLETT, 2003 [1968], parágrafo 21, tradução nossa¹⁰).

Millett (2003 [1968]) afirma que não só a religião e as esferas sociais estão direcionadas aos homens, mas que a própria ciência, o conhecimento, gira em torno do sexo masculino. Não é de se estranhar, ao olharmos para a história da ciência, e vemos que a maioria dos cientistas são homens.

O sistema patriarcal, de certo modo, apresenta-se como modelo dominante e tem permeado o sistema político desde os mais remotos momentos na História das civilizações. Ao se debruçar sobre esse fato, Millett aponta a característica de que o sistema patriarcal tem dois princípios. O primeiro deles diz respeito à sobreposição do sexo masculino ao feminino, o que, de certa maneira, dá ao primeiro a posição de superioridade e, conseqüentemente, de dominação. Como exemplo disso, vemos frequentemente nas obras literárias de autoria masculina, como o escritor relata a postura do personagem masculino com relação à personagem feminina. O segundo, diz respeito à dominação do primeiro com relação a ambos os sexos, pois, o patriarca, como mais velho e mais experiente, se apresenta como o único detentor do poder, sempre se colocando como superior, dominador, o que decide o futuro das mulheres assim como o dos outros homens, o que tem vez e voz sobre todas as esferas da sociedade.

Um exemplo de dominação do sexo masculino com relação ao feminino nos é mostrado frequentemente em obras literárias do contexto oitocentista inglês, quando a maioria dessas narrativas nos apresenta, de maneira implícita ou explícita, a submissão e a subjugação das mulheres aos homens. A mulher, nesse contexto oitocentista patriarcal, não tem direito a alguns privilégios sociais como os homens têm, tais como: direito à herança, à uma profissão, a propriedades, ao poder público, de fato. Dessa maneira, o feminino é limitado à vida domiciliar, ou seja, à vida privada, lhe restando como única forma de ser respeitada pela sociedade o matrimônio, a presença masculina para firmar-se como um indivíduo civil.

¹⁰ Texto original: “Of course it is not surprising that religion as we know it takes the enforcement of male supremacy by divine fiat as part of its function in a patriarchy – so too does literature, all traditional and contemporary notions of government, those platitudes which currently pass for social science – and even – despite the influence of the Enlightenment – science itself cooperates in a number of transparently expedient rationalizations in maintaining the traditional sexual politics on grounds so specious as to have a certain comic charm” (Cf. MILLETT, 2003 [1968], paragraph 21). Para mais informações: Cf. RYAN, Sally (2003). *Sexual Politics* (Kate Millett – 1968). In: **Women and Marxism**. Marxist Internet Archive (MIA). Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/women/authors/millett-kate/sexual-politics.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2019. Às 21h 32min.

Com relação à privação do Poder Político das mulheres, a escritora Kate Millett (2003 [1968]) destaca o arranjo universal que trata sobre as conquistas políticas, civis e legais das mulheres:

Temos ainda um arranjo antigo e universal para a exploração política de um grupo de nascimento por outro – na área do sexo. [...]. As mulheres foram colocadas na posição de minoria ao longo da história e mesmo após a extensão relutante de certos direitos mínimos de cidadania e sufrágio no início deste século. É tolice supor que as mulheres – brancas ou negras – tenham uma representação maior agora que votam – do que jamais o fizeram. A história anterior deixou claro que a posse da votação por 100 anos fez do homem negro um bem pouco precioso (Cf. MILLETT, 2003 [1968], parágrafos 03 e 04, tradução nossa¹¹).

De acordo com a citação acima, Millett (2003 [1968]) vem ressaltar a posição da mulher no âmbito civil, com sua conquista pelo voto há mais de cem anos. Mas, apesar dessa conquista, a escritora ressalta que não é o suficiente para reafirmar a equidade de direitos entre homens e mulheres, pois ainda presenciamos a privação dessas do acesso ao poder público. Ou seja, as mulheres sempre sofreram privações às diversas áreas da vida pública, principalmente no que concerne aos assuntos de Estado, como a diplomacia, o comércio e a política. Ao final da sua afirmação, a teórica nos traz uma reflexão a respeito da inferioridade e desvalorização da mulher em sentido duplo. Pois, como ela afirma, a mulher por si só, mesmo que tendo conquistado o voto, ainda não é considerada como detentora do poder em todas as esferas sociais.

Assim, com relação ao papel da mulher no sistema patriarcal:

Fica então, delimitado a seu âmbito dentro do sistema patriarcal, que é o domínio da relação com os outros, do cuidado, da intuição, do concreto, da subjetividade, do sentimento, da ternura, da solidariedade, da partilha. [...]. Ela passa a reprimir a inteligência, a iniciativa, a agressividade a partir do inconsciente. E as qualidades que desenvolve a “especializam” para o domínio do privado. E como este não é produtivo, é menos valorizado que o domínio público, e ela se torna submissa a partir do inconsciente. Os valores da partilha e da solidariedade perdem então para a competitividade, o egocentrismo, mais funcionais dentro do novo patriarcado (MURARO, 2000, p. 69).

Desse modo, “o domínio público, da história, foi alocado ao princípio masculino, enquanto o princípio feminino, marginalizado, circunscreveu-se ao domínio da casa, do privado, da reprodução. E o feminino era associado a uma mediação entre o homem

¹¹ Texto original: “We have yet one ancient and universal arrangement for the political exploitation of one birth group by another – in the area of sex. [...]. It is fatuous to suppose that women – white or black – have any greater representation now that they vote – than that, they ever did. Previous history has made it clear that the possession of the vote for 100 years has done the black man precious little good at all” (Cf. MILLETT, 2003 [1968], paragraphs 03 e 04).

transcendente e a cultura imanente” (MURARO, 2000, p. 67). Isto é, mesmo com a conquista do voto, as mulheres nunca deixaram de ser consideradas como o sexo inferior, aquele que não é capaz de lidar com assuntos de Estado. A Diplomacia, de todo modo, assim como o Direito, tem origem dos alicerces patriarcais greco-romanos, calcados na ideologia da primogenitura e supremacia masculina, uma vez que a mulher não era capaz de lidar com assuntos da lei que competem à imagem masculina, e lidar com os entraves políticos, lhe privando de jogar o xadrez político de seu contexto.

Portanto, a respeito da posição da mulher dentro do sistema patriarcal e a opressão sofrida pela mesma, Millett afirma que:

a opressão das mulheres não é apenas econômica; isso é apenas uma parte disso. A opressão das mulheres é total e, portanto, existe na mente, é a opressão psicológica. Vamos dar uma olhada em como isso funciona, pois funciona como um encanto. Desde a mais tenra infância, todas as crianças do sexo feminino são cuidadosamente ensinadas que ela deve ser uma incompetente para toda a vida em todas as esferas da atividade humana significativa, portanto, ela deve converter-se em um objeto sexual - uma Coisa. Ela deve ser bonita e avaliada pelo mundo: pesada, julgada e medida por sua aparência. Se ela é bonita, ela pode se casar; então ela pode concentrar suas energias na gravidez e fraldas. Essa é a vida – essa é a vida feminina. É o que é reduzir e limitar as expectativas e potencialidades de uma metade da raça humana ao nível do comportamento animal (Cf. MILLETT, 2003 [1968], parágrafo 31, tradução nossa¹²).

Dessa forma, vemos que Millett (2003 [1968]) faz uma complexa reflexão sobre a imagem e a construção psíquica das mulheres desde a sua tenra infância, uma vez que elas são ensinadas que são incapazes de desenvolver atividades que sempre foram destinadas ao sexo masculino, o que acaba, portanto, causando-lhes uma possível limitação a respeito de seu lugar perante a sociedade. Ao serem comparadas como animais, as características referentes a esses se remetem àquelas destinadas às utilidades reprodutoras dos seres vivos, além de serem tratadas como objetos. Segundo Millett, ao serem consideradas como animais irracionais, objetos de satisfação sexual ou “coisas”, as mulheres passam e ter apenas uma única opção de se firmar na sociedade, o matrimônio. Uma vez que elas não conseguem cumprir tal objetivo por motivos de beleza, classe social ou adequação ao seu contexto sócio, histórico e cultural, o

¹² Texto original: “the oppression of women is not only economic; that's just a part of it. The oppression of women is Total and therefore it exists in the mind, it is psychological oppression. Let's have a look at how it works, for it works like a charm. From earliest childhood, every female child is carefully taught that she is to be a life-long incompetent at every sphere of significant human activity therefore, she must convert herself into a sex object – a Thing. She must be pretty and assessed by the world: weighed, judged and measured by her looks alone. If she's pretty, she can marry; then she can concentrate her energies on pregnancy and diapers. That's life – that's female life. That's what it is to reduce and limit the expectations and potentialities of one half of the human race to the level animal behavior” (MILLETT, 2003 [1968], paragraph 31).

juízo de inferioridade, no que concerne o pensamento da sociedade patriarcal, reafirma a sua condição de inferioridade.

Assim, as mulheres não eram consideradas apenas como inferiores intelectualmente, mas tinham uma imagem que consolidava a sua inferioridade, assim como essa imagem as tornavam ameaças para o sexo masculino. A esse despeito, em seu ensaio de 1968, Millett afirma que:

A segunda evasão que nossa cultura evoluiu é através do mito popular. De Dagwood ao professor universitário, o sexo é folclore e a versão oficial de ambos é que o macho é a “vítima” de uma conspiração generalizada. Desde a figura popular de Jiggs ou Punch até o estudo mais recente dos danos que as mães causam em seus filhos, somos assaltados pelo espantalho da mulher arrogante – mulher como algum mal natural terrível e primitivo – nosso remanescente do século XX do medo primitivo do desconhecido, desconhecido pelo menos para o macho, e lembre-se, é o macho em nossa cultura que define a realidade. O homem é inocente, ele é colocado em toda parte, ele está em perigo de ser destronado. Dagwood – o marido arquetípico, dominado por vilões – é uma figura de diversão folclórica apenas porque a cultura supõe que um homem governará sua esposa ou deixará de ser homem de verdade (Cf. MILLETT, 2003 [1968], parágrafo 08, tradução nossa¹³).

De acordo com a citação acima, vemos que Millett traz uma questão arquetípica sobre a vitimização do sexo masculino e a posição do sexo feminino como vilão e usurpador do poder masculino. Ao levarmos em consideração o que a teórica nos traz nesse trecho, observamos que ela elenca diversos fatores que contribuem para a personificação da figura da mulher como o sexo que é dotado de sedução e maldade, colocando o sexo masculino em um lugar de inocente e vítima da possível usurpação da mulher a respeito do domínio público masculino.

O primeiro diz respeito ao fato que se remete à possível ligação do filho com a mãe através da fase edípica, uma vez que esse passa primeiramente a ver a mãe como um objeto de admiração e, logo depois, a toma como uma ameaça à sua postura como o centro do sistema patriarcal. As mulheres, no entanto, passam a serem consideradas como possíveis usurpadoras do domínio público e do poder político, já que elas detêm, aos olhos do sexo masculino, o poder de persuasão e sedução, o que as caracterizam como o sexo perigoso e dotado de artimanhas, ou seja, uma ameaça ao poder e a supremacia masculina:

¹³ Texto original: “The second evasion our culture has evolved is via folk myth. From Dagwood to the college professor, sex is folklore and the official version of both is that the male is the “victim” of a widespread conspiracy. From the folk figure of Jiggs or Punch to the very latest study of the damage which mothers wreak upon their sons, we are assailed by the bogey of the overbearing woman – woman as some terrible and primitive natural evil – our twentieth-century remnant of the primitive fear of the unknown, unknown at least to the male, and remember, it is the male in our culture who defines reality. Man is innocent, he is put upon, everywhere he is in danger of being dethroned. Dagwood – the archetypal henpecked husband – is a figure of folk fun only because the culture assumes that a man will rule his wife or cease to be very much of a man” (MILLETT, 2003 [1968], paragraph 08).

Mas renunciem elas a esse papel, queiram usurpar o poder masculino – como Catarina de Médici, encarnação de mal e da infelicidade –, deixem desencadear a violência, o gosto pelo sangue, a paixão noturna que nelas habita, e a história, tal como um rio selvagem que sai do seu leito, destruirá tudo à sua passagem. [...]. O curso dos acontecimentos coletivos depende, como a felicidade e paz dos lares, desse equilíbrio dos sexos (PERROT, 2010, p. 174).

Pois, “nas culturas patriarcais, as mulheres são associadas à sedução, à traição e direcionam o homem para os caminhos que os conduzem à derrota e à morte” (MURARO, 2000, p. 66). Assim, o segundo fator concerne nos preceitos ideológicos da cultura patriarcal e falocêntrica, onde o poder gira em torno do sexo masculino. Sendo esse, portanto, dotado do falo, o medo da castração faz com que os homens nutram a possibilidade de destronamento. Em outras palavras, da perda da posição de governante da sociedade, já que esse castrado passa a ser comparado com o sexo feminino. Pois, “como os papéis de homens e mulheres são fabricados pelo patriarcado, também o é esta castração, que vem a ser tão importante para o funcionamento da psique masculina e do sistema patriarcal” (MURARO, 2000, p. 67).

Nesse tópico, discutimos sobre o Feminismo Político de Kate Millett, assim como a definição de “Política” apresentada por ela, as relações de poder existentes entre os sexos, a representação desses a respeito das divisões de papéis sociais, e a junção de ambos, caracterizando assim a “Política Sexual”. Assim, abordamos aqui algumas reflexões que contribuirão para a compreensão da análise do nosso *corpus*, frisando alguns elementos que compõem a teoria feminista política de Millett, dentre eles: o sistema patriarcal, no qual a discussão da estudiosa gira quase que exclusivamente em torno desse elemento, e que também será de frequente discussão no último capítulo do presente estudo.

3 DESVENDANDO JANE AUSTEN: VIDA E OBRA

“Calor, insolência, espírito: essas eram qualidades que a própria Jane Austen tinha e que valorizava em Frank”.
– Paula Byrne (2018, p. 35).

Mesmo após esses duzentos e dois anos de sua morte, não conseguimos encontrar uma biografia que nos proporcione com perfeição todos os detalhes sobre a vida da escritora oitocentista inglesa Jane Austen. Pois, a partir de relatos de estudiosos sobre o trabalho da romancista, grande parte de sua correspondência se perdeu ao longo desses dois séculos; material esse que possivelmente poderia nos presentear com mais informações sobre a sua vida pessoal e a sua vida enquanto escritora. Além dessa evidente falta de documentos, cartas e registros que relatem e nos forneçam mais detalhes sobre a sua vida e o processo de escrita da romancista, são poucos os biógrafos austenianos que se dispõem a recontar, de forma cronológica e precisa, sobre os estágios da vida da autora, embora muitos tenham tentando tal tarefa, porém não com muito sucesso.

Em consequência disso, por falta de uma fortuna crítica e biográfica mais ampla sobre a escritora, selecionamos duas biografias que acreditamos que possam fornecer-nos informações suficientes nesse momento. Desse modo, no presente capítulo, faremos uma breve introdução sobre vida e obra da romancista referenciada, tendo como bibliografia base, – além da contribuição de pesquisas de cunho documental – a obra biográfica *Uma Memória de Jane Austen* (2014)¹⁴, escrita inicialmente em (1870), após cinquenta e três anos da morte de Jane Austen, por seu sobrinho James Edward Austen-Leigh (1798-1874), uma vez que o escritor conviveu com a romancista, o que dá a sua obra um teor mais realístico sobre a vida de Austen, tendo contribuição das suas irmãs Mrs. B. Lefroy, Miss Austen, e os seus primos, que o ajudaram, com os seus relatos a pôr no papel as memórias de sua ‘Tia Jane’.

Além disso, contamos também com a contribuição da biografia intitulada *A Verdadeira Jane Austen: uma biografia íntima* (2018)¹⁵, da biógrafa britânica Paula Byrne, considerada como uma das maiores estudiosas de Austen na Europa Ocidental. Esse trabalho dá prioridade, no entanto, aos detalhes sobre a vida de Austen, como era a sua relação com a família e, principalmente com sua irmã Cassandra, o processo de escrita de seus romances, assim como

¹⁴ AUSTEN-LEIGH, James Edward (1798-1874). **Uma memória de Jane Austen**. / James Edward Austen-Leigh. Tradução de José Loreiro e Stephanie Savalla. – Domingos Martins, Vitória, ES: Pedra Azul, 2014. Consultado em: 22 de agosto de 2019.

¹⁵ BYRNE, Paula (1967). **A Verdadeira Jane Austen: Uma Biografia Íntima**. / Paula Byrne. Tradução de Rodrigo Breuning. – 1.ª Edição. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2018. Consultado em: 23 de junho de 2019.

as influências de sua família e do contexto sócio, histórico e cultural na sua produção literária. Pois, “a mulher que daí emerge é muito mais forte e vivaz, mais consciente política e socialmente, e em geral mais moderna do que a imagem convencional da ‘querida Tia Jane’” (Cf. BYRNE, 2018).

Dessa forma, falar sobre Jane Austen faz com que adentremos em um contexto sócio, histórico, político e cultural específico. Na época em que a romancista viveu, em termos de política, a Inglaterra ainda se configurava como monarquia, uma vez que quem governava era o rei George III, daqui extraído o termo “Era Georgiana (1714-1830)”. (Cf. BYRNE, 2018, p. 34). Durante o governo dessa mesma dinastia, temos um conflito entre a França e a Grã-Bretanha, uma vez que o Império Napoleônico ameaçava invadir a Inglaterra pelo litoral. (Cf. SANDERS, 1994, p. 369)¹⁶. No âmbito da Literatura, o Período Romântico Inglês (1780-1830) instaura-se, trazendo consigo a contribuição de escritores, tais como: Paine, Godwin e os romancistas Jacobinos; A Ficção Gótica; Smith e Burney; Cowper, Blake e Burns; Wordsworth; Coleridge, Southey e Crabbe; Scott; Byron, Shelley e Keats; Os Ensaístas Românticos; Clare e Cobbett; e, dentre esses todos, a própria Jane Austen.

A escritora britânica Jane Austen nasceu em 16 de dezembro de 1775, na casa paroquial de Steventon¹⁷, em Hampshire, Inglaterra. Segundo a Teoria e Crítica Literária Inglesa Contemporânea, ela é considerada como uma das maiores romancistas da Literatura Inglesa do século XIX, sendo uma das maiores contribuintes para o cânone que compõe a Literatura pertencente à Era Georgiana, a quem devemos *Pride and Prejudice* – 1813 (*Orgulho e Preconceito*) e outras obras. Em termos de escola literária e característica de seus escritos, podemos afirmar, de acordo com Sanders (1994), que as produções de Jane são pertencentes ao famoso Período Romântico da Literatura Inglesa (1780-1830). Ademais, assim como os romances de Sir Walter Scott¹⁸, – seu contemporâneo e um dos seus escritores favoritos, cujo trabalho ela admirava, tanto a sua prosa quanto o seu verso – os seus escritos são considerados

¹⁶ Para mais informações: Cf. SANDERS, Andrew. Austen, the ‘Regional Novel’, and Scott. In: **The Short Oxford History of English Literature**. New York: Oxford University Press, 1994. Páginas 368 a 377. Consultado em: 17 de setembro de 2019.

¹⁷ “Mas, quaisquer que fossem as belezas ou defeitos desse cenário, esta foi a residência de Jane Austen por vinte e cinco anos. Este foi o berço de sua genialidade. Estes foram os primeiros objetos que incutiram em seu jovem coração um senso de beleza da natureza. Em caminhadas ao longo dessas trilhas arborizadas, ideias rústicas brotavam de seu intelecto, e gradualmente assumiam a forma pela qual são conhecidas ao mundo. Naquela igreja simples, ela guiou todos ao jugo da devoção que a direcionou em vida e sustentou-a na morte” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 32).

¹⁸ “Sir Walter Scott (1771-1832) começou sua carreira como poeta, mas consagrou-se como o iniciador do romance histórico, gênero que produzirá grandes frutos na literatura europeia. Escocês de nascimento, Scott escreveu vários romances sobre a história de seu país. *Waverley*, *The Bride of Lammermoor* e *Guy Mannering* são alguns deles. Outras histórias nacionais também lhe serviram de tema e, assim, seu romance ainda mais conhecido até hoje é *Ivanhoe*, ambientado na idade média inglesa” (CEVASCO & SIQUEIRA, 1999, p. 51 e 52, grifos das autoras).

como narrativas que contém características regionais, configurando-se também como romance histórico, uma vez que “a história e a ficção sempre foram conhecidas como gêneros permeáveis. Em várias ocasiões, as duas incluíram em suas elásticas fronteiras formas como o relato de viagem [...]” (HUTCHEON, 1991, p. 143 apud MEDEIROS, 2013, p. 02).

Assim, no que diz respeito a sua fama, Austen é vista pelos biógrafos e críticos através da imagem de uma comportada filha de um reverendo, que viveu pacatamente no interior da Inglaterra, fazendo observações sobre os moradores da região:

Era, entretanto, em Steventon que a verdadeira base de sua fama se encontrava. Lá, uma parte de seus escritos mais bem-sucedidos foi composta em uma idade tão precoce que torna surpreendente o fato de uma mulher tão jovem pudesse ter adquirido a percepção do interior de uma personagem e a boa observação dos modos que ela apresenta [...] (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 55).

Portanto, depois de ter vivido vinte e cinco anos em Steventon, – lugar onde Jane Austen passou a sua infância, adolescência e maior parte de sua juventude, lugar onde ela também começou a as suas primeiras produções literárias – a sua família decide ir para Bath onde passam em torno de três a quatro anos, assim como em Southampton. Com o infortúnio da morte de seu pai, Mr. George Austen, em 1805, Jane, sua irmã Miss Cassandra e a sua mãe Mrs. Cassandra Austen decidem mudar-se para uma “*cottage*”¹⁹ em Chawton, cedido pelo seu irmão Edward Austen, e onde Jane passa grande parte de seu tempo saudável antes de se mudar para Winchester, em 1817, em busca de cura para a sua enfermidade (Cf. FURTADO, 2012, p. 04)²⁰. Dessa maneira, assim como Steventon, Chawton também se torna um lugar significativo no decorrer da carreira de Jane:

Chawton pode ser chamada de *segundo*, assim com o *último* lar de Jane Austen; pois, durante as moradas temporárias da família em Bath e Southampton, ela era apenas uma residente temporária em uma terra estranha, mas aqui ela encontrou um verdadeiro lar entre sua própria gente. [...] Chawton deve ser também considerado o lugar mais estreitamente ligado à sua carreira como escritora, pois foi lá que ela, na maturidade da sua mente, escreveu ou reestruturou, e preparou para publicação os livros pelos quais se tornou conhecida no mundo [...] (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 87 e 88, grifos do autor).

¹⁹ *Cottage*: “Chalé; casa de campo; casa rural; choupana. E.g.: I spent the winter in my family’s cottage, near the woods. (Eu passei o inverno no chalé da minha família, perto do bosque) ” (Cf. FRAHLIN, 2019). Para mais informações: Cf. FRAHLIN, Dr. Gereon. Tradução da palavra “*Cottage*”. In: **Linguee Dictionary**. Linguee é desenvolvido por DeepL GmbH. Im Mediapark 8^a. 50670 Colônia. Alemanha, 2019. Disponível em: <https://www.linguee.com.br/portugues-ingles/search?source=auto&query=cottage>. Acesso em: 20 de setembro de 2019. Às 20h 19min.

²⁰ Nota biográfica da tradutora Marcella Furtado, para a edição bilíngue de *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen, da Editora Landmark. Cf. AUSTEN, Jane (1775-1817). **Orgulho e Preconceito – Pride and Prejudice**. (1813) / Jane Austen; (Tradução e Notas de Marcella Furtado). – São Paulo: Editora Landmark, 2012. Consultado em: 03 de janeiro de 2019.

De acordo com Austen-Leigh (2014), a jovem romancista era descendente de uma família que deixou um legado no interior da Inglaterra. Pois, a origem de sua árvore genealógica, por parte de pai, que data por volta do século XVII, se remete ao comércio de tecidos, além de terem sido uma das famílias mais bem respeitadas no condado de Kent:

Seu pai, o Revendo George Austen, era de uma família que há muito tempo se estabelecera na vizinhança de Tenterden e Sevenoaks, em Kent. Acredito que no começo do século XVII eles eram comerciantes de tecido. Hasted, em sua história de Kent, diz: “O negócio de venda de tecidos era exercido por pessoas que possuíam a maior parte das terras em Weald, de tal maneira que quase todas as famílias antigas dessas regiões, agora com grandes posses e distinta classe na vida, e algumas delas enobrecidas com títulos, são oriundas de ancestrais que usaram grande manufatura de matéria-prima, quase desconhecida por aqui”. Na lista dessas famílias, Hasted põe os Austen e acrescentam que esses vendedores eram normalmente chamados de “Casacos de Cinza de Kent”; e eram um grupo tão numeroso e unido, que nas eleições, quem tivesse os votos e interesses deles, tinham todas as chances de serem eleitos” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 10 e 11, grifo do autor).

De acordo com a citação acima, percebemos que os antepassados de Jane Austen eram influentes e tinham a sua importância e respeito tanto no âmbito político como no âmbito do comércio. A contribuição dos predecessores de Jane Austen para a comunidade aristocrata Inglesa fez com que a sua família deixasse um legado para as futuras gerações. Assim, tanto os homens quanto as mulheres Austen, por pertencerem à uma classe social burguesa e aristocrata, tiveram acesso à algumas esferas sociais das quais algumas famílias interioranas inglesas não tiveram. Um exemplo disso concerne no fato de muitos dos parentes da escritora deixarem grandes contribuições para o clero, a advocacia, o ensino, o comércio, a política, o ramo editorial, e por fim, para a Literatura Inglesa.

Jane Austen era filha do Reverendo Mr. George Austen²¹ e da filha do Reverendo Thomas Leigh, Cassandra Leigh, mais tarde, Mrs. Cassandra Austen²². Para dividir os seus momentos de infância, Austen contou com a companhia de sua irmã mais próxima, Miss Cassandra. Além dessa última, a romancista tinha mais seis irmãos, com os quais ela tinha tanta

²¹ “Mr. George Austen perdera ambos os pais antes de completar nove anos. Não herdou qualquer propriedade deles; mas foi feliz por ter um bom tio, Mr. Francis Austen um bem-sucedido advogado em Tunbridge e ancestral dos Austen de Kippington, quem apesar de ter seus próprios filhos, forneceu provisões para o sobrinho órfão. O menino recebeu uma boa educação em Tunbridge School, onde conseguiu uma bolsa de estudos e, posteriormente, uma associação em St. John’s College, Oxford. Em 1764, recebeu uma posse de duas paróquias contíguas de Deane e Steventon, em Hampshire; a primeira comprada para ele por seu generoso tio Francis, a segunda doada por seu primo Mr. Knight” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 11 e 12).

²² “Em Mrs. Austen podia ser encontrado o broto de grande parte da habilidade que estava concentrada em Jane, mas da qual outros de seus filhos também compartilhavam. Ela unia um forte senso comum com uma imaginação vívida, e sempre se expressava, tanto em escrita quanto em conversação, com epigramática, força e opinião. Ela viveu, como muitos em sua família, até uma idade avançada. Durante os últimos dias de vida, sofreu com dores contínuas, não apenas pacientemente, mas com característica alegria” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 18).

proximidade quanto tinha com essa última, embora ela tenha mantido uma ligação mais sólida com os seus irmãos mais novos, Francis e Charles, já que esses sempre a ajudaram com opiniões sobre os seus romances que tinham o cenário marítimo como pano de fundo, visto que esses seus dois irmãos trabalhavam como marinheiros para a marinha britânica, em defesa dos ataques do Império Napoleônico.

James, seu irmão mais velho, era pároco. O segundo irmão, George²³, que não é mencionado em algumas biografias sobre Jane Austen ou sua família, foi adotado por outro ceio familiar. Mas, segundo Byrne (2018), ele mantinha um contato com a sua família biológica, principalmente com escritora estudada aqui. Seu terceiro irmão, Edward, era o único irmão sem profissão, ele estava morando como um cavalheiro do campo em uma de suas propriedades que ele herdou da família que o adotou. O quarto irmão, Henry, era sócio em um banco londrino; e seus irmãos mais novos Francis e Charles, o primeiro era capitão de um navio no Báltico, e o segundo era capitão de outro navio (Cf. NEWTON, 1978, p. 27).

Segundo Byrne (2018), por mais que Jane Austen sempre mantivesse um bom relacionamento com todos os seus outros irmãos, ela sempre teve uma preferência por sua irmã Miss Cassandra. Um dos motivos, aparentemente, concerne no fato de que ambas, por pertencerem ao mesmo sexo, construíram um laço afetivo mais forte do que com todos os outros irmãos. Cassandra, tornou-se, desse modo, com o passar do tempo e do amadurecimento de seu caráter, além de irmã e amiga, também confidente e motivo de admiração para Jane:

Porém, a mais querida de todas ao coração de Jane era a sua irmã Cassandra, por volta de três anos mais velha. A afeição entre elas dificilmente poderia ser excedida. Talvez isso tenha começado por parte de Jane, com o sentimento de respeito, natural em uma criança amorosa em relação a uma gentil irmã mais velha. Algo deste sentimento permaneceu; e, mesmo na maturidade de seus sentidos e no usufruto de seu crescente sucesso, ela ainda falava em Cassandra como alguém mais inteligente e melhor do que ela própria [...] (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 23).

A parte que nos chama mais atenção no trecho acima diz respeito à modéstia, humildade e a consideração que a escritora sentia com relação à sua irmã, o que nos mostra sobre o caráter e índole da romancista, uma vez que sabia que ela própria era muito mais afeita à escrita, à Literatura desde cedo do que a sua irmã; visto que ela era considerada dona de “uma personalidade muito mais complexa e instigante do que a de uma solteirona afeiçoada ao

²³ “[...] George, o seu segundo filho, nascido em 1766, era mentalmente incapacitado. Era epilético e possivelmente surdo. Em julho de 1770, seu pai escreveu que o garotinho sofria convulsões e não dava nenhum sinal de melhora: ‘Só Deus sabe até quando isso vai durar, mas, no melhor julgamento que posso formar no presente, não devemos ser otimistas demais nesse Tópico; seja como for, temos esse conforto: ele não pode ser uma criança má ou perversa’” (BYRNE, 2018, p. 32).

bordado. Vemos possivelmente uma criança prodígio (“como Mozart”), [...]” (Cf. BYRNE, 2018).

No que concerne à infância, à formação pessoal e intelectual de Jane Austen, o seu sobrinho afirma que:

Jane foi, possivelmente, tratada como o restante (de seus irmãos) neste sentido. Na infância, toda oportunidade de instrução era aproveitada. De acordo com as ideias da época, ela foi bem-educada, embora não altamente prendada, e certamente desfrutou daquele importante elemento de treino mental, associando-se em casa com pessoas de intelecto (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 50, grifo nosso).

Por pertencer à uma família que sempre teve acesso à educação e ao conhecimento, graças ao seu pai, o Reverendo George Austen, isso foi uma vantagem para a escritora. Pois, segundo Byrne (2018), assim como para os seus filhos homens, o Reverendo Austen disponibilizou e investiu em uma educação formal para as suas duas filhas, o que contribuiu para o desenvolvimento intelectual de Jane, distinguindo-a de outras moças de sua idade com relação à aptidão por conhecimento, já que no contexto georgiano, a educação formal era privilégio de poucos, principalmente no que diz respeito às mulheres:

[...] Com sete anos de idade, Jane Austen, acompanhando a sua irmã de dez anos, foi levada para Oxford pela prima Jane Cooper. Elas seriam ensinadas por certa sra. Cawley, parente de Cooper. Sete anos nos parece ser uma idade precoce para uma garotinha estar vivendo longe de sua família, sobretudo quando afastada de um lar tão caloroso, amoroso, cheio de vida e animação. Deve ter sido uma tortura trocar a segurança e a proteção da residência da família pela escola em Oxford, embora o irmão mais velho, James Austen, estivesse estudando lá e tenha mostrado as atrações da cidade para as meninas [...] (BYRNE, 2018, p. 39).

Além de ter tido acesso à educação formal, Jane Austen também tinha conhecimento sobre línguas estrangeiras como Francês e Italiano, embora, “naqueles dias o alemão não fosse mais lembrado do que o Hindu, como parte da educação de uma dama” (Cf. AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 92). No que concerne ao conhecimento sobre História, ela seguia os ensinamentos dos escritores Goldsmith, Hume e Robertson, lhe chamando a atenção a história da monarquia Romana e as suas personagens históricas. A respeito de Política, segundo Austen-Leigh (2014), a romancista mostrava interesse pelos assuntos políticos ingleses dos séculos XVII e XVIII, não mostrando interesse pela política de seu tempo. Em termos de escrita informativa, de acordo com Austen-Leigh (2014), Jane Austen sempre esteve atenta aos periódicos do *Spectator*, mantendo uma forte admiração pelo editor e escritor inglês Samuel Richardson (1689-1761). Além disso, no âmbito da Literatura, “entre os seus escritores favoritos, estavam Johnson em prosa, Crabbe em versos e Cowper em ambos, em alta estima”, apesar de que “a poesia de Sir

Walter Scott lhe dava grande prazer; ela não viveu o suficiente para conhecer bem os seus romances. Apenas três deles foram publicados antes de sua morte; [...]” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 93).

Em adição à essa formação intelectual, Jane Austen também tinha, além da escrita, dois outros talentos, que consistiam em tocar piano e cantar. Mas ela só expunha os seus talentos musicais apenas diante da família ou entre amigos próximos. Além desses dois talentos artísticos da romancista, a mesma é bem lembrada pelo grau de escrita em suas cartas e o seu talento para a costura:

Mas a escrita não era a única parte de suas cartas que demonstrava um trabalho manual superior. Naquela época havia uma arte de dobrar e selar. Não existiam envelopes ou adesivos para tornar tudo fácil. As cartas de algumas pessoas sempre pareciam frouxas e mal organizadas; mas o papel dela certamente tinha as dobras certas, e a cera caía no lugar certo. Sua costura, tanto simples quanto ornamental, era excelente, e poderia quase envergonhar uma máquina de costura. Ela era muito boa especialmente em costurar seda (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 102 e 103).

Ao lermos o trecho acima, percebemos o quanto Jane Austen se atentava aos mínimos detalhes, à perfeição e à boa execução de suas habilidades, o que acaba refletindo tanto no seu perfil de mulher (dama) pertencente ao contexto oitocentista inglês e integrante de uma classe aristocrata inglesa, quanto o seu perfil como romancista. De certo modo, transparece em suas obras características como perfeição, precisão e riqueza de detalhes que as suas narrativas nos apresentam. Ao observar o presente – uma bolsa de costura com linhas e agulhas, feita de seda – que a sua ‘Tia Jane’ deu a sua cunhada Mrs. Austen-Leigh, James Edward Austen-Leigh nos diz que o artigo ainda “está novo e reluzente como quando feito, há setenta anos; e mostra que aquela mesma mão, que delineava tão bem com a pena, podia trabalhar tão delicadamente com a agulha” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 103).

Portanto, o acesso à educação, de certa maneira, foi um dos pontos que possibilitaram Austen a se afeiçoar ao mundo literário, – uma vez que o seu pai, como reverendo, dispunha de uma biblioteca onde Jane poderia ter acesso a obras de todas as áreas do conhecimento sem as restrições que a sua época impunha à configuração do caráter feminino – e desenvolver, com o passar do tempo, as suas habilidades de escrita e, conseqüentemente, a sua aptidão pela ficção.

Sobre a ligação entre Jane Austen e Cassandra Austen, vemos que a união de ambas as irmãs não se configurava simplesmente como um mero relacionamento entre duas meninas que foram criadas em meio a tantos meninos, e que tinham apenas uma à outra para compartilhar dos prazeres da infância, mas à ligação das duas perdurou até à vida adulta:

Esta ligação jamais foi interrompida ou enfraquecida. Elas viveram na mesma casa e dividiram o mesmo quarto, até serem separadas pela morte. Não eram exatamente parecidas. Cassandra tinha um temperamento mais frio e calmo; era sempre prudente e de bom juízo, mas demonstrava menos seus sentimentos e possuía menos brilho de temperamento quando comparada a Jane. Sua família afirmava que “Cassandra tinha o *mérito* de manter seu temperamento sempre sob controle, mas Jane tinha a *felicidade* de ter um temperamento que não precisava ser controlado” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 24, grifos do autor).

Diante do exposto, vemos que Austen-Leigh (2014) nos mostra um contraste da personalidade de ambas as irmãs, caracterizando uma como racional e a outra com um temperamento excepcional, o que diferencia a personalidade das duas. Na opinião do biógrafo, Cassandra Austen apresenta-se com uma personalidade simplória, sensata, mas não tão cativante e chamativa como a de Jane Austen. Com relação a essa última, o escritor atribui características que são admiradas por muitos e que são o motivo para torná-la o objeto de atenção de seus sobrinhos, quando ele afirma que: “apesar de ter esquecido em cinquenta anos, a ‘Tia Jane’ era o deleite de todos os seus sobrinhos e sobrinhas. Não a víamos como uma pessoa inteligente, muito menos como famosa; mas a tínhamos como alguém sempre carinhosa, simpática e divertida” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 10).

Ademais, no que concerne à personalidade de Jane Austen, Byrne (2018) nos diz que:

Ela era jovial, não se irritava com facilidade, era um pouco tímida com estranhos. Sua reserva natural era mal interpretada, por vezes, como arrogância. Era gentil e engraçada sem nunca deixar de “o júbilo e a hilaridade dos convivas”. Adorava as crianças e as crianças adoravam-na: “Seus sobrinhos e sobrinhas dos quais havia muitos, não podiam ganhar maior mimo do que se aglomerar ao redor e ouvir as histórias da ‘Tia Jane’” (BYRNE, 2018, p. 18, grifo da autora).

Assim, no que diz respeito a aparência física de Jane Austen, seu sobrinho afirma que:

Como pessoa, ela era muito atraente; sua figura era bastante alta e esbelta, seus passos leves e firmes, e toda a sua aparência expressiva de saúde e animação. Em compleição, era uma morena clara de cor rica; tinha bochechas redondas, com a boca e nariz pequenos bem formados, olhos brilhantes da cor de avelã, e cabelo castanho formando cachos naturais próximos à face. Se não tão bela quanto a irmã, ainda sim o seu semblante possuía um charme peculiar próprio aos olhos da maioria dos seus contempladores (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 91).

Diante do exposto acima, vemos que Byrne (2018) e Austen-Leigh (2014) nos mostram as características de Jane Austen tanto com relação à sua personalidade quanto no que diz respeito à sua aparência física. Mas, um aspecto que identificamos em Austen que se destaca concerne no bom relacionamento da romancista com a sua família. Dessa maneira, além de sua

paixão pela natureza, pela leitura, e pela escrita, a família era a outra maior paixão da escritora. A esse respeito, temos:

Para Jane Austen, sua própria família era tanto, e o resto do mundo tão pouco, que uma ligeira menção a seus irmãos e irmã é necessária para dar qualquer ideia dos indivíduos que ocupavam principalmente seus pensamentos e enchiam-lhe o coração, especialmente pelo fato de que alguns deles, considerando as suas ídoles e as suas profissões, podem ter tido mais ou menos influência em sua escrita, apesar de eu sentir certa relutância em levar ao público pessoas e circunstâncias essencialmente privadas (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 19).

De acordo com o relato do escritor, Jane Austen demonstrava em seu dia a dia a grande importância que a sua família tinha para ela. Apesar de sempre ter vivido no interior da Inglaterra e ter sido, de certo modo, privada das distrações e entrosamentos que a grande Londres disponibilizava, Jane poderia encontrar na busca de pretendentes uma ocupação para as suas longas horas no campo, o que a fez ir de encontro com essa premissa interiorana inglesa, ou seja, “uma mente muito à frente de seu tempo, enfim, que preferiu – diferentemente de suas personagens – não experimentar o casamento, mas escolheu uma existência dedicada à literatura” (Cf. BYRNE, 2018). Além disso, ela era:

Uma mulher que viajou mais do que se costuma acreditar, alguém com consciência política e social (inclusive sobre tópicos espinhosos, como a condenação do tráfico de escravos), uma mente à frente de seu tempo, enfim, que preferiu – diferentemente de suas personagens – não experimentar o casamento, mas escolheu uma existência dedicada à literatura [...] (Cf. BYRNE, 2018, grifo da autora).

Assim, Austen fez o contrário do que muitas mulheres de sua idade fizeram em um contexto onde as convenções sociais e o sistema patriarcal reinava nos lares, desde as famílias mais humildes às famílias pertencentes à mais alta classe da aristocracia inglesa, o que faz de Jane Austen transgressora para a sua época. Embora não tenha namorado ou casado, a escritora esteve ligada a um jovem da família Lefroy, – cuja matriarca da família era a Mrs. Lefroy, uma vez que essa última incentivava Jane na sua carreira de romancista, a quem ela escreveu-lhe um poema após a sua morte, intitulado “Em Memória de Mrs. Lefroy”, descrevendo a sua amiga e demonstrando a sua admiração por ela, assim como a sua dor pela perda de sua admiradora e patrocinadora. Sobre Thomas Lefroy, o fruto da afeição da escritora, temos:

Também em Ashe, Jane conheceu um membro da família Lefroy, que ainda era vivo quando eu comeci estas memórias, poucos meses atrás; o muito honorável Thomas Lefroy, falecido Chefe de Justiça da Irlanda. É preciso voltar mais de setenta anos para alcançar a época quando estes dois jovens brilhantes estiveram, por um curto período, intimamente relacionados um com o outro, e então se separaram, seguindo os seus próprios caminhos para jamais se encontrarem novamente; ambos destinados

a obter alguma distinção em seus caminhos diferentes; um sobreviveria ao outro por mais de meio século, mas ainda assim, em sua avançada idade, se lembrava e falava, de vez em quando, de sua antiga companhia, como alguém a ser muito admirada e não facilmente esquecida por aqueles que a conheciam (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 62).

De acordo com Greenblatt (2005), possivelmente, no mesmo período em que Jane Austen teve contato com Thomas Lefroy, ela recebeu uma proposta de casamento e a recusou:

Jane Austen recusou uma proposta de casamento em 1802, possivelmente intuindo como seria difícil combinar autoria e vida como esposa, mãe e anfitriã de nobres. Começara a escrever aos 12 anos, para divertir a própria família e, em 1797, começou a enviar trabalhos para editoras em Londres (GREENBLATT, 2005, p. 514, tradução nossa²⁴).

É possível afirmar que a sua vida de solteira foi realmente uma escolha. Pois, Austen foi pedida em casamento, em 1802, por um rapaz que poderia lhe fornecer uma vida confortável, influência e reconhecimento na sociedade aristocrata inglesa, apesar de Jane Austen não ter sentido por ele o mesmo que ela provavelmente sentiu por Thomas Lefroy. O pretendente, no entanto, era nada menos do que Harris Bigg-Wither, irmão de suas duas amigas íntimas Catherine, Alethea e Elizabeth Bigg-Wither (Cf. GOETTEMES, 2014, p. 04)²⁵. O que, de certo modo, vai em desencontro com as convenções e padrões sociais de sua época, uma vez que o maior desejo das meninas da idade de Jane Austen, em sua época, era ser cortejada por um homem que lhe fornecesse posição e reconhecimento social através da riqueza, do nome, e da influência político-social, como vemos o exemplo de Harris Bigg-Wither.

Desse modo, ao se posicionar dessa maneira em um contexto patriarcal, Jane Austen expressa, através de suas protagonistas, em partes, a mesma postura que ela tomou para si, embora a maioria de suas personagens femininas acabem cedendo ao casamento, visto que esse é aceito por afeição e não por obrigação, em contraste com o que o contexto oitocentista inglês impõe às consideradas “damas da sociedade”. Assim:

Por meio de suas heroínas, os leitores podem ver também como os fatos difíceis da vida econômica abateram as damas durante esse período em que a segurança de uma dama dependia dela para fazer um bom casamento. O problema no centro da ficção é

²⁴ Texto original: “Jane Austen turned down a proposal of marriage in 1802, possibly intuiting how difficult it would be to combine authorship with life as a wife, mother, and gentry’s hostess. She had started writing at the age of twelve, for her family’s amusement and her own, and in 1797 began sending work to publishers in London” (GREENBLATT, 2005, p. 514). Para mais informações: Cf. GREENBLATT, Stephen. Jane Austen (1775-1817). In: **The Norton Anthology of English Literature** / Stephen Greenblatt (1943), general editor; M.H. Abrams (Meyer Howard, 1912), founding editor emeritus. – 8th ed. Volume 2. p. cm. New York: W. W. Norton & Company, 2005. Consultado em: 16 de setembro de 2019.

²⁵ Nota biográfica da tradutora Doris Goettems, para a edição bilíngue de *Lady Susan*, de Jane Austen, da Editora Landmark. Cf. AUSTEN, Jane. (1775-1817). **Lady Susan – Lady Susan**. (1818). / Jane Austen; (Tradução e Notas de Doris Goettems). – São Paulo: Editora Landmark, 2014. Consultado em: 15 de setembro de 2019.

se esse casamento pode ser compatível com a independência da mente e da integridade moral que Austen, como suas heroínas, acalenta (GREENBLATT, 2005, p. 514 e 515, tradução nossa²⁶).

Assim, por pertencer a um contexto no qual ela não poderia escrever explicitamente sobre as privações do seu sexo com relação à igualdade de direitos legais, civis e políticos em uma sociedade onde a monarquia era predominante e a submissão feminina era comum naqueles tempos, a romancista histórica teve que valer-se da arte da linguagem para criticar o seu contexto social sem sofrer retaliações. Portanto, para conseguir chegar a esse nível de crítica implícita em suas obras, o escritor precisa ser versado na arte da escrita e conhecer não apenas o que os livros lhes fornecem, mas o que a sua realidade transparece:

Embora seus romances tenham sido do primeiro bem recebido, é apenas em anos relativamente recentes que seu gênio ganhou a ampla apreciação que merece. Sua força reside no delineamento do caráter, especialmente de pessoas de seu próprio sexo, por vários toques delicados e minuciosos que surgem dos incidentes mais naturais e cotidianos da vida das classes média e alta, dos quais seus súditos são geralmente ocupados. Seus personagens, embora de tipos bastante comuns, são desenhados com tanta firmeza e precisão, e com detalhes significativos que mantêm sua individualidade absolutamente intacta durante todo o desenvolvimento, e nunca são pintados por sua própria personalidade (Cf. THOMAS, 2016, tradução nossa²⁷).

Dessa maneira, para Austen, a representação verossímil com o real em sua escrita era um dos pontos pelos quais ela prezava. Em consequência disso, tanto a sua vizinhança quanto as características de componentes da sua família tornaram-se fontes inspiradores de reprodução da sua realidade. O que não nos deixa pensar que as personagens de Austen são a reprodução de características e elementos que compõem a personalidade e delineamento do caráter, provavelmente de seus amigos e vizinhos, e que continham um atrativo valorizado pela escritora:

²⁶ Texto original: “Through their heroines, readers can see, as well, how harshly the hard facts of economic life bore down on gentlewomen during this period when a lady's security depended on her making a good marriage. The onundrum at the center of the fiction is whether such a marriage can be compatible with the independence of mind and moral integrity that Austen, like her heroines, cherishes” (GREENBLATT, 2005, p. 514 e 515).

²⁷ Texto original: “Although her novels were from the first well received, it is only of comparatively late years that her genius has gained the wide appreciation which it deserves. Her strength lies in the delineation of character, especially of persons of her own sex, by a number of minute and delicate touches arising out of the most natural and everyday incidents in the life of the middle and upper classes, from which her subjects are generally taken. Her characters, though of quite ordinary types, are drawn with such wonderful firmness and precision, and with such significant detail as to retain their individuality absolutely intact through their entire development, and they are never coloured by her own personality” (Cf. THOMAS, 2016).

Havia tantas coisas agradáveis e atrativas nesta família que os seus membros poderiam ser desculpados, caso fossem inclinados a viver quase exclusivamente em meio a ela. Eles provavelmente viam, uns nos outros, muito o que amar e estimar, e também algo a admirar. As conversas da família tinham abundância de espírito e vivacidade, e nunca eram perturbadas por discórdia, mesmo em pequenos assuntos, pois não era um hábito disputar ou discutir entre eles: acima de tudo, havia uma forte afeição familiar e uma forte união, que jamais se romperiam se não fosse pela morte. Não se pode duvidar de que tudo isto tenha influenciado a autora na construção de suas histórias, nas quais as famílias normalmente fornecem um palco estreito, enquanto o interesse gira em torno de poucos atores (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 25).

Ao lermos a citação acima e ao levarmos em consideração a influência do contexto de Austen na escrita de seus romances, vemos explicitamente o relacionamento de Jane Austen com a sua família e a satisfação que eles transpareciam em estar na companhia uns dos outros, nos disponibilizando detalhes sobre as suas relações de parentesco, e, provavelmente, a contribuição desses para a construção de suas narrativas. Pois, além das paixões já mencionadas da escritora, Jane amava o mar, e dois de seus irmãos mais jovens, Francis e Charles, eram marinheiros, o que fez com que a escritora mantivesse um pano de fundo frequente sobre o contexto marítimo em algumas de suas narrativas. Segundo Greenblatt (2005), a respeito dos irmãos de Jane, eles “parecem ter vivido mais no mundo e mais próximo dos grandes eventos desse período turbulento do que ela. Dois irmãos lutaram como oficiais da Marinha na Guerra Napoleônica” (GREENBLATT, 2005, p. 514, tradução nossa²⁸).

No entanto, por mais que a mesma não traga em seus romances o contexto político da sua época, que consistia no conflito entre França e Grã-Bretanha, uma vez que a Inglaterra vivia ameaçada pela invasão do Império Napoleônico em seus limites litorâneos, vemos nos romances de Austen o frequente contato com o mar:

Embora um primo bem conectado dos Austen tenha morrido no cadafalso na França, e embora os dois irmãos mais novos da romancista tenham servido como oficiais da marinha na grande campanha contra Napoleão, qualquer discussão sobre política revolucionária é evitada e a guerra continua sendo uma preocupação relativamente marginal (ou pelo menos em grande parte masculina), mesmo em romances como *Mansfield Park* e *Persuasão*, que apresentam oficiais da Marinha como personagens (SANDERS, 1994, p. 370, grifo nosso, tradução nossa²⁹).

Não é à toa que em seus dois romances, *Mansfield Park* (1814) e *Persuasão* (1817), Austen consiga construir personagens e uma narrativa coerente e realista no que concerne ao

²⁸ Texto original: “appear to have lived more in the world and closer to this turbulent period's great events than she did. Two brothers fought as naval officers in the Napoleonic War” (GREENBLATT, 2005, p. 514).

²⁹ Texto original: “Although a well-connected cousin of the Austens had died on the scaffold in France, and although the novelist's two younger brothers served as officers in the navy in the great campaign against Napoleon, any discussion of revolutionary politics is eschewed and the war remains a relatively marginal (or at least, largely male) concern even in novels such as *Mansfield Park* and *Persuasion* which introduce naval officers as characters” (SANDERS, 1994, p. 370, griffon made by us).

contexto marítimo de sua época. Pois, por ter tido um maior contato com esse ambiente tanto pessoalmente como através de seus irmãos marinheiros, as suas produções passaram a conter um teor realista e preciso sobre o contexto que sonda a narrativa. A esse despeito, Byrne (2018) afirma que:

Jane Austen se importava muitíssimo com a precisão. Queria que seus romances correspondessem à vida real. Ao ler o esboço de um romance de sua sobrinha Anna, assinalou que era um erro tratar as pessoas em Dawlish fofocando sobre notícias de Lyme: “Lyme não serve – fica a uma distância de mais ou menos 65 quilômetros de Dawlish, ninguém falaria de Lyme por lá”. Seus romances eram fincados no mundo real. A fim de criá-los, ela fazia uso da realidade que conhecia: as pessoas, os lugares, os acontecimentos (BYRNE, 2018, p. 15).

Ao lermos o trecho acima, conseguimos citar diversas obras de Austen que, ao nos atentarmos à historiografia da sociedade aristocrata e georgiana inglesa, tais como: *Lady Susan* (1794-1805), *Razão e Sensibilidade* (1811), *Orgulho e Preconceito* (1813), *Emma* (1815), e *A Abadia de Northanger* (1818); conseguimos identificar os costumes, as crenças, os hábitos, a educação, a política, a cultura, dentre outros aspectos que se apresentam como fiéis ao seu mundo real. Ou seja, que faz parte de um certo recorte na história de uma civilização, configurando o seu trabalho, através dessas reflexões, como pertencente ao gênero romance histórico oitocentista inglês. Considerada, dessa maneira, como uma romancista histórica oitocentista inglesa, entendemos de imediato a reprodução do real do mundo de Jane Austen. Um exemplo disso é quando ela ambienta as suas narrativas em um cenário do qual ela faz parte, dando vida a criaturas fictícias com características das figuras que têm ligação com a sua realidade. A esse respeito, em um ensaio sobre os romances de Jane Austen, dentre eles *Razão e Sensibilidade* (1811) e *Orgulho e Preconceito* (1813), o romancista mais celebrado da Europa, Sir Walter Scott, contemporâneo de Jane Austen e admirado por ela, ele nos mostra:

[...] a forte alegação de que Jane Austen foi a primeira romancista da história a oferecer uma representação precisa do “andamento da vida comum”. Ela apresenta ao leitor, “em vez das cenas esplêndidas de um mundo imaginário, uma representação correta e impressionante do que ocorre diariamente em torno dele”. Scott diz que “o conhecimento de mundo por parte da autora, e o tato peculiar com o qual apresenta os personagens que o leitor não poderá deixar de reconhecer, nos traz à mente algo dos méritos da escola flamenga, da pintura. [...] A “representação correta e impressionante” das cenas da “vida comum”, elaborada com precisão, tato e minúcia: essa é, de fato, a essência da arte de Austen, assim como no realismo da pintura holandesa [...] (BYRNE, 2018, p. 23, grifos da autora).

Ademais, Steven Thomas (2016), da Universidade de Adelaide, Austrália, vem dizer a respeito de Austen que:

Entre seus admiradores estava Sir W. Scott, que disse: “Essa moça tem talento para descrever o envolvimento de sentimentos e personagens da vida cotidiana, que é para mim o mais maravilhoso que já conheci;” outros eram Macaulay (que pensavam que no mundo não havia composições que se aproximassem da perfeição), Coleridge, Southey, Sydney Smith e E. FitzGerald (Cf. THOMAS, 2016, tradução nossa³⁰).

Ao lermos o trecho acima, exposto por Steven Thomas (2016), vemos a grande admiração que o romancista inglês Sir Walter Scott tem por Austen, chegando a comparar a perfeição de sua escrita com a de vários romancistas ingleses de seu período, o que, de certa maneira, nos mostra a valorização do trabalho de Jane Austen aos olhos de um dos mais importantes escritores do Romantismo Inglês.

Assim, levando em consideração a “reprodução do real” como característica principal da narrativa ficcional de Austen, seu sobrinho Austen-Leigh (2014) nos diz que:

Quando *Razão e Sensibilidade* foi lançado, algumas pessoas que conheciam moderadamente a família especulavam que as duas Misses Dashwood mais velhas foram pensadas pela autora como a irmã e ela mesma; mas este não poderia ser o caso. A personagem de Cassandra poderia, de fato, representar a “razão” de Elinor, mas Jane tinha pouco em comum com a “sensibilidade” de Marianne. Uma jovem que, antes de completar vinte anos, era capaz de discernir as falhas de Marianne Dashwood, dificilmente poderia ter sido inspirado nela própria (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 24, grifo do autor).

Como vemos acima, Austen-Leigh (2014) nos mostra que, apesar da maioria dos personagens de Jane Austen serem delineados ou inspirados nas características, perfis e personalidades das pessoas as quais fazem parte do seu cotidiano, ela nunca, de fato, constrói os seus seres fictícios de acordo com a sua própria personalidade e, sim, com características ou aspectos relevantes de figuras cativantes que ela encontrou em sua jornada, sendo a maior parte deles criação original da escritora. Descartando, dessa maneira, a possível incapacidade de Austen de criar os seus próprios personagens, e não de repeti-los na construção de seus seres fictícios.

No que diz respeito ao desenvolvimento de sua escrita com o passar dos anos, o seu sobrinho James Edward Austen-Leigh (2014) afirma que os seus primeiros romances foram primorosos, mas que os três últimos são considerados por ele, e, possivelmente, pela crítica literária, como os mais evoluídos a caráter de escrita, pois o longo intervalo entre a escrita de seus romances:

³⁰ Texto original: “Among her admirers was Sir W. Scott, who said, ‘That young lady has a talent for describing the involvements of feelings and characters of ordinary life which is to me the most wonderful I ever met with’; others were Macaulay (who thought that in the world there were no compositions which approached nearer to perfection), Coleridge, Southey, Sydney Smith, and E. FitzGerald” (Cf. THOMAS, 2016).

[...] pode esclarecer suficientemente qualquer diferença de seu estilo percebida entre as três produções anteriores e as três posteriores. Se as primeiras demonstram maior originalidade e gênio, talvez considere que essas tenham menos da finalização perfeita e a alta polidez distingue as últimas. [...] mas eu penso que seus três últimos trabalhos são consideravelmente mais refinados, possuem um senso maior de propriedade e uma percepção mais profunda da delicada autonomia do coração humano, fazendo a diferença entre a jovem brilhante e a mulher madura (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 156 e 157).

As considerações apresentadas anteriormente, de certo modo, nos mostram que a escrita de Jane progrediu, não nos limitando a refletir sobre quais surpresas, críticas, reflexões e problemas sociais as suas futuras obras nos forneceria, caso ela tivesse vivido por mais tempo. Pois, ela é, nos dias atuais, “considerada geralmente como uma das figuras mais importantes da literatura inglesa ao lado de William Shakespeare, Charles Dickens e Oscar Wilde. Ela representa o exemplo de escritora, cuja vida, protegida e recatada, em nada reduziu a estatura e o dramatismo de sua obra” (FURTADO, 2012, p. 04).

A esse despeito, Steven Thomas (2016), em sua nota biográfica à escritora, posiciona-se sobre a natureza de sua escrita, quando ele diz que “sua visão da vida é genial em geral, com uma forte pitada de sátira suave, mas aguda: ela apela raramente e levemente aos sentimentos mais profundos; e a aplicação das excelentes lições que ela ensina é deixada totalmente para a história, sem uma palavra de moralização formal (Cf. THOMAS, 2016, tradução nossa³¹)

Em 1816, em Chawton, no último ano entre a sua família, antes de sua morte, Jane Austen já começa a perceber os primeiros sinais de sua doença. Embora “até os dias de hoje não se tem certeza das causas de sua morte: uma teoria recente afirma que Jane Austen pode ter sofrido de intoxicação por arsênico, em função de uma declaração registrada em uma de suas cartas” (FURTADO, 2012, p. 04); outros teóricos afirmam que “pensa-se que ela pode ter sofrido do Mal de Addison (doença que atinge as glândulas suprarrenais), Linfoma de Hodgkin ou mesmo tuberculose bovina” (GOETTEMES, 2014, p. 04). Essas afirmações não nos dão certeza sobre qual doença que assolou a vida da romancista. Mas, mesmo diante de sua enfermidade física, a sua mente permaneceu intacta; pois, é nesse momento que ela está terminando de escrever *Persuasão*, cujos últimos capítulos foram cancelados e reescritos, uma vez que ela mesma “considerou a cena contida e rasa e desejou produzir algo melhor. Isto pesou em sua mente, e mais ainda, provavelmente, por conta do fraco estado de sua saúde; [...]” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 167 e 168):

³¹ Texto original: “Her view of life is genial in the main, with a strong dash of gentle but keen satire: she appeals rarely and slightly to the deeper feelings; and the enforcement of the excellent lessons she teaches is left altogether to the story, without a word of formal moralising” (Cf. THOMAS, 2016).

Contudo, é certo que a sua mente não partilhava desse declínio que a força de seu corpo sofria. Persuasão não foi finalizado antes da metade de agosto daquele ano; e a maneira da qual foi terminado comprova que nem seus talentos críticos nem os criativos estavam, de maneira alguma, prejudicados (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 167).

Portanto, ao lermos as suas cartas endereçadas aos seus familiares e amigos mais próximos, no seu último ano de vida, identificamos frequentemente o declínio de sua saúde. Outras características que conseguimos identificar diz respeito à elasticidade de seu ânimo, assim como a sua resignação, sua humildade e o seu agradecimento a todos os que estavam em sua volta cuidando de sua saúde. Em um certo momento, pensando que poderia ser as suas últimas palavras, em uma de suas cartas endereçadas ao seu sobrinho James Edward Austen-Leigh, ela relata o seu profundo agradecimento a sua irmã Miss Cassandra:

“Eu apenas direi mais, que minha querida irmã minha tenra, cautelosa e infatigável enfermeira – não se adoentou com os seus esforços. Quanto o que eu devo a ela e à ansiosa afeição de toda a minha amada família nesta ocasião, só posso chorar por isso e clamar a Deus que os abençoe mais e mais” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 174, grifo do autor).

A essa altura, em maio de 1817, Jane já tinha sido persuadida e se mudar para Winchester, a conselho de seu médico Mr. Lyford, com o intuito de buscar um lugar melhor para a sua recuperação. Mas “tudo o que se ganhou com a mudança de domicílio foi a satisfação de ter feito o melhor possível, juntamente com certo alívio da dor que um talento médico poderia superar” (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 172). Durante o seu período de enfermidade, Jane foi cuidada pela sua irmã Cassandra, pela sua cunhada Mrs. Austen-Leigh e pelos seus irmãos clérigos Henry e James, que sempre estiveram por perto para auxiliarem nos preparativos de um leito de morte cristão para a irmã. Pois, já estava claro que a sua debilidade física e o seu desfalecimento prenunciavam a sua morte a qualquer instante, o que fez com que os seus familiares se preparassem para a perda de sua estimada jovem romancista.

Desafortunadamente, na manhã de 18 de julho de 1817, aos quarenta e um anos de idade, a Inglaterra perde uma de suas maiores escritoras do romantismo georgiano. O que abalou as estruturas de sua família, deixando sua irmã Cassandra responsável pelos cuidados de sua mãe idosa. Jane Austen foi sepultada em 24 de julho de 1817, na Catedral de Winchester, tendo em sua sepultura uma placa de mármore com a descrição de sua pessoa escrita em letras douradas intitulada *In Memory of Jane Austen* (Em Memória de Jane Austen). A respeito de sua memória, os seus familiares e amigos guardaram, no entanto, as melhores com relação à sua talentosa jovem romancista, deixando a marca da sua personalidade como uma pessoa humilde, fiel e

cristã, levando em consideração a sua afeição pela família, a sua doçura no temperamento, o seu carinho para com as crianças e a sua paixão pela beleza da natureza, pelo mar, pela música, e pela literatura, sendo que essa última foi o seu ofício e a sua grande paixão até os seus últimos dias de vida.

4 REPRESENTAÇÕES DO FEMININO EM *ORGULHO E PRECONCEITO*

“No começo era a mãe. O verbo veio muito depois e iniciou uma nova era: o patriarcado”.

– Rose Marie Muraro (2000, p. 61).

Ao observarmos o vasto campo da literatura de autoria feminina inglesa a partir do século XVIII, percebemos em alguns trabalhos a descrição da posição das mulheres em uma determinada época, destacando as limitações destinadas a essas como uma forma de denúncia, assim como a exposição do fato de as mulheres sempre estarem em dependência da figura masculina para poderem ser respeitadas perante a sociedade. A escritora britânica Jane Austen (1775-1817), pode-se afirmar, é um exemplo significativo de uma que, entre os séculos XVIII e XIX, – mesmo diante das limitações de seu tempo e a privação das mulheres em face das esferas públicas e civis – conseguiu representar e questionar, através de suas personagens femininas, as convenções sociais e padrões de conduta destinados à mulher oitocentista inglesa.

Quando se trata de escrita feminina, implica-se falar sobre o modo como a mulher escreve o texto literário, além da sua visão de mundo e interpretação dos mais variados contextos contrastantes na nossa sociedade, o que acaba sendo representado nas entrelinhas de suas narrativas. É na “marginalização, repressão e/ou exclusão de determinados grupos sociais, étnicos e sexuais como mulheres, ‘não brancos’ e ‘membros de segmentos menos favorecidos da pirâmide social’”, (REIS, 1992, p. 73 apud ROSSINI, 2016, p. 02) “do universo da Literatura encontra aí sua motivação” (ROSSINI, 2016, p. 02).

Dessa forma, a escrita feminina tornou-se um instrumento de denúncia não apenas da realidade social e civil da mulher, mas da posição de diversos outros grupos sociais desfavorecidos e discriminados pela sociedade, tais como: os negros, os pobres, os estrangeiros e os homossexuais. Pois, as mulheres como sujeitos pertencentes também a esse grupo de minorias fazem da realidade e da luta existente a sua própria.

Desse modo, quando falamos sobre a representação³² do feminino³³ na literatura, cabe ressaltarmos sobre como se configura a identidade da mulher assim como sua representação em

³² “Uma representação significa o que está presente no espírito; esta presença pode ser mais ou menos adequada à realidade da coisa ou da pessoa representada, pode ir até a deformação figurada desta realidade e confundir-se, então, com uma produção puramente imaginária, fantasmagórica. O ser representado é sempre segundo, mediatizado relativamente ao sujeito que é a sede da representação (CRAMPE-CASNABET, 1991, p. 369 apud COSTA, 2015, p. 87).

³³ “Deste modo, podemos dizer que a mulher é um objeto de representação constituído por um outro sujeito, diferente do seu, o sujeito masculino. Mas, não só homens mantém essa representação. Pois, mesmo com a ideologia dominante as próprias mulheres podem e detêm uma imagem de si mesmas que diverge. Isso se dá porque, como destaca Barin (1991), o percurso iconográfico pode refletir alguns traços constantes, permitindo

um determinado recorte sócio, histórico e cultural de uma dada civilização. Ou seja, temos que levar em consideração o contexto no qual a obra literária foi escrita, identificando, assim, possíveis fatores que contribuíram para a construção das narrativas, principalmente no que concerne à construção das personagens femininas, visto que essa última é o foco do nosso estudo.

É o que Jane Austen, de certo modo, nos apresenta em *Orgulho e Preconceito* (1813), pois, “podemos perceber como Austen retratou a vulnerabilidade de jovens tendo que viver sob as regras e responsabilidades em nome do bom nome de suas famílias e suas próprias reputações” (ZARDINI, 2011, p. 01). Diante da representação da mulher no contexto em que se passa o romance, vemos que “a mulher era submissa ao homem, não podendo se destacar e muitos menos exercer funções masculinas. Suas funções eram a de ser uma boa esposa, uma boa dona de casa e uma boa mãe, ela não poderia exercer outro papel, pois seria malvista perante a sociedade, e isso acabava sendo ditado pela própria sociedade” (BARROS, 2013, p. 37).

Dessa maneira, percebemos que a representação do feminino no romance de Austen refere-se à imagem da mulher que está intrinsecamente ligada ao casamento, aos bons costumes de sua época, à posição social, dentre outros fatores que se remetem ao constructo social dos séculos XVIII e XIX, na sociedade aristocrata e provinciana inglesa. Vemos isso explicitamente na narrativa em estudo, especialmente a preocupação dos pais das famílias interioranas, no que diz respeito à reputação de suas filhas, principalmente quando se trata das filhas que ainda estão solteiras aos vinte e poucos anos de idade, como é o caso das irmãs Elizabeth Bennet e Jane Bennet. Um outro exemplo no romance de moças que ainda estão solteiras e que a sua família preza por honrar as suas reputações como cultivo para futuros casamentos são as filhas de Sir William Lucas, que competem com as cinco irmãs Bennets por jovens ricos que povoam as redondezas da cidade fictícia de Meryton.

Assim, nas primeiras linhas do romance, podemos identificar a representação da mulher e do seu principal papel na narrativa de Austen, o papel da “esposa”, já que a sociedade prepara essas mulheres para se ligarem a homens afortunados, como fica evidente no trecho inicial do romance, tecido com o traço irônico característico da escritora:

também diferentes leituras possíveis. Contudo, a dicotomia da imagem feminina permanece a mesma: anjo/diabo, deusa/animal, vida/morte, Eva/Maria. A mulher se situa sempre nos extremos, como se lhe fosse recusada uma posição intermediária, a ‘normal’” (COSTA, 2015, p. 88). Para mais informações: Cf. COSTA, Fabianne Rodrigues. **A representação feminina em *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen e *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë.** / Fabianne Rodrigues Costa. 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4985>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

É uma verdade universalmente reconhecida que um homem solteiro, possuidor de uma grande fortuna, deve estar em busca de uma esposa. [...]. Embora pouco conhecidos sejam os sentimentos ou opiniões de tal homem quando ele adentra, pela primeira vez, em uma vizinhança, essa verdade está tão bem fixada nas mentes das famílias ao seu redor que ele é considerado a propriedade de direito de alguém ou de uma de suas filhas (AUSTEN, 2012, p. 11).

Ao lermos o trecho acima, vemos duas opções de interpretação sobre a abertura do romance. A primeira diz respeito à temática principal da narrativa, que se vincula ao “casamento”. A segunda, diz respeito à principal função atribuída às mulheres no contexto da narrativa de Austen, ao de “cuidadora do lar”. Ou seja, diante desse exposto, observamos que a escritora nos mostra, de forma irônica, como a mulher é construída na sociedade provinciana inglesa do século XIX. A abertura da narrativa mostra que a sociedade oferece ao feminino somente a submissão ao matrimônio.

A respeito da representação da mulher na literatura, nos fazendo refletir sobre ela no romance *Orgulho e Preconceito* (1813), Mangueira (2012) nos diz que:

No que concerne ao estudo da representação da mulher através da literatura, podemos percorrer os diversos caminhos que nos levam a uma caracterização e compreensão de como a mulher é vista na história humana, tendo como focalização as criações artísticas de diferentes autores e em diferentes épocas. Cada época, cada povo e cada movimento histórico registraram como essa figura foi percebida, criada e (re) configurada nas páginas da literatura (MANGUEIRA, 2012, p. 24).

De acordo com Mangueira (2012), a representação feminina é retratada de diversas formas em variados contextos sociais, levando em consideração o espaço, o tempo, o constructo social e, dessa forma, a posicionamento do escritor a respeito dessa representação abordada em sua obra. No entanto, dona de uma mente à frente de seu tempo, mas que não pôde se posicionar a respeito da desigualdade de direitos entre os gêneros, Jane Austen constrói as personagens femininas de *Orgulho e Preconceito* (1813) com personalidades que atendem as convenções de seu tempo, tais como: Jane, Mary, Catherine, Lydia, Charlotte, Louisa Hurst, Caroline Bingley. Mas, de forma significativa, também apresenta uma personagem que não aceita as condutas sociais de sua época, Elizabeth Bennet, que é um exemplo de resistência ao sistema patriarcal.

Ademais, ainda no que se refere à representação, Mangueira (2012) acrescenta que:

Levando em conta a relação entre literatura e contexto de produção artística, a representação da mulher na ficção surge do casamento entre estas duas esferas [a individualidade do escritor/a e a coletividade social]. É por isso que pensar o termo representação dentro da literatura exige uma abordagem que investigue as relações de poder. [...] Termo usado em diferentes áreas do conhecimento, como a sociologia, antropologia, a história, e a literatura, entre outras, o conceito de representação, em sentido amplo, diz respeito ao modo como, social e historicamente, os objetos, as coisas, o homem, têm ganhado significado ou sentido, levando em conta as

concepções de mundo de um determinado momento sócio-histórico (MANGUEIRA, 2012, p. 24).

Assim sendo, é a através da representação que conseguimos identificar as relações dos indivíduos com o seu meio social, suas ações, condutas, posições e a construção do seu status social. A representação seria, portanto, uma forma pela qual o sujeito mostraria a sua relação com algumas esferas sociais, tais como: a cultura, a política, a religião, a legislação, a educação, a arte, a Literatura, dentre outras que fazem parte da construção sociocultural de uma determinada nação. Desse modo, a representação da mulher na sociedade em determinados contextos e realidades das quais ela pertence faz com que, através da escrita, ela se subverta, visto que a realidade na qual ela está introduzida é calcada e construída por estereótipos sexistas e patriarcais, proliferando, dessa maneira, a representação da mulher como um ser benevolente, paciente, humilde, penitente e inferior ao sexo oposto. Uma vez que é considerada, aos olhos de muitos, como o sexo frágil em relação ao sexo masculino, transparecendo as representações binárias que consistem em: masculino/feminino, homem/mulher, macho/fêmea:

Percebe-se que a criação literária procura dar às mulheres um caráter disciplinar, uma vez que sempre as põe inseridas em um contexto patriarcal, cuja visão androcêntrica faz com que essas personagens sejam submissas à vontade masculina e sigam sempre o ideal de mulher que esta mesma sociedade criou. É nessa representação do feminino que a literatura mantém um diálogo com as práticas sociais dos contextos patriarcais da História humana, recriando em suas páginas práticas sociais que há muitos anos se arraigaram (MANGUEIRA, 2012, p. 28).

Levando em consideração o que Manguiera (2012) fala sobre o contexto patriarcal e a submissão das mulheres ao matrimônio, em consonância com o contexto histórico da narrativa de Austen, vemos que o patriarcado, além de ser um pano de fundo de sua narrativa como denúncia, ele faz com que a desigualdade entre homens e mulheres seja uma característica dos séculos XVIII e XIX através do romance em estudo, levando em consideração o recorte histórico, político, cultural e social em que estamos tratando no presente estudo. Em consequência dos efeitos do patriarcado, o fato de as mulheres não poderem herdar os bens e propriedades dos pais faz com que estes últimos almejem casar as suas filhas o mais rápido possível. Valendo-se desse fato social, Jane Austen usa esse elemento em sua narrativa como uma forma de crítica à sociedade de sua época.

A esse respeito, vemos a forma como Austen expressa isso através da Mrs. Bennet, quando essa última diz ao marido que o Senhor Bingley – um homem jovem de grande fortuna – alugou a propriedade de Netherfield Park para passar uma temporada:

“Ora, meu caro, você deve saber, Mrs. Long diz que Netherfield foi alugada por um jovem de grande fortuna vindo do norte da Inglaterra; chegou na segunda-feira em uma carruagem, com mais quatro, para ver o local e ficou tão encantado que fechou negócio com Mr. Morris imediatamente; deve ocupá-la antes de Michaelmas e alguns de seus criados estarão na casa ao final da próxima semana.” “Qual é o nome dele?” “Bingley.” “É casado ou solteiro?” “Ó! Solteiro, meu querido, esteja certo! Um homem solteiro de grande fortuna; quatro ou cinco mil por ano. O que é uma coisa boa para as nossas meninas!” “Como assim? De que maneira isso as afeta?” “Meu caro Mr. Bennet”, respondeu sua esposa, “como pode ser tão cansativo! Deve saber que estou pensando em que uma delas o despose!” (AUSTEN, 2012, p. 11, grifos da autora).

Nesse trecho, vemos que o interesse em casar as suas filhas por parte de Mrs. Bennet é muito importante naquele momento, pois nenhuma de suas filhas pode herdar os bens e a propriedade de seu pai. No entanto, para garantir um futuro promissor para elas, os pais, no século XIX, lutavam para que suas filhas casassem com pretendentes de classe média ou classe alta da aristocracia inglesa. Portanto, diante da estrutura social inglesa na qual o enredo de *Orgulho e Preconceito* (1813) está inserido, vemos que o papel da mulher é primordialmente garantir o seu futuro com um “bom casamento”.

Assim, em contraponto à criação da representação feminina em produções literárias de autoria masculina como megera, submissa ou tola, Zardini (2013) vem nos mostrar que as produções de Jane Austen infringem a representação feminina criada pelo pensamento masculino. Desse modo, no que diz respeito à representação do feminino nas obras da romancista inglesa, Zardini nos diz que:

Enquanto estudiosas como Marilyn Butler (1975) sustenta que os livros de Austen restringiam a mulher apenas ao matrimônio e à esfera doméstica; Gilbert e Gulbar (1979), afirmam o contrário: os personagens de Austen contradizem essas convenções, defendendo a educação racional para a mulher, com personagens femininas obstinadas, de mentes independentes e ousadas. Assim, as obras de Austen, podem ser classificadas como uma narrativa da identidade feminina, com utilização de ironias para criticar a sociedade de sua época, denotando, um lado não conformista da escritora (ZARDINI, 2013, p. 02).

Assim, além de Jane Austen, há alguns exemplos de escritoras na Literatura Inglesa que, mesmo implícita e sutilmente, denunciavam em suas narrativas a posição das mulheres no século XVIII, XIX e XX. É o caso de: George Eliot, as irmãs Brontë, Virgínia Woolf, dentre outras. Estas escritoras utilizaram suas personagens femininas como exemplos de subversão de sua situação social, “bem como a representação de uma identidade transgressora e deslocada, destoante das identidades comumente construídas com base no imaginário de ideologias racistas e patriarcais” (ROSSINI, 2016, p. 03).

Desse modo, no que diz respeito à representação feminina no romance em estudo, Pacheco e Souza (2011) nos acrescenta que:

Deborah Kaplan (1992) fala sobre a representação da independência feminina de Austen contra a imagem patriarcal da sociedade. Ela afirma que especialmente em *Orgulho e Preconceito*, a senhorita Austen cria Elizabeth Bennet como uma reflexão da atividade feminina em resposta às ideologias do poder patriarcal. Uma vez que Elizabeth tem convicção de sua opinião, ela se mantém firme nos diálogos. Assim Kaplan (idem) afirma: “para transmitir conhecimento da desigualdade sexual, sutilmente manifesta sua expressão de deslealdade, a heroína fala com voz feminina” (p. 189) (PACHECO & SOUZA, 2011, p. 02, grifo nosso).

De acordo com a citação acima, vemos que a heroína de *Orgulho e Preconceito* (1813), Elizabeth Bennet, se configura como uma personagem feminina que vai contra os preceitos, as ideologias e as convenções da sociedade na qual ela está inserida. Dessa maneira, Jane Austen dota a protagonista do romance com características que são destoantes se comparadas à configuração da representação do feminino na Era Georgiana Inglesa. Assim, dentre as divergências que Elizabeth Bennet apresenta ao compará-la com as demais personagens femininas do romance, temos: a rebeldia; a personalidade forte; o inconformismo; a desobediência; a transgressão; a sagacidade; a subversão; a complexidade de seus diálogos; além do seu papel de representação da exaltação da voz feminina no romance; resultando, dessa forma, “na representação de independência feminina que a escritora impõe contra a imagem patriarcal da sociedade oitocentista inglesa” (Cf. PACHECO & SOUZA, 2011, p. 02), implícito nas entrelinhas de suas obras.

Ademais, Regina Pacheco e Fernandes Souza (2011) nos dizem que:

Representar a “voz feminina” é uma maneira de identificar o lugar da mulher na sociedade. A voz feminina é a expressão da experiência e visão feminina, que é o reflexo da “identidade feminina”, e a melhor maneira de expressar a autossensibilização feminina é através da literatura. Assim, a voz feminina é estabelecida ao construir seu papel de consciência própria contra o sistema patriarcal. A voz feminina; a identidade feminina não é tão aparente no texto, mas os leitores frequentemente descobrem a voz feminina obscurecida. Ou seja, eles tendem a considerar a voz feminina profunda como algo mais significativo do que o que é visto na superfície do texto (PACHECO & SOUZA, 2011, p. 02).

Portanto, levando em consideração as reflexões de Pacheco e Souza (2011), no que diz respeito às personagens femininas que estão sempre ao redor da protagonista e que sempre estão em desacordo com ela, podemos elencar: Jane, Charlotte, Mary, Kitty, Lydia e Mrs. Bennet. Ao nos atentarmos à narrativa, vemos que as duas primeiras têm um contraste explícito com a protagonistas, uma vez que ambas, apesar de se darem muito bem com Elizabeth e manterem um vínculo afetivo forte com ela, têm pensamentos diferentes dos de Elizabeth no que se refere

às convenções sociais de sua época, principalmente quanto ao matrimônio. Já em Mary, percebemos que é a única a não tratar sobre o passatempo de suas irmãs, “o flerte”, mostrando-se uma jovem que está sempre se dedicando aos estudos e visando, primordialmente, o conhecimento ao invés de arranjos matrimoniais:

As atitudes no romance dessas perturbadas fêmeas, Lydia e Sra. Bennet são ambivalentes por serem mostradas como produtos distorcidos de educação errada das mulheres, em contraste com Elizabeth e Jane no quesito atitudes morais e jeito de agir como subversoras da ordem social contrária das mulheres (CASTELLANOS, 1994, p. 128 apud PACHECO & SOUZA, p. 08).

Kitty e Lydia, por influência do discurso da mãe, Mrs. Bennet, estão sempre em busca de pretendentes para tornarem-se seus futuros esposos, visto que a mãe delas passa a portar-se, às vezes, de maneira cômica com relação à situação civil de suas filhas. Desse modo, vemos que essas três últimas atendem ao padrão comum de representação do feminino em um contexto provinciano e aristocrata Inglês, contrastando com Elizabeth.

Assim sendo, até aqui, discutimos sobre o que é representação, como essa está ligada à imagem das mulheres na literatura, e as formas como elas são representadas através de diversos contextos sócio, histórico e culturais, levando em consideração o tempo e o espaço que as narrativas são escritas. Em seguida, fizemos um breve comentário sobre as representações do feminino em *Orgulho e Preconceito* (1813), mostrando a representação das personagens femininas que estão ao redor da protagonista e que são divergentes comparadas a essa última. Portanto, para nos elucidar sobre a configuração e a construção das personagens que iremos estudar no presente capítulo, trataremos no próximo tópico sobre a representação do feminino no contexto oitocentista Inglês. No segundo tópico, faremos uma breve introdução a respeito do diálogo crítico sobre as leituras do romance em estudo. E no terceiro e último tópico, estudaremos as personagens Elizabeth e Jane, mostrando uma como subversiva e outra como submissa, levando em consideração o contexto no qual as personagens estão inseridas.

4.1 A representação do feminino no contexto oitocentista Inglês

Ao olharmos para a **historiografia**³⁴ inglesa, conseguimos localizar o período que intitula o presente tópico como “Era Georgiana” através das produções literárias dessa época.

³⁴ **Historiografia:** “Na passagem do século XIX, a corrente historiográfica que ascendeu foi a da Escola Metódica (esta muito influenciada pelo Iluminismo) e foi acompanhada pela busca de um estatuto científico, em um momento de avanço e prestígio das ciências naturais. [...] A Escola Metódica possuía ideais de teorização e sistematização do conhecimento através de métodos, o que criaria uma ciência tão neutra e verdadeira quanto à

A referida “Era” recebe, por assim dizermos, a adjetivação referente ao nome do monarca da Inglaterra que governou nesse período, o Rei George III (1738-1820); e logo depois o seu filho, o Rei George IV (1762-1830), com regência de 1811 a 1830. Nesse momento da história da Inglaterra, “o indivíduo georgiano estava preocupado com seus deveres e virtudes, como benevolência, prudência, honestidade e espírito coletivo. Os valores familiares são destacados, tendo em vista que a própria família era o celeiro das virtudes sociais, cuja ordem natural divina deveria ser mantida e construída” (COSTA, 2015, p. 34). Essas são, portanto, as características mais marcantes nos indivíduos pertencentes a esse recorte histórico, refletindo, dessa forma, nas produções literárias desse momento na historiografia inglesa.

Em acréscimo às informações elencadas acima, a Professora Fabianne Rodrigues Costa (2015), nos diz que:

Na Inglaterra, vivia-se o período georgiano, do reinado de George III que, após um colapso em sua saúde, foi afastado de suas funções; passando a administração do reino para o príncipe regente George IV. Foi um período em que a nação vivia momentos de uma autoconfiança nacional. Devemos nos lembrar de que a Guerra Civil do século anterior tinha exaurido o país e que, neste momento, os ingleses buscavam coisas mais ideológicas do que práticas. Segundo Cecil (1978), as pessoas voltaram à atenção para investigar e aprofundar suas habilidades: alguns estavam concentrados nas invenções científicas e o desenvolvimento do comércio, da indústria e da agricultura; enquanto outros se preocupavam em estudar o ambiente social (COSTA, 2015, p. 34).

Dessa maneira, considerada também como a Era Pré-vitoriana, – o que nos remete a lembrarmos da famosa **Era Vitoriana**³⁵, a **Segunda Era de Ouro**³⁶; governada por uma mulher

Física. Postulando leis gerais, esta historiografia preocupava-se com o encadeamento cronológico dos acontecimentos políticos nacionais, considerando como documentos verdadeiros as fontes escritas e oficiais” (OLIVEIRA, 2015, p. 02).

³⁵ **Era Vitoriana:** “Muitos de nós associamos o termo a uma época de moralismo rígido, em que o sexo era tabu e o convencionalismo estava na moda. O próprio mestre Aurélio registra, em seu dicionário, esse sentido – “*Vitoriano*: adj. 1. Pertencente ao relativo Rainha Vitória, da Inglaterra, ou ao período de seu reinado (1837-1901). 2. *Que demonstra a respeitabilidade, o puritanismo, a intolerância, etc., atribuídos geralmente à classe média da Inglaterra vitoriana*”. Se o tempo perpetuou essa imagem da época, deve haver razões para tal. Sem dúvida foi um tempo de reação à efervescência que marcará o final do Século XVIII, com a Revolução Francesa dando origem à era contemporânea. Com a ascensão de Vitória ao trono, abre-se para os ingleses mais um período de prosperidade e relativa paz. Afastados os temores de uma revolução social à francesa, o país se prepara para a Segunda Revolução Industrial, que consolidará a posição da Inglaterra como país imperialista e centro econômico do mundo” (CEVASCO & SIQUEIRA, 1999, p. 53, grifos das autoras).

³⁶ A Primeira Era de Ouro da Inglaterra governada por uma mulher ficou conhecida pela contribuição de Elizabeth I: “Sob seu reinado a Inglaterra se tornou a maior potência econômica, política e cultural da Europa sendo, por isso, o período de seu reinado conhecido como a “Era de Ouro” inglesa. Assumindo o trono após a morte de sua irmã Mary I, Elizabeth I deu início ao mais próspero governo da dinastia Tudor. Nascida em 7 de setembro de 1533 em Greenwich, filha de Ana Bolena e Henrique VIII (o rei das seis esposas), Elizabeth I ficou conhecida como “Isabel, A Rainha Virgem” por nunca ter se casado e não ter deixado herdeiros apesar de seu famoso caso com o conde de Leicester, Robert Dudley. Por isso, quando da ocasião de sua morte, em 24 de março de 1603, Elizabeth teve de reconhecer como herdeiro do trono Jaime VI da Escócia, filho de Mary Stuart, sua prima e rival a rainha deposta da Escócia, a quem Elizabeth havia mandado decapitar 16 anos antes. Sob o reinado de Elizabeth I floresceram também as artes e a cultura. Foi nessa época que surgiram escritores de renome com Sir William

monarca, a Rainha Alexandrina Vitória Regina (1819-1901), casada com o príncipe consorte Alberto Saxe-Coburgo-Gotta (1819-1861), com quem teve nove filhos – conhecida por sua contribuição no desenvolvimento da educação, boas maneiras, cultura, religião, política, e o refinamento dos costumes e os gostos pelas diversas formas de arte europeia, inclusive pela literatura. Tudo isso construiu e moldou a sociedade inglesa do século XIX, refletindo também a sua contribuição na cultura da sociedade britânica que conhecemos nos dias atuais.

Não obstante, a era oitocentista inglesa também tem a sua contribuição para a cultura britânica e, principalmente, para a consolidação da Era Vitoriana. Pois, o refinamento dos gostos, dos costumes e das artes em geral, fez com que a produção literária dos séculos XVIII e XIX se tornasse marcante no que concerne ao cânone literário inglês. É, portanto, no século de nascimento de Jane Austen que também presenciamos o nascimento do Período Romântico Inglês (1780-1830) na literatura britânica, de onde surgiram diversos escritores românticos, dentre eles: William Blake, William Wordsworth, Samuel Coleridge, Lord Byron, Sir Walter Scott, entre outros (Cf. SANDERS, 1994)³⁷. Assim, segundo Sanders (1994), considerados como romancistas históricos e regionalistas, Sir Walter Scott e Jane Austen trazem em suas obras a reprodução das características de um contexto sócio-histórico e cultural de uma determinada sociedade, já que a literatura toma essa função como sua, nos mostrando que a História e a Literatura³⁸ andam de mãos dadas, principalmente no que diz respeito ao romance histórico. Assim, vemos que uma das funcionalidades do romance histórico se configura como “uma manifestação formal de um desejo de reduzir a distância entre o passado e o presente do leitor e também de um desejo de reescrever o passado dentro de um novo contexto” (HUTCHEON, 1991, p. 157, apud MEDEIROS, 2013, p. 04).

A esse respeito, o professor José Vilian Mangueira (2012) nos diz que:

Shakespeare, Christopher Marlowe e Ben Johnson” (Cf. FARIA, 2019). Para mais informações: Cf. FARIA, Caroline. Rainha Elizabeth I. In: **Biografias**. InfoEscola. Navegando e Aprendendo, 2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/rainha-elizabeth-i/>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

³⁷ Para mais informações: Cf. SANDERS, Andrew. Austen, the ‘Regional Novel’, and Scott. In: **The Short Oxford History of English Literature**. New York: Oxford University Press, 1994. Páginas 368 a 377. Consultado em 17 de setembro de 2019.

³⁸ “A relação entre a História e a Literatura é rica e também multifacetada. Originalmente, a História se uniu à Literatura nos tempos dos épicos gregos (Homero e na Mesopotâmia com Gilgamesh). A relação entre as duas áreas tem início com a própria necessidade humana de contar e recontar suas experiências. Na Inglaterra, história fazia parte do campo da literatura durante as primeiras décadas do período Vitoriano e somente entre 1850 e 1870, os historiadores britânicos delimitaram e definiram os métodos da história tornando-a uma disciplina independente” (OLIVEIRA, 2015, p. 01 e 02). Para mais informações: Cf. OLIVEIRA, Mariana Amaral. **Orgulho & Preconceito: um estudo da mulher na sociedade da Inglaterra provinciana do século XVIII**. / Mariana Amaral Oliveira. 2015. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6953>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

Fonte inesgotável de conhecimento, a literatura oferece ao ser humano uma possibilidade de representação dos anseios, questionamentos e reafirmações de uma sociedade, de uma época, de um povo, de um grupo. Assim sendo, a literatura cria um diálogo entre o que é fruto da inspiração artística e o contexto sociocultural em que a obra de arte foi gerada, além de permitir que se expanda este diálogo com outros contextos (MANGUEIRA, 2012, p. 23).

De acordo com Manguiera (2012), a literatura se encarrega de tentar reproduzir a cultura e os costumes de um povo, de um grupo, de uma civilização. É dessa maneira que Jane Austen traz em suas narrativas uma representação da vida provinciana, aristocrata e oitocentista inglesa. Portanto, nos romances da escritora, identificamos tanto a “representação dos anseios, questionamentos e reafirmações de uma sociedade, de uma época, de um povo, de um grupo” (Cf. MANGUEIRA, 2012, p. 23), como vemos claramente a representação da mulher no contexto georgiano inglês. Segundo estudiosos do romance austeniano, a romancista é especialista em retratar a condição da mulher nos séculos XVIII e XIX, descrevendo, em suas narrativas, as limitações, as obrigações, as privações, os anseios e o destino das mulheres do seu contexto sócio, histórico e cultural. Assim, é através da literatura que Jane Austen vem tomar um lugar de fala para as mulheres em uma sociedade inglesa que ainda considera o sexo feminino como um indivíduo inferior comparado ao sexo masculino, onde o sistema patriarcal é dominante.

Desse modo, ainda no que diz respeito a relação entre Literatura e História, o que contribuiu para o nascimento do romance histórico, Mariana Amaral Oliveira (2015) nos diz que:

Essa concepção sobre a História (relacionado à corrente historiográfica da ‘Escola Metódica’) relegava a Literatura à posição de uma disciplina menor e um conhecimento que se opunha à História Científica. A História tratava do que era real e factual, enquanto a Literatura falava do ideal e fictício. Os textos literários não eram considerados documentos fidedignos para atestar a verdade histórica. No entanto, neste mesmo século, romancistas irão afirmar que era possível encontrar elementos reais mesmo nas obras de ficção (OLIVEIRA, 2015, p. 02).

Assim, “cabe à metafísica historiográfica preencher as lacunas da História” (MEDEIROS, 2013, p. 03), visto que “tanto os historiadores quanto os romancistas *constituem* seus sujeitos como possíveis objetos de representação narrativa [...]. E fazem por meio das próprias estruturas e da própria linguagem [...]” (HUTCHEON, 1991, p. 149, apud MEDEIROS, 2013, p. 03, grifo da autora). Portanto, ao falarmos sobre a historiografia da sociedade oitocentista inglesa, nos cabe fazer uma breve introdução sobre tópicos como: os costumes, a cultura, a educação, os modos e a posição social no século XIX; assim como a representação da mulher nesse recorte histórico; a instituição da família e o casamento. Assim,

levando em conta nossa proposta de trabalho, usamos as palavras de Marina Amaral Oliveira (2015):

No romance regional, por exemplo, as descrições de ambiente e cultura são elementos importantes da narrativa e podem ser utilizados no trabalho histórico, tanto quanto as práticas cotidianas que estão presentes na dinâmica da estória e nas emoções inseridas a cada personagem (OLIVEIRA, 2015, p. 05).

Diante do exposto, e ao analisarmos o romance *Orgulho e Preconceito* (1813), vemos claramente que Jane Austen descreve minuciosamente o ambiente, a cultura e, principalmente, as emoções inseridas a cada personagem, como ressalta Oliveira (2015). Dessa maneira, além dessas características elencadas aqui sobre a configuração da narrativa de Austen, vemos que tais características contribuem para a escritora expor sobre os hábitos e os costumes dos séculos XVIII e XIX. Ademais, no que diz respeito às emoções das personagens, a romancista descreve as opiniões delas nos revelando a representação feminina frente às convenções e preceitos sociais do contexto aristocrata e provinciano inglês, direcionado às mulheres de classe média e de classe alta.

Assim, no que concerne aos costumes relacionados a esse período, principalmente aqueles destinados às mulheres que atendiam aos padrões sociais ingleses, James Edward Austen-Leigh (2014) nos mostra que:

Em consideração às Senhoras, acredito que seja comumente entendido que no tempo ao qual me refiro, cem anos atrás, elas tomaram grande parte dos mais altos níveis da culinária, assim como o preparo de vinhos caseiros e destilação de ervas para remédios caseiros, os quais estão próximos da mesma arte. As damas não desdenhavam em trabalhar o fio do qual o linho da casa era tecido. Algumas gostavam de lavar as louças selecionadas com as próprias mãos, após o café da manhã ou um chá da tarde [...] (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 43).

De acordo com o trecho acima, vemos que Austen-Leigh (2014) descreve as atividades ligadas ao sexo feminino da época de sua tia Jane Austen. Com isso, vemos que as atividades direcionadas as mulheres são tipicamente características das “cuidadoras do lar”: a costura, o fiar, a culinária, a produção de temperos caseiros, assim como bebidas e receitas secretas de família. Portanto, a representação comum do feminino nesse contexto se refere à imagem das mulheres como “prudentes e do lar”, detentoras apenas dos poderes domésticos e de administração da casa, sendo relegado a elas apenas o domínio do privado. Assim, na divisão sexual das tarefas, era destinado “‘ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’, declara um delegado operário da exposição mundial de 1867” (PERROT, 2010, p. 178). Dessa maneira, “o século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual.

Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seus lugares quase predeterminados, até em seus detalhes” (PERROT, 2010, p. 178).

Ademais, Austen-Leigh (2014) também acrescenta que:

[...] Em um dos meus mais antigos livros infantis, uma menininha, filha de um cavalheiro, era ensinada por sua mãe a arrumar a própria cama antes de sair do quarto. Não eram por terem servos para fazer todas as coisas por eles, mas por terem interesse nestes trabalhos. E deve-se lembrar quantas fontes de interesse apreciadas por essa geração eram então fechadas e/ou muito pouco apresentado às damas. Uma minoria muito pequena se interessava por literatura ou ciência. Música era pouco comum e desenho era ainda mais raro; costura, de uma forma ou de outra, era o principal trabalho sedentário delas (AUSTEN-LEIGH, 2014, p. 43).

Como vemos no exposto acima, Austen-Leigh (2014) nos mostra detalhadamente como configurava-se as atividades atribuídas às damas do contexto oitocentista inglês, ou seja, do período de Jane Austen, o que, de certo modo, contribui para a construção de uma representação feminina ligada “ao cuidado do lar”. Uma vez que suas narrativas nos mostram que “o universo feminino do século 19 é apresentado de maneira clara e, de modo geral, representa a universalidade da experiência humana” (ZARDINI, 2011, p. 01), vemos que o papel da mulher nesse período é atender às convenções sociais características do sistema patriarcal. Assim, ao analisarmos as narrativas produzidas nesse período, – pelo menos segundo Sanders (1994), no que concerne ao “romance histórico e regionalista”, como os romances de Austen – conseguimos identificar claramente como se configura a representação do feminino nos séculos XVIII e XIX. Diante dessa constituição do feminino, Michelle Perrot (2010) nos mostra que:

Esposa e mãe, “divindade do santuário doméstico”, como dizia Chaumette, a mulher seria igualmente investida de um imenso poder social, para o melhor e para o pior [...]. Esboça-se um triplo movimento no século XIX: relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público; constituição de um espaço privado familiar predominantemente feminino; superinvestimento do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas (PERROT, 2010, p. 179).

De acordo com o trecho acima, a representação das mulheres na sociedade oitocentista se relaciona à limitação dessas ao espaço privado, ao lar, o que comumente vemos em *Orgulho e Preconceito* (1813). Se lhe são concedidas o “poder” ou o “domínio”, esse é destinado somente aos limites do privado, da família, da administração doméstica. Assim, em consequência de serem limitadas ao privado, ao doméstico, as mulheres são consideradas como inferiores, pois essas são privadas do acesso à vida pública, às atividades fora do lar, do ambiente isolado, moldando, dessa maneira, um perfil de mulher da sociedade inglesa do século XIX. Com isso, Perrot (2010) afirma que:

As relações das mulheres com o poder inscrevem-se primeiramente no jogo das palavras. “Poder”, como muitos outros, é um termo polissêmico. No singular, ele tem uma conotação política e designa basicamente a figura central, cardeal do Estado, que comumente se supõe masculina [...]. Se elas não têm o poder, as mulheres têm, diz-se, *poderes*. No Ocidente contemporâneo, elas investem no privado, no familiar e mesmo no social, na sociedade civil. Reinam no imaginário dos homens, preenchem dias, noites e ocupam seus sonhos (PERROT, 2010, p. 167, grifos da autora).

Dessa maneira, até os últimos três séculos, vemos que as mulheres são negadas de terem acesso à Política ou de tratar sobre assuntos do Estado, visto que elas são consideradas como inferiores em decorrência do seu sexo, o que é um motivo para duvidar de sua capacidade intelectual, apesar de conseguirem cumprir com a administração econômica de seus lares de maneira bem satisfatória. Com relação a essa imagem e representação das mulheres como desmerecedoras de ocuparem as mesmas posições dos homens na vida pública, Perrot (2010) nos diz que:

Na sociedade francesa do século XIX, predominam as imagens de um poder conjuntivo, circulando no tecido social, oculto, escondido, secreto mecanismo das coisas. Segundo um viajante inglês dos anos de 1830, “embora juridicamente as mulheres ocupem uma posição em muito inferior aos homens, elas constituem na prática o sexo superior. Elas são o poder que se oculta por detrás do trono e, tanto na família como nas relações de negócios, gozam incontestavelmente de uma consideração maior do que as inglesas” (PERROT, 2010, p. 168).

Ao lermos a citação acima, vemos que a teórica nos traz a imagem das mulheres em um contexto francês do século XIX, o que, no entanto, não difere muito da representação política das mulheres na sociedade burguesa e aristocrata inglesa. Assim, a historiadora nos fala que o poder das mulheres tem sido oculto por diversos séculos, o que contribui para sua privação com relação à vida política. Ademais, ela também afirma que, apesar das mulheres serem consideradas como representantes do sexo inferior comparadas aos homens, elas são, de certo modo, muito mais fortes do que eles. Pois, como já mencionado anteriormente, elas conseguem cuidar da administração do lar, da economia familiar e a educação dos filhos. Portanto, as mulheres “são também potência civilizadora, outro tema muito antigo e reatualizado no século XIX pela insistência sobre a função educadora de uma criança revalorizada” (PERROT, 2010, p. 168 e 169). Dessa maneira, ao apresentarem-se suficientemente capazes de reger uma vida administrativa com a ausência de seus maridos, evidenciamos a capacidade extrema das mulheres em conseguir manter uma grande eficiência administrativa.

Desse modo, além de darem conta das tarefas do lar, elas também ajudavam, – mesmo que não concedidas do crédito por sua contribuição – os seus esposos em assuntos da esfera política através de alguns âmbitos da vida pública e privada, tais como: o comércio familiar,

quando essa fazia parte da classe burguesa; os empregados da família, uma vez que as Senhoras quem escolhiam os serviços mais adequados para suas casas; os fornecedores de matéria-prima diária, visto que o comércio entre as famílias burguesas era alicerçado na política; e as alianças através de casamentos, quando as Senhoras casavam as suas filhas de acordo com as convenções sociais e políticas que viriam beneficiar ambas as famílias, a do noivo e a da noiva. Assim, a mulher “é um sexo que se chama de frágil e, no entanto, exerce, seja sobre a família, seja sobre a sociedade, uma espécie de onipotência tanto para o bem quanto para o mal” (PERROT, 2010, p. 169). A partir da realização dessas atividades pelas mulheres, mesmo que no âmbito privado, conseguimos identificar um teor político na vida delas, – por sempre estarem lidando com a prática da administração e o por saberem jogar o xadrez aristocrata de sua época – o que, de certo modo, passou despercebido aos olhos da sociedade.

Portanto, no que concerne à representação do feminino no século XIX, Samira Alves de Barros (2013) nos diz que:

Com o “aburguesamento” da sociedade inglesa o novo perfil da mulher do século XVIII e XIX é moldado como sendo ela, uma esposa zelosa e submissa enquanto a Igreja pregava sua inferioridade feminina ao mesmo tempo em que revelava o homem como uma figura superior, um *lord* e senhor. Quase sem opção, só restava à mulher preservar sua virtude e manter sua reputação (BARROS, 2013, p. 37, grifo da autora).

Desse modo, as mulheres do século XIX tinham representatividade perante a sociedade de acordo com alguns fatores sociais de sua época, dentre eles: os costumes; os modos que uma “dama prendada” deveria se mostrar; a posição social; e o casamento. Portanto, para atender às características de mulher habilidosa para esse contexto, desde cedo, as moças eram submetidas a seguir padrões que as definem como “apropriadas para o matrimônio, para a progenitura, e para o cuidado com o lar” (Cf. PERROT, 2010, p. 180). Uma vez que quando a mulher foi caracterizada como “zelosa” e “submissa”, as instituições religiosas, – por terem essas um lugar de fala na esfera pública, muitas vezes interferindo no julgamento da posição e imagem civil e legal das mulheres – afirmavam a inferioridade do sexo feminino, superiorizando o sexo masculino, e fazendo com que elas, – sem um lugar de fala na sociedade – se submetam aos preceitos e convenções ligadas a “imagem imaculada e virginal” que uma dama solteira em uma sociedade aristocrata ou burguesa deveria ter.

Assim, no que diz respeito aos costumes, aos modos e aos conhecimentos gerais das mulheres na sociedade oitocentista inglesa, Adriana Sales Zardini (2013), estudiosa do trabalho de Austen e Presidente da Sociedade Jane Austen do Brasil (JASBRA), afirma que:

As habilidades desejáveis para uma moça da época estavam relacionadas basicamente aos conhecimentos que poderiam ser empregados na esfera familiar mesmo, como: línguas, conhecimentos básicos de geografia e história, música, pintura ou desenho, bordado e dança. As principais línguas que as moças aprendiam eram o francês e o italiano, principalmente para que pudessem traduzir as músicas, apreciá-las e poder cantá-las. Os conhecimentos relativos à geografia e à história forneciam um embasamento para futuras discussões a respeito de outros países [...] (ZARDINI, 2013, p. 02).

Ao lermos o trecho acima, percebemos que as habilidades desejáveis de uma moça com relação aos conhecimentos gerais inferem a limitação das mulheres ao lar, ao privado, ao doméstico. Sendo dotadas apenas dessas habilidades e privadas daquelas que os homens da época tinham acesso, tais como: a advocacia, a medicina, a filosofia, as ciências naturais, as ciências sociais, as ciências exatas, dentre outras áreas do conhecimento; a mulher passa a ser submissa ao espaço doméstico e a preocupação com a educação de seus filhos e filhas, repassando a essas últimas o mesmo ritual de formação que suas progenitoras tiveram. Eram poucas e raras as mulheres que tinham uma educação formal, e, quando tinham, não a usufruíam por completo. E no que diz respeito aos conhecimentos e habilidades em diversas artes, tais como música, pintura, desenho e bordado, Adriana Zardini (2013) acrescenta que:

[...] Por outro lado, ser uma boa pianista (pianoforte) atraía muita atenção, principalmente dos futuros pretendentes; assim, a moça seria capaz de entreter as visitas em sua futura casa. Moças de família, mesmo com poder aquisitivo alto almejavam possuir habilidades relativas ao desenho e pintura em aquarela. Ser uma boa bordadeira era motivo de orgulho para a família da moça ou para o marido, já que seus trabalhos com a agulha poderiam ser expostos nas salas de visitas e apreciados por todos (ZARDINI, 2013, p. 02).

Diante do exposto, vemos que quando as mulheres eram dotadas de habilidades artísticas, eram exclusivamente por um único e mesmo objetivo: “a busca por um bom casamento”. Pois, a dama que apresentasse ter as características de uma moça prendada para a época era alvo de flertes e centro de todos os olhares dos mais refinados cavalheiros da nobreza, aristocracia e burguesia inglesa da era oitocentista. Assim, as habilidades com a agulha não lhe mostravam apenas como uma moça que atendia aos padrões de conduta ingleses, mas que poderiam, do bordado e da costura, prover as vestimentas de seus filhos e garantir um enxoval digno à sua posição social. O que, de certa maneira, é esperado de uma dama que pretenda casar-se e atender ao desejo tanto dos seus pais quanto do seu contexto sócio, histórico e cultural.

Em consonância com o que Adriana Sales Zardini (2013) afirma acima, conseguimos identificar as características da representação feminina no século XIX em um dos diálogos em *Orgulho e Preconceito* (1813), travados entre Miss Elizabeth Bennet, Miss Caroline Bingley e

Mr. Fitzwilliam Darcy, a respeito do que caracteriza uma moça prendada no contexto aristocrata inglês. Assim, na opinião de Miss Caroline, uma moça prendada deve seguir as características do padrão comum de acordo com as que ela elenca no diálogo abaixo:

“Sim, considero muita coisa nele. ” “Ó! Certamente”, exclamou sua fiel assistente, “ninguém pode realmente ser considerada prendada se não ultrapassa em muito o que é geralmente tido como prendada. Uma mulher deve ter um vasto conhecimento de música, canto, desenho, dança e das línguas modernas para merecer a palavra; e, além de tudo isso, deve possuir um certo quê em seu semblante e modo de caminhar, o tom de sua voz, sua maneira de falar e suas expressões ou a palavra será meio merecimento. ” “Tudo isso deve possuir”, acrescentou Darcy, “e a tudo isso ela ainda deve adicionar algo mais substancial, no aprimoramento de seu espírito com uma ampla leitura” (AUSTEN, 2012, p. 51 e 53).

Elizabeth Bennet responde ao posicionamento de Miss Bingley e Mr. Darcy da seguinte maneira:

“Já não estou mais surpresa por você conhecer apenas seis mulheres prendadas. Agora me surpreendo por conhecer pelo menos alguma. ” “É tão severa sobre o seu próprio gênero a ponto de duvidar da possibilidade de tudo isso? ” “Nunca vi tal mulher. Nunca vi tal capacidade, gosto, aplicação e elegância, como você descreve, juntas. ” Mrs. Hurst e Miss Bingley protestaram contra a injustiça da sua implícita dúvida e ambas declararam que conheciam muitas mulheres que correspondiam à descrição, quando Mr. Hurst pediu que se acalmassem, com amargas reclamações pela desatenção com o que prosseguia. Como toda a conversação estava, desta forma, em seu fim, Elizabeth logo depois deixou a sala (AUSTEN, 2012, p. 51 e 53).

Ao lermos o primeiro diálogo acima, percebemos um posicionamento realístico sobre a descrição de “uma mulher prendada” aos olhos de Miss Caroline Bingley e Mr. Darcy, que está de acordo com o que já discutimos até agora sobre a representação feminina no século XIX. Mas, a parte interessante e que nos chama atenção no segundo diálogo diz respeito ao posicionamento de Elizabeth Bennet no que concerne ao padrão de comportamento e habilidades de uma dama do seu tempo. De acordo com o posicionamento da protagonista, ela afirma que não conhece muitas damas que tenham as características de “prenda” atribuídas pelos primeiros personagens a se posicionarem no diálogo. O que, de certa forma, contraria o pensamento e as opiniões de Miss Bingley e Mr. Darcy, fazendo com que a primeira sinta repulsa por Elizabeth Bennet pelo fato de essa ter um pensamento que é contrário para uma moça em sua posição social.

Ademais, antes do diálogo exposto aqui, presenciamos outra conversa na qual Miss Caroline Bingley fala sobre a irmã de Mr. Darcy, Miss Georgiana Darcy. No diálogo, ela enfatiza a configuração do comportamento de Georgiana, admirando-a com relação à sua educação, apresentando-se como a força motriz para o diálogo anterior, relacionado à

caracterização de “mulher prendada” no século XIX, refutada pela protagonista Elizabeth Bennet (Cf. AUSTEN, 2012). Assim sendo, Miss Caroline Bingley inicia o diálogo questionando Mr. Darcy na frente do grupo, da seguinte maneira:

“Miss Darcy cresceu muito desde a primavera? ”, quis saber Miss Bingley; “ela estará tão alta quanto eu? ” “Penso que sim. Ela está com a altura de Miss Elizabeth Bennet ou um pouco mais alta. ” “Como anseio vê-la novamente! Nunca me encontrei com alguém que me agradasse tanto. Que beleza, que modos! E tão extremamente refinada para a sua idade! Seu desempenho ao pianoforte é belíssimo. ” “É uma surpresa para mim”, disse Bingley, “como as jovens podem ter paciência para serem tão refinadas como são. ” “Todas as jovens damas refinadas! Meu caro Charles, o que você quer dizer? ” “Sim, todas elas, eu acho. Todas elas pintam mesas, revestem telas e tecem bolsas. Mal conheço alguém que não faça tudo isso e estou certo de que nunca ouvi falar de uma jovem dama pela primeira vez, sem ser informado de que ela era muito prendada” (AUSTEN, 2012, p. 51).

Diante do exposto, vemos que Miss Caroline Bingley elogia a educação, o requinte, os bons modos, o refinamento e as habilidades com o pianoforte da irmã de Darcy, Georgina Darcy, dando ênfase às qualidades que uma mulher prendada em um contexto oitocentista deveria ter. Assim, ao lermos o trecho acima, vemos que Miss Caroline afirma nunca ter conhecido uma moça tão refinada quanto a irmã de Darcy, eximindo-a de comparações com qualquer outra moça de sua época. Portanto, ao levarmos em consideração o veredito de Miss Caroline sobre as qualidades de Georgiana Darcy, vemos que essa última se apresenta como a representação máxima do que é destinado ao ser feminino no contexto oitocentista inglês. Não obstante, ao analisarmos o próprio nome da personagem, acreditamos que faz referência à Era Georgiana (1714-1830), uma vez que vemos que Jane Austen utiliza técnicas narrativas peculiares de sua escrita para a construção de personagens com o intuito de expor a representação do modelo de mulher do momento histórico em que produz sua obra. Desse modo, Austen (2012) constrói e nomeia a referida personagem com a finalidade de apresentá-la como a representação da condição feminina em seu contexto histórico cultural.

Outro ponto que ganha destaque no contexto oitocentista inglês diz respeito à formação da família, e a isso está ligado o casamento. No que diz respeito ao casamento no período georgiano, Costa (2015) nos diz que:

Assim, extremamente ligadas à vida social e à família, as mulheres ainda ocupavam seu posto sem muitas revoltas. Na Regência ou mesmo no período Georgiano, as mulheres deveriam se contentar com duas tarefas após o casamento: a reprodução e criação de filhos; e a administração do lar. Conforme ressalta Le Faye (2002), esperava-se que as mulheres deste período tivessem um bebê logo no primeiro ano de casadas. Temos essa representação em *Orgulho e Preconceito* (1813), de Jane Austen, quando, 10 meses após se casar com o Sr. Collins, Charlotte se apresenta grávida. Em carta enviada ao Sr. Bennet, seu marido explica sobre “a situação de sua querida

Charlotte e sua expectativa de um jovem ramo de oliveira” (AUSTEN, 2012, p. 214) (COSTA, 2015, p. 35, grifo nosso).

A instituição do casamento seria, de certo modo, o último estágio de consolidação de uma vida estabilizada para uma mulher de posição social elevada na Inglaterra do século XIX. Como característica principal do patriarcado, o casamento seria a passagem da tutela da mulher do legado do pai, para o marido, enfatizando o sentido de posse sob a mulher.

Diante desse exposto e de acordo com o que analisamos aqui, vemos que a representação do feminino no contexto oitocentista inglês, ou seja, na Era Georgiana Inglesa, está completamente calcada nos preceitos do sistema patriarcal e ligada às convenções sociais dos séculos XVIII e XIX. Assim, são suas características principais a submissão da mulher à esfera privada, o estrito seguimento das convenções sociais e a privação do sexo feminino à esfera pública, restando-lhe o matrimônio como uma forma de subsistência e de respeitabilidade perante a sociedade patriarcal inglesa.

Em suma, discutimos aqui algumas características que configuram a sociedade inglesa dos séculos XVIII e XIX, mostrando alguns aspectos que Jane Austen descreve em suas narrativas, que estão intrinsecamente ligados ao contexto sócio, histórico, político e cultural de sua época. Ademais, além de termos discutido sucintamente sobre a representação do feminino no referido recorte histórico, mostramos, de maneira breve, como essa representação aparece na narrativa de Jane Austen e como o constructo social de sua época influencia na escrita da romancista. Tendo feito isso, no próximo tópico, discutiremos, de forma breve, sobre o enredo de *Orgulho e Preconceito* (1813), além de fazermos uma abordagem sobre o que a crítica trata a respeito da leitura do referido romance.

4.2 Diálogo crítico: leituras de *Orgulho e Preconceito*

Intitulado, primeiramente, como *First Impressions (Primeiras Impressões)*, entre 1796 e 1797, e futuramente como *Pride and Prejudice (Orgulho e Preconceito)*³⁹, em 1813, o referido romance foi publicado pelo pseudônimo “*By a Lady*” (Por uma Senhora/Por uma

³⁹ “Assim como em outras obras da escritora, *Orgulho e Preconceito* é escrito de forma satírica. Casamentos não convencionais e infelizes são usados como contexto para denunciar os elementos com os quais a autora discorda e para focar nas pessoas frívolas e ignorantes que caracterizam a sociedade contemporânea dos últimos anos do século XVIII. Assim, Jane Austen revela certas posturas de seus personagens em situações cotidianas que, muitas vezes, causam momentos cômicos aos leitores, dando um caráter mais leve e satírico ao livro. [...] Apesar da citação sobre o exército inglês e da presença de milícias em vários momentos do romance, as guerras contra o recém-fundando Estados Unidos da América e contra a França Napoleônica não são sequer mencionadas na trama” (FURTADO, 2012, p. 07, grifo nosso).

Dama), por receio de sofrer retaliações de críticos literários dos séculos XVIII e XIX, e recusas de editores britânicos. Esse anonimato é uma consequência do contexto sócio, histórico, político e cultural no qual Jane Austen (1775-1817) viveu, pois, as mulheres não tinham direito à uma educação formal, nem acesso às esferas que se remetem ao espaço público, principalmente ao mercado editorial, uma vez que esse era de domínio dos homens. Portanto, a literatura, como diz Virgínia Woolf (1882-1941), “é a profissão que, tirando o palco, menos experiência oferece às mulheres – menos, quero dizer, que sejam específicas das mulheres” (WOOLF, 2019, p. 09)⁴⁰.

Assim, em consequência da configuração do constructo social de sua época, e na tentativa de publicar o seu romance, Jane Austen contou com a ajuda do seu pai, o Reverendo George Austen (1731-1805), que levou o escrito dela para o editor Thomas Cadell (1742-1802), em 01 de novembro de 1797, e que consequentemente foi recusado. Mais tarde, ela conseguiu publicar o seu romance pela editora Whitehall, em 28 de janeiro de 1813, pela responsabilidade do editor Thomas Egerton (1784-1830), (Cf. FURTADO, 2012, p. 05)⁴¹. Diferentemente das editoras atuais, que publicam os livros de forma completa, as editoras na época da romancista publicavam os romances em volumes separados. Assim, o romance em estudo foi publicado em três volumes, com direito a brochura personalizada para cada volume publicado.

Segundo Andrew Sanders (1994), a presente narrativa em estudo é considerada descritiva por ter uma configuração detalhista típica do romance regional inglês e, com isso, apresentar aspectos que valorizam a ambientação, o contexto histórico e as características sócio, políticas e culturais de uma determinada civilização (Cf. SANDERS, 1994)⁴². De acordo com a concepção de Stephen Greenblatt (2005), percebemos que esta narrativa nos mostra uma representação da sociedade aristocrata e provinciana inglesa, onde conseguimos identificar explicitamente aspectos desse sistema social, tais como: os costumes, a música, as vestimentas, a dança, as boas maneiras, as convenções, os preceitos e as relações de poder existentes em uma sociedade alicerçada com base no patriarcado, visto que, também, vemos nas personagens da

⁴⁰ Para mais informações: Cf. WOOLF, Virgínia, (1882-1941). Profissão para as mulheres. In: **Profissão para as Mulheres e outros Artigos Feministas** / Virgínia Woolf; tradução de Denise Bottmann. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2019. Consultado em: 19 de outubro de 2019.

⁴¹ Prefácio da tradutora Marcella Furtado, para a edição bilíngue de *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen, da Editora Landmark. Cf. AUSTEN, Jane (1775-1817). **Orgulho e Preconceito – Pride and Prejudice**. (1813) / Jane Austen; (Tradução e Notas de Marcella Furtado). – São Paulo: Editora Landmark, 2012. Consultado em: 03 de janeiro de 2019.

⁴² Para mais informações: Cf. SANDERS, Andrew. Austen, the ‘Regional Novel’, and Scott. In: **The Short Oxford History of English Literature**. New York: Oxford University Press, 1994. Páginas 368 a 377. Consultado em 17 de setembro de 2019.

obra a explícita representação do feminino e do masculino na Era Georgiana Inglesa (1714-1830). (Cf. GREENBLATT, 2005)⁴³.

Desse modo, com relação às representações do contexto sócio, histórico, político e cultural georgiano no romance de Austen⁴⁴, a Historiadora Marina Amaral Oliveira (2015), nos diz que:

Através da obra analisada – *Orgulho e Preconceito* – podemos visualizar o contexto da sociedade inglesa do século 18 sob a ótica dos personagens em suas rotinas diárias. O conhecimento das regras, leis e normas de etiqueta é fundamental para o entendimento de atitudes de determinados personagens, além de oferecer uma contextualização dos fatos ocorridos na estória. Mesmo escrevendo sobre um contexto limitado (pequenas propriedades rurais ou vilarejos), a escritora pôde descrever um universo de personagens, lugares e situações, tornando seu texto um rico exemplar da sociedade daquele século (OLIVEIRA, 2015, p. 19 e 20, grifo da autora).

Marina Oliveira (2015) vem confirmar o que discutimos anteriormente sob a ótica de Marcella Furtado (2012), Andrew Sanders (1994) e Stephen Greenblatt (2005), no que diz respeito à configuração e as características de *Orgulho e Preconceito* (1813). Na concepção de Oliveira (2015), a obra em análise contém as representações do contexto da sociedade inglesa do século XVIII e XIX, ilustradas através dos diversos elementos de composição da narrativa, tais como: o foco narrativo; o enredo; o espaço; o tempo; as personagens; as temáticas abordadas, como as representações de gênero, o teor crítico, histórico, político e cultural; além de como as mulheres são vistas através de diversas leituras sobre o referido romance, foco principal do presente tópico em discussão.

Quanto ao foco narrativo, o romance é narrado sob a perspectiva de Elizabeth Bennet, protagonista da história, uma vez que também identificamos, de imediato, um narrador em terceira pessoa, um narrador onisciente, pois ele sabe sobre os pensamentos, os sentimentos, os medos e os desejos de todas as personagens. Portanto, “é a personagem principal, Elizabeth Bennet, que na maioria dos casos representa a ‘voz feminina’. O ponto de vista narrativo é usado para identificar o lugar das mulheres na sociedade ou mostrar a situação vivida por grande

⁴³ Para mais informações: Cf. GREENBLATT, Stephen. Jane Austen (1775-1817). In: **The Norton Anthology of English Literature** / Stephen Greenblatt (1943), general editor; M.H. Abrams (Meyer Howard, 1912), founding editor emeritus. – 8th ed. Volume 2. p. cm. New York: W. W. Norton & Company, 2005. Consultado em: 16 de setembro de 2019.

⁴⁴ “[...] O seu mundo é o doméstico, é o das casas nobres e abastados da província, cuja vida rotineira segue indiferente às convulsões sociais que agitam a Inglaterra. No entanto, com a sua narrativa e seus diálogos espontâneos, Jane Austen foi capaz de criar personagens reais, com vícios e virtudes. É certo que o assunto em seus romances é trivial. *Emma, Pride and Prejudice e Persuasion* – entre outros – podem ser descritos como as aventuras de uma jovem à procura de um marido. Mas você terá que lê-los para poder apreciar a ironia fina de Jane Austen e a sua economia narrativa que faz cada incidente, de cada diálogo uma peça importante na estrutura dos romances. O tom de sua narrativa é irônico, os sentimentos são contidos. Jane Austen não parece haver vivido no mesmo mundo dos poetas românticos” (CEVASCO & SIQUEIRA, 1999, p. 52, grifos das autoras).

parte delas” (OLIVEIRA, 2015, p. 19). No que diz respeito ao discurso, vemos que há a presença do discurso indireto e do discurso indireto livre, com predominância desse último, fazendo com que o leitor tenha uma visão ampla dos fatos que ocorrem durante toda a narrativa.

Já a respeito do enredo, a Acadêmica em Letras Samira Alves de Barros (2013) nos mostra que:

O romance parece, à primeira vista, como uma simples história de amor, com um final previsível e feliz para as personagens principais; entretanto, depois de uma leitura mais atenta, de uma análise um pouco mais detalhada do enredo, é que se percebe a verdadeira intenção de Austen ao escrever esta obra. Ela critica a sociedade em que vivia e seus costumes, como também e talvez principalmente, por trás do — romance açucarado, chamar a atenção das moças de sua época para a discriminação que sofriam para as leis patriarcais e injustiças, para as poucas opções da mulher dentro da sociedade, enfim, para a condição feminina (BARROS, 2013, p. 58).

Samira Barros (2013) nos mostra o sentido real do enredo, além de deixar explícito o nosso objetivo no presente tópico, o de como a crítica lê as mulheres desse romance. Ou seja, como os teóricos interpretam o que Austen quis dizer nas entrelinhas de *Orgulho e Preconceito* (1813), e que passa muitas vezes despercebido aos olhos dos leitores. Nesse romance, portanto, ao lermos de forma crítica e ao analisarmos cautelosamente toda a narrativa, vemos que Austen nos mostra como se apresenta a condição das mulheres em um contexto patriarcal inglês. Pois, é através das personagens femininas como Jane Bennet, Charlotte Lucas, e as irmãs da primeira, que conseguimos ter uma visão concreta de como era a condição feminina, e quão pouco eram as opções das mulheres dentro de uma sociedade onde o sistema patriarcal era predominante e vigente. Um exemplo claro disso se refere ao desespero da Mrs. Bennet em casar as suas cinco filhas, pois esse era o único meio das mulheres dessa época de tentarem garantir uma condição socioeconômica estável, assim como firmar uma posição social perante a sociedade legal e civil, já que as mulheres dessa época dependiam da presença masculina para serem respeitadas na esfera pública.

Com relação ao espaço, a narrativa é ambientada nas regiões Leste, Sudeste e Sul da Inglaterra, tendo como cenário principal a zona rural britânica. No Leste, as ações da narrativa acontecem no condado de Derbyshire, na propriedade de Pemberley, e nos limites das montanhas do Leste. No Sudeste da Inglaterra, a narrativa também se passa no condado de Kent, na propriedade de Rosings Park e no presbitério de Hunsford. Já no Sul do país, presenciemos os fatos sendo narrados no condado de Hertfordshire, na cidade fictícia de Meryton, nas propriedades de Longbourn, Lucas Lodge, Netherfield Park e na cidade de Londres. A respeito das famílias, a que recebe mais atenção na história e de onde vem a força

motriz do enredo é a família Bennet. Mas, outras famílias também fazem parte do desenrolar da narrativa, tais como as famílias: Lucas, Long, Morris, Phillips, Bingley, Hurst, Darcy, Bourgh, Gardiner e os Collins.

No que diz respeito ao tempo, conseguimos identificar, de imediato, dois tipos, o cronológico e o histórico. O tempo cronológico nos é mostrado em algumas marcações na narrativa oriundas do discurso indireto, do discurso indireto livre e das cartas que são trocadas entre as personagens, tais como:

“Às cinco da tarde, as duas jovens se retiraram para se vestir e às seis e meia Elizabeth foi chamada para jantar”; “Após o jantar, quando as damas deixaram a mesa, Elizabeth correu para a sua irmã, [...] e Elizabeth nunca as vira tão agradáveis como estavam durante a hora que passaram, antes dos cavalheiros aparecerem”; “A noite passou agradavelmente”; “O dia seguinte abriu uma nova cena em Longbourn”; “O dia se passou muito como o anterior”; No sábado de manhã, Elizabeth e Mr. Collins se encontraram para o desjejum um pouco antes dos demais aparecerem”; No domingo, depois da missa matinal, a separação, tão agradável a todos, ocorreu”; “Cerca de um mês atrás, recebi esta carta; e, há uma quinzena eu a respondi, [...]”; “Hunsford, próximo a Westerham, Kent, 15 de outubro”; “Quatro semanas se passaram e Jane não soube nada dele”; Janeiro e fevereiro se passaram com eventos não maiores do que aqueles na família de Longbourn, se não com pequenas alterações além das caminhadas até Meryton, às vezes enlameadas, às vezes frias. Março deveria conduzir Elizabeth até Hunsford”; “Meu pai e Maria irão me ver em março”; [...] (Cf. AUSTEN, 2012).

Já com relação ao tempo histórico, percebemos claramente que a narrativa se passa no início do século XIX. Pois, há algumas características que se remetem à configuração de uma sociedade oitocentista, tais como: a linguagem, uma vez que vemos a completude dos diálogos travados entre as personagens, principalmente com relação aos diálogos de Elizabeth Bennet; os costumes, a etiqueta inglesa e as normas de conduta; os meios de locomoção, como charretes e a dependência de cavalos; os meios de comunicação, visto que as pessoas desse período só poderiam se comunicar através de cartas; a dança, quando a distração das famílias interioranas se remetia aos bailes, e antes desses, os grandes jantares; o refinamento do gosto da classe média e alta relacionado à apreciação pelas artes, como pintura, música, literatura, teatro, concertos, dentre diversas outras formas de arte.

Além disso, com relação ao contexto sócio, histórico e cultural no qual Jane Austen produziu o romance em estudo, levando em consideração ao modo como as mulheres do século XIX eram consideradas pela sociedade, a pesquisadora Adriana dos Santos Sales (2017) afirma que:

Desde o período da juvenília até os últimos livros publicados, Jane Austen escreveu seus livros em meio a uma fase de agitação política, conflitos militares e efervescência

religiosa, além de ser uma importante época na história do feminismo. Obviamente o conservadorismo ainda estava em alta e muitos escritores enfatizavam a posição da mulher como subordinada ao homem (Milton e Rousseau), além das inúmeras publicações totalmente dedicadas à formação de mocinhas com guias de conduta e normas para vestimenta, comportamento, entre outros (SALES, 2017, p. 08).

Desse modo, no que concerne às representações de gênero e as relações de poder existentes entre eles em uma sociedade onde o pensamento masculino supremacista se estabelece, temos personagens femininas e masculinas passivas diante desse constructo social e que representam as características do indivíduo georgiano. Assim, como representação das personagens femininas que atendem às convenções sociais do século XIX, temos: as irmãs Bennet, que são Miss Jane (com 22 anos), Miss Mary (com 19 anos), Miss Kitty (com 17 anos) e Miss Lydia (com 15 anos); Mrs. Bennet, Mrs. Gardiner, Mrs. Phillips, Mrs. Long, Mrs. Morris, Mrs. Louise Hurst, Miss Caroline Bingley, Miss Georgiana Darcy, Mrs. Charlotte Collins, Miss Anne de Bourgh, Lady Catherine de Bourgh e Mrs. Lucas. Ademais, “a grande maioria das personagens do romance podem ser consideradas passivas, seguidoras das imposições traçadas pela sociedade, elas saem em busca de um marido, visando uma vida estável e confortável, pois foram criadas para isso” (BARROS, 2013, p. 59). Já como representação das personagens masculinas oitocentistas inglesas, temos: Mr. Bennet, Mr. Gardiner, Mr. Phillips, Mr. Long, Mr. Morris, Mr. Hurst, Mr. Charles Bingley, Mr. Fitzwilliam Darcy, Mr. Collins, Mr. Wickham, Coronel Fitzwilliam, e Sir William Lucas. Assim, divergindo das personagens femininas de sua época, temos Elizabeth Bennet, que em postura, discurso e conduta, apresenta-se como fora do padrão comum de mulher georgiana.

Dessa forma, em consonância com as personagens expostas acima e as representações que Austen traz em sua narrativa sobre o feminino e masculino de sua época, principalmente sobre as mulheres provincianas inglesas, a pesquisadora Marina Oliveira (2015) afirma que:

Austen critica os problemas da época com a ajuda do seu irônico ponto de vista, sendo o tema favorito o casamento, onde a principal questão são as dificuldades econômicas da mulher que a encaminham para o casamento como garantia de um futuro. A percepção da sociedade sobre o casamento é apresentada através das comparações entre o casamento romântico e o ‘racional’. Ainda de maneira satírica, Jane Austen cria personagens apropriados para refletirem os problemas que concernem à questão da identidade feminina na sociedade. Em outras palavras, Austen examina as necessidades e valores da sociedade e os julga logicamente com a ajuda de seus personagens (OLIVEIRA, 2015, p. 20).

Conforme o exposto acima por Marina Oliveira (2015), ao tratarmos sobre as temáticas⁴⁵ que são abordadas no romance, identificamos, de imediato, que o enredo conta sobre a busca por casamento, principalmente pelas filhas Bennet e Lucas. O que, de certo modo, nos faz julgar que o romance irá tratar apenas sobre matrimônio. Pelo contrário, pois, além dessa temática ser abordada na narrativa, há outras, tais como: o sistema patriarcal; a divisão de gênero em relação às tarefas; a equivocada inferioridade do sexo feminino e a superioridade do masculino; a desigualdade entre os gêneros; as formas de lidar com as inconstâncias da vida pela classe média e alta inglesa, nos mostrando como se configura a situação das mulheres dessa época. Todas essas questões são pertinentes ao analisarmos a narrativa de forma crítica e reflexiva.

Com relação ao título, vemos que os dois vocábulos que nomeiam o romance têm muito para oferecer ao entendimento da narrativa. Desse modo, o “orgulho” diz respeito a ambos os personagens principais, Elizabeth Bennet e Fitzwilliam Darcy. Tanto um como o outro carregam as mesmas características durante toda a narrativa. A primeira por não simpatizar com o jeito de ser de Darcy, além da possibilidade de estar gostando dele e não assumir. É a própria protagonista feminina que identifica esse sentimento como pertencente ao par romântico da narrativa, quando ela afirma com relação às atitudes de Darcy o seguinte posicionamento: “eu poderia facilmente perdoar o seu orgulho, se ele não tivesse mortificado o meu” (AUSTEN, 2012, p. 29). Enquanto a Darcy, o “orgulho” está relacionado à sua superioridade, além de ele também não querer assumir que está gostando de Elizabeth.

O “preconceito” também é atribuído a ambos os personagens. Elizabeth, por nutrir esse sentimento a respeito de Darcy, ocasionado pela primeira impressão e julgamento que ela tem sobre ele, o julgando um homem arrogante, superior e antissociável. Tudo isso fruto da visão que ela tem a respeito da postura e comportamento dele e da negativa do mesmo em dançar no primeiro baile que ele participou em Meryton:

Mr. Darcy dançou apenas uma vez com Mrs. Hurst e outra com Miss Bingley, declinou ser apresentado a qualquer outra dama e passou o resto da noite caminhando pela sala, falando ocasionalmente com alguém de seu próprio grupo. Seu caráter estava formado: ele era o mais orgulhoso e o mais desagradável homem do mundo, e todos esperavam que ele nunca mais voltasse (AUSTEN, 2012, p.19).

⁴⁵ “O principal tema do livro é contemplado logo na frase inicial, quando sua autora menciona que um homem solteiro e possuidor de grande fortuna deve ser o desejo de uma esposa. Com essa citação, Jane Austen faz três referências importantes: a autora declara que o foco da trama será os relacionamentos e os casamentos, dá um tom de humor à obra, ao falar de maneira inteligente acerca de um tema comum, e prepara o leitor para uma “caçada” de um marido em busca da esposa ideal e de mulheres perseguindo pretendentes” (FURTADO, 2012, p. 07).

Darcy, de certo modo, transparece ter “preconceito” por julgar que Elizabeth não esteja no mesmo nível socioeconômico que o dele, por ambos pertencerem a posições sociais discrepantes, Elizabeth por pertencer à classe média e Darcy à classe alta. Assim, esses dois vocábulos se configuram os temas principais que percorrem a narrativa do início ao fim, só desaparecendo do ponto de vista de ambos os personagens nos últimos capítulos da narrativa, momento quando eles reconhecem os seus erros e se reconciliam.

Ademais, a história fala sobre a forma como a protagonista Elizabeth Bennet lida com os problemas relacionados à educação, à cultura, à moral, e ao casamento em uma sociedade aristocrata inglesa no início do século XIX. A personagem Elizabeth é a segunda de cinco filhas de um proprietário rural, Mr. Bennet, dono da propriedade Longbourn, próximo à cidade fictícia de Meryton, no condado de Hertfordshire, no Sul da Inglaterra, não muito distante da cidade de Londres. Assim, ao levarmos em consideração o teor histórico, político e cultural presente no romance em análise, vemos que “Austen manipula os tabus da época com uma linguagem irônica com o objetivo de refletir o paradoxo da autoestima feminina. Como resultado, elementos da sátira como o humor e a comédia desenvolvem um indispensável papel nos romances de Austen uma vez que essa era a melhor maneira de imitar as convenções sociais da época” (PACHECO & SOUZA, 2011, p. 04).

Ainda a respeito do enredo, a pesquisadora Samira Alves de Barros (2013) nos mostra que:

É neste contexto que o enredo do romance *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen se ergue, um ambiente onde as mulheres são submissas aos homens, tendo que acatar as normas que são ditadas como base para a sociedade. A mulher aparece como uma mercadoria, que é negociada, em que ela sempre terá um dono. Conforme Rocha (2009, p. 50) saía da casa da família para o casamento, momento em que a posse sobre a mulher era transferida do pai para o marido (BARROS, 2013, p. 58, grifos da autora).

Levando em consideração a reflexão acima da pesquisadora, um dos temas mais persistentes no trabalho de Jane Austen é a importância do ambiente e o crescimento de suas protagonistas, além da moralidade no desenvolvimento da juventude. A situação social e a riqueza, no entanto, não são necessariamente vantagens no mundo, e para Jane Austen, os pais são ineficientes. Em *Orgulho e Preconceito* (1813), a falha de Mr. e Mrs. Bennet, em especial a última, como pais, tem como consequência a ausência do senso de moral de Lydia.

A respeito da leitura sobre as mulheres do romance em estudo, os pesquisadores Mara Regina Pacheco e Fernandes Ferreira de Souza (2011) afirmam que:

De acordo com Gabriela Castellanos, as heroínas de Austen não se rebelam claramente contra os mandos sociais. Ao invés disso, fazem algo mais revolucionário, riem, zombam. Uma estrutura de romance no qual a heroína pode rir da construção idealizada da sociedade (1994, p. 47). Ela lida com as ironias da linguagem que podem ser encontradas entre as linhas dos diálogos. Com a ajuda da ironia da linguagem ela ataca pressupostos da sociedade que comumente envolvem uma visão tradicional cultural sobre a mulher (PACHECO & SOUZA, 2011, p. 02).

Ao lermos a citação acima, vemos que os pesquisadores nos mostram a configuração das heroínas de Austen. Eles elencam as características das protagonistas e evidenciam o poder do riso que elas possuem na narrativa. Assim, além de dotar as suas protagonistas de riso, Austen também constrói as suas personagens com um talento do sarcasmo e da ironia a respeito do constructo social no qual elas estão inseridas. Essa é, de certo modo, a forma pela qual Austen encontrou para criticar a sociedade de sua época de maneira sutil, mostrando como se apresenta o lugar da mulher nessa sociedade.

A romancista trabalha de maneira crítica a representação das mulheres de uma forma que a própria sociedade de sua época talvez não tenha percebido, uma vez que ela constrói as personagens que atendem aos padrões sociais muitas vezes como mulheres cômicas ou rígidas, como é o caso de Mrs. Bennet e Lady Catherine de Bourgh; ou conformistas e ingênuas, como é o caso de Jane Bennet e Lydia Bennet, como uma maneira de representar e criticar a condição das mulheres no contexto oitocentista inglês. Sendo essa última dotada do riso que a configura como uma criatura ainda tenra e à mercê do sistema patriarcal, – que tem o riso como um sinal de insensatez – divergindo do riso de Elizabeth Bennet, que se configura como uma forma de entrosamento, construção de amizade, e a uma personalidade madura. Assim, “Austen emprega o riso como uma ferramenta de crítica à sociedade. Nas obras de Austen os leitores são convidados a rir das ironias da conduta social. A escritora usa ainda o riso para dar autoconsciência para a mulher na sociedade, fazendo com que esse riso encoraje as heroínas e leitores a rir” (PACHECO & SOUZA, 2011, p. 10).

A respeito do **riso**⁴⁶ em *Orgulho e Preconceito* (1813), vemos claramente que Elizabeth Bennet tem o riso como uma forma de lidar com situações desagradáveis no seu dia a dia. A

⁴⁶ **O Riso:** “Ainda, a autora Elvira Casal (2001, p. 01), acredita que o poder do riso implica em três diferentes dimensões em *Orgulho e Preconceito*: primeiro ela manipula o riso com um significado de loucura e ridículo que são resultado da inconsistência social. O papel do riso na relação de Elizabeth e Darcy mostra a mudança dos seus personagens enquanto o romance prossegue. No início do romance Elizabeth acha que o riso é uma maneira de comunicação com os outros. Porém ela diz que o Sr. Darcy não é uma pessoa da qual se possa rir, o que considera uma desvantagem por adorar uma boa risada. Lizzy abertamente afirma que rir é muito importante para conduzir uma amizade com uma pessoa, sendo assim acredita que isso é impossível com uma pessoa como Darcy que parece mal-humorado e sério. Contudo, no final do romance ambos os amantes descobrem a verdade natural do riso. Elizabeth aprende a rir sem preconceito e Darcy ganha senso de humor” (PACHECO & SOUZA, 2011, p. 10, grifo nosso).

exemplo disso, vemos quando ela ouve Mr. Darcy dizendo que “a sua beleza é apenas tolerável” (Cf. AUSTEN, 2012, p. 21), quando o seu amigo Mr. Charles Bingley o questiona sobre o porquê de ele não dançar com Elizabeth Bennet, uma vez que esse último a considera tão bonita quanto sua irmã, Jane Bennet:

“A quem se refere?” e, virando-se por um momento, viu Elizabeth, que cruzou seu olhar fazendo-o retrair o seu, e friamente disse, “Ela é tolerável, mas não bela o bastante para me tentar; não estou com humor no momento para dar consequência a jovens damas que são desprezadas por outros homens. É melhor que volte para sua parceira e aprecie seus sorrisos, pois está perdendo tempo comigo.” Mr. Bingley seguiu seu conselho. Mr. Darcy se afastou; e Elizabeth permaneceu sem sentimentos muito cordiais para com ele. Ela contou o fato, porém, com muita graça entre suas amigas; pois tinha uma disposição vívida e divertida, que tornava aprazível qualquer coisa ridícula (AUSTEN, 2012, p. 21).

Como vemos no trecho acima, mesmo diante do desprezo de Mr. Darcy, Elizabeth prefere tratar a sua opinião com indiferença e substituir um sentimento de raiva por um riso. Vemos que Elizabeth demonstra maturidade suficiente, pois ela não se exaltou com a crítica destrutiva que o Senhor Darcy a fez. Ou seja, ao invés de ela ficar triste com o comentário feito sobre a sua aparência, a mesma conclui que ele tomou para si uma postura arrogante, orgulhosa, preconceituosa e deselegante. Elizabeth, de certo modo, não atende às expectativas que uma jovem de seu tempo poderia atender, ou seja, se magoar com a crítica destrutiva que o cavalheiro mais rico de Derbyshire lhe fez. Ao invés de estar aos prantos, caso ela tivesse a mesma personalidade de suas irmãs mais novas, ela simplesmente age com naturalidade, e deixa o riso substituir o desagrado, a tristeza e as lágrimas.

Uma vez que Austen “lida com as noções do século XVIII inglês sobre o lugar e o valor da mulher da classe média. Com sua talentosa linguagem irônica e vivaz observação da vida, ela satiriza com convenções diárias da época na desvalorização da identidade feminina” (PACHECO & SOUZA, 2011, p. 03). É o que vemos ao analisarmos a postura de Elizabeth Bennet a respeito do comportamento de Mr. Darcy para com ela. Além desse exemplo, vemos diversos outros, ao longo da narrativa, ao enfatizarmos o contraste entre a postura de Elizabeth em detrimento das demais personagens femininas.

Ainda quanto ao papel do feminino, Marina Amaral Oliveira (2015) vem nos dizer que:

Embora *Orgulho e Preconceito* apresente algumas ideias conservadoras, como mulheres submissas aos homens, famílias estruturadas pelo patriarcado, a obra de Austen é pautada basicamente pela voz feminina, quer seja como uma maneira de identificar o lugar da mulher na sociedade ou mostrar sua situação através do ponto de vista narrativo. A autora constrói suas personagens através da consciência própria de cada personagem contra o sistema patriarcal (OLIVEIRA, 2015, p. 19, grifo da autora).

De acordo com o que Marina Oliveira (2015) vem nos mostrar, vemos que Jane Austen constrói as suas personagens com base em dois moldes: o que atende às convenções sociais e o que é divergente com o contexto no qual suas personagens estão inseridas. Como exemplo das mulheres que atendem às convenções do contexto no qual a narrativa permeia, temos as personagens femininas elencadas no início da nossa discussão, principalmente, as irmãs Bennet e Georgiana Darcy. Mas, Austen constrói Elizabeth como uma personagem que atende ao segundo molde. É o que identificamos ao levarmos em consideração a concepção da pesquisadora Adriana Sales Zardini (2013)⁴⁷ sobre o desenvolvimento das personagens femininas de Austen. Em consonância com essa reflexão, a Acadêmica em Letras Laila Mendes Correia e a Historiadora Rita de Cássia Mendes Pereira (2017) nos dizem que:

Em *Orgulho e Preconceito*, Austen faz uma crítica sutil à ideia corrente de que a educação feminina deveria estar voltada exclusivamente para aspectos da vida doméstica, e por meio da protagonista Elizabeth Bennet, a autora desafia padrões de comportamento ao subverter os padrões de representação da mulher aristocrática e ao reforçar lugares de fala próprios ao universo feminino. Ainda que subordinada às regras dominantes relativas à moral e à ética aristocrática, a personagem usa da ironia para confrontar os modelos correntes e afirmar a sua relativa independência em relação às formas de pensamento dominante, comumente enunciados por homens (CORRERIA & PEREIRA, 2017, p. 1305, grifo das autoras).

De acordo com a reflexão das pesquisadoras a respeito de um dos principais temas que é discutido dentro do romance, “a educação da mulher”, elas nos mostram que Austen vem trazer a protagonista Elizabeth como subversora do sistema patriarcal, no qual as suas personagens femininas estão inseridas, pois, “esperava-se que as moças do século XVIII fossem submissas, modestas, puras e educadas, e as qualidades exigidas concentravam-se nos estudos superficiais e desenvolvimento de habilidades artísticas” (SALES, 2017, p. 09). Com isso, Austen critica a posição e a falta de espaço para as vozes femininas em uma sociedade sexista e com predominância do pensamento supremacista e hegemônico masculino. Tal sociedade se destaca pelo fato de as mulheres não terem direito a uma educação formal, sendo destinada a elas uma educação que as limite ao âmbito dos afazeres do lar, obrigando-as a serem submissas ao sistema patriarcal.

⁴⁷ “Embora ‘*Orgulho e Preconceito*’ apresente algumas ideias conservadoras, como mulheres submissas aos homens, famílias estruturadas pelo patriarcado, a obra de Austen é pautada basicamente pela voz feminina, quer seja como uma maneira de identificar o lugar da mulher na sociedade ou mostrar sua situação através ponto de vista narrativo [...]. Entretanto, é a personagem principal, Elizabeth Bennet, que na maioria dos casos representa a ‘voz feminina’. O ponto de vista narrativo é usado para identificar o lugar das mulheres na sociedade ou mostrar a situação de vida de grande parte delas. Ao desenvolver suas personagens, Austen faz com que estas passem por situações que podem levá-las ao crescimento intelectual e racional” (ZARDINI, 2013, p. 05, grifo nosso).

Sobre o papel da educação para a mulher inglesa, Adriana dos Santos Sales (2017) discute a respeito da “*Reivindicação dos Direitos da Mulher*” (1792), da filósofa feminista inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), nos mostrando o objetivo desse documento:

A publicação de Wollstonecraft foi uma espécie de resposta aos teóricos políticos e educacionais do século XVIII que não acreditavam que as mulheres deveriam receber uma educação formal. Na opinião de Wollstonecraft, as mulheres tinham o direito à educação que visasse a formação do pensamento crítico, além de serem importantes para a sociedade pois educavam seus filhos e poderiam travar debates úteis com seus esposos, e não serem apenas ‘donas do lar’. Na visão da autora, ao invés de meros ornamentos da sociedade ou ‘objetos’ para trocas vantajosas no valioso mercado dos casamentos, as mulheres eram seres humanos que possuíam os mesmos direitos dos homens (SALES, 2017, p. 08).

Vemos que Mary Wollstonecraft (1759-1797) tinha uma visão concreta sobre a educação das mulheres no século XVIII, uma vez que ela almejava a instrução dessas não apenas para as obrigações do lar, mas uma educação que as fizessem pensar sobre a sua estrutura sócio, histórico, política e cultural da qual elas pertenciam, ou seja, a formação do pensamento crítico, assim como os homens dessa mesma época desenvolviam e eram legados de diversos outros privilégios. Ela idealizava, portanto, uma educação que pudesse subverter as mulheres do âmbito do lar e da aposta no matrimônio como a única forma de subsistência, tirando-as, dessa maneira, da condição de submissas e de dependentes do sexo masculino. Assim, ao almejar uma educação que visa a formação de um pensamento crítico, Wollstonecraft (1792) objetiva a equidade de direitos entre os gêneros. É o que parece se evidenciar em *Orgulho e Preconceito* (1813) e em outros romances de Austen.

Por mais que Austen não construa personagens femininas que estejam explicitamente quebrando os padrões comuns e convenções sociais, conseguimos identificar através de discursos, diálogos, opiniões e posicionamentos críticos; em adição a elementos como o riso, a ironia e a racionalidade, que Elizabeth Bennet diverge das demais personagens que atendem à configuração e a representação do feminino no início do século XIX, principalmente, ao compararmos com a sua irmã, Jane Bennet. Sobre esse ponto, Leilla Correia e Rita Pereira (2017) afirmam que:

Por meio de atributos como ironia e racionalidade, atribuída a suas protagonistas, Austen projeta a imagem de mulheres que pouco se adequavam ao padrão de comportamento feminino corrente no início do século XIX. Frente às limitações econômicas e sociais e aos modelos éticos e morais, as mulheres estavam submetidas ao domínio masculino, e as representações sobre a condição feminina na literatura, em textos escrito no mais das vezes por homens, as personagens femininas encontram-se destituídas de toda e qualquer forma de poder. Em Jane Austen, pelo contrário, a existência feminina ganha complexidade. As protagonistas, com seus valores e suas

formas de enfrentamento em relação aos valores normativos, são tomadas como seres humanos dotados de emoções e racionalidade (CORREIA & PEREIRA, 2017, p. 1308).

Desse modo, Austen constrói Elizabeth tanto fazendo com que ela atenda a algumas regras de seu tempo como subverta outras convenções sociais, tais como: o casamento, a “dita” superioridade de intelecto, a alta capacidade de reflexão sobre a sua situação, a propriedade e a complexidade do discurso. Mesmo quando ela atende às convenções, Austen a coloca como irônica e reflexiva sobre a própria situação, como é o caso de seu julgamento sobre “uma mulher prendada”, uma vez que ela não atende às características dessa; o seu divertimento como julgamento que outros têm sobre ela, como é o caso do julgamento de Darcy sobre a beleza de Elizabeth e o julgamento de Miss Caroline Bingley sobre o comportamento da protagonista; assim como os trocadilhos que Elizabeth Bennet faz com Catherine de Bourgh sobre a sua idade, a educação de suas irmãs e a sua posição socioeconômica.

Ainda discutindo a representação da mulher no referido romance, destacamos a seguinte reflexão de Judith Lowder Newton (1978):

Em *Orgulho e Preconceito*, assim como nas cartas de Jane Austen, a maior diferença em muitos homens e mulheres é que os homens – todos os homens das classes média e altas – têm um acesso independente ao dinheiro que as mulheres não têm. É o privilégio despercebido dos homens no romance de ter o trabalho que paga, a ascender através de preferência, da educação e à herança. As mulheres, em contraste, não têm acesso ao trabalho que pague e são educadas para nada além da exibição. Apesar de mulheres e homens ambos herdarem, as mulheres herdaram um montante fixo, um tipo de dote, enquanto os homens herdaram sustento, subsistência (NEWTON, 1978, p. 29, grifo da autora, tradução nossa⁴⁸).

Ao nos determos ao contexto socioeconômico que circunda a sociedade que compõe o enredo, percebemos que a escritora vem discutir e expor em sua narrativa a desigualdade social entre os gêneros de classes média e alta. Um exemplo claro disso na narrativa diz respeito aos dois casais, Jane Bennet e Charles Bingley, Elizabeth Bennet e Fitzwilliam Darcy. Ambas as moças, a primeira com vinte e dois anos e a segunda com vinte e um anos, são pertencentes à classe média, à chamada **gentry**⁴⁹. Já os rapazes mencionados, são considerados como

⁴⁸ Texto original: “In *Pride and Prejudice*, as in Austen's letters, the major difference in the lots of women and men is that men—all men of the upper- and middle-classes- have an independent access to money that women do not. It is the unremarked privilege of men in the novel to have work that pays, to rise through preference and education, and to inherit. Women, in contrast, have no access at all to work that pays and are educated for nothing but display. Although women and men both inherit, women inherit a lump sum, a kind of dowry, while men inherit livings” (NEWTON, 1978, p. 29, griffon by the author).

⁴⁹ “A posição social era delimitada pelos títulos nobiliárquicos e pela situação financeira da família da moça. As classes sociais eram divididas entre: 1) nobres (lords e ladies, duques e duquesas, marqueses, condes e condessas, viscondes e viscondessas, barões e baronesas), que recebiam os títulos por herança ou intervenção do Rei; 2) Cavalheiros e baronetes, que tinham o poder, assim como os bispos e arcebispos, de votarem na câmara dos lordes;

pertencentes à classe alta, também considerados como **cavalheiros**. (Cf. ZARDINI, 2011, p. 06, grifo nosso). Com relação à questão socioeconômica, Adriana Sales (2017) nos mostra como era a situação das mulheres do contexto de Austen, quando ela diz que:

A família era a base de sustentação de todas as moças pertencentes à classe média e à aristocracia daquela época; por isso, era de se esperar que os pais as deixassem certa quantia após sua morte ou que os irmãos ficassem com a responsabilidade de ajudá-las, caso não se casassem. A herança e bem materiais eram transmitidos sempre ao filho primogênito ou parente mais próximo do sexo masculino, impedindo assim que as filhas recebessem a herança. Na verdade, esse era o sistema legal da época, criado para que a fortuna ficasse sempre em nome da família por várias gerações, e para que não fosse partilhada, caso o pai decidisse dividir as terras e bens entre todos os filhos, incluindo filhas (SALES, 2017, p. 10).

Conseguimos identificar essa situação no romance quando o Mr. Bennet fala sobre a propriedade de Longbourn, que o Mr. Collins herdará, e a insatisfação da Mrs. Bennet com relação a isso:

“Ó! Meu caro”, exclamou sua esposa, “não posso suportar ouvir isso ser mencionado. Por favor, não fale deste homem odioso. Acho que é a coisa mais dura deste mundo que sua propriedade seja alienada de suas próprias filhas; e tenho certeza, se eu fosse você, teria tentado há muito tempo fazer alguma coisa a respeito.” Jane e Elizabeth tentaram lhe explicar a natureza de um legado. Elas já tinham tentado isso anteriormente, mas era um assunto do qual Mrs. Bennet estava além do alcance da razão, e ela continuava a ralhar amargamente contra a crueldade de se tirar uma propriedade de uma família com cinco filhas, em favor de um homem com o qual ninguém se importava. “Certamente é um negócio muito injusto”, disse Mr. Bennet, “e nada pode livrar Mr. Collins da culpa de herdar Longbourn. Mas, se ouvirem sua carta, poderão ficar tranquilizadas um pouco pela sua maneira de se expressar.” “Não, estou certa de que não ficarei; e acho que é muito impertinente, e muito hipócrita, da parte dele, lhe escrever. Odeio amigos assim falsos. Por que ele não consegue ficar sem discutir com você, como o pai dele fazia antes dele?” (AUSTEN, 2012, p. 79).

Vemos o descontentamento da Mrs. Bennet com relação à herança de Longbourn, deixando as suas cinco filhas desamparadas. Ao analisarmos esse diálogo entre o Mr. e a Mrs. Bennet, vemos a situação legal e civil das mulheres no século XVIII e XIX, a questão da dependência de um matrimônio, por exemplo, para poderem ter uma vida economicamente estável. Então, isso tornou-se a maior preocupação da Mrs. Bennet, casar as suas cinco filhas, pois nenhuma poderia herdar a propriedade onde nasceram e cresceram, devido à configuração

3) classe média, também chamada de aristocracia ou gentry; nesse nível encontram-se os proprietários de terras; 4) famílias pertencentes às profissões relacionadas ao Exército, Marinha, Direito, Medicina e Comércio (também considerados os “novos ricos”, dinheiro proveniente das transações comerciais, principalmente no exterior, como plantações de tabaco ou tráfico negreiro); 5) shabby-genteel ou “pessoas refinadas”, pessoas que receberam uma boa educação, porém não possuíam uma renda (governantas, filhas que não herdaram o dinheiro dos pais); 6) os empregados (vendedores de lojas e empregados das propriedades); e 7) os pobres, que dependem das doações das classes mais abastadas” (ZARDINI, 2011, p. 06 e 07).

do sistema patriarcal que permeava a sociedade georgina inglesa. Além disso, as economias da Mrs. Bennet não eram o suficiente para sustentar as suas cinco filhas, caso o Mr. Collins tomasse Longbourn, como lhe era de direito. Pois:

A propriedade de Mr. Bennet consistia quase inteiramente de um imóvel que rendia dois mil ao ano e que, desafortunadamente para suas filhas, estava alienada por falta de herdeiros homens, por distante relação; e a fortuna de sua mãe, embora abundante pela sua situação na vida, mal poderia suprir a deficiência da dele. O pai dela fora advogado em Meryton e tinha lhe deixado quatro mil libras (AUSTEN, 2012, p. 39).

Judith Newton (1978) vem nos mostrar a questão dos privilégios atribuídos ao sexo masculino e a falta deles para o sexo feminino. Um exemplo disso é o fato de todas as mulheres do romance não terem possibilidade de profissão ou acesso à esfera pública, ficando todas confinadas em suas casas. Quanto aos homens, – exceto ao Mr. Bennet, que vive em sua biblioteca deleitando os seus livros, mas é proprietário de Longbourn – todos têm profissão que os levam de um lugar para o outro, como é o caso dos militares que estão presentes na narrativa, tais como Mr. Wickham, que logo após o seu casamento com a sua esposa Lydia Wickham se muda para Castle, no Norte da Inglaterra, em missão oficial do exército inglês.

Temos também os grandes cavalheiros e proprietários de terras, como Mr. Charles Bingley, Mr. Fitzwilliam Darcy, e o Coronel Fitzwilliam, que sempre estão supervisionando as suas propriedades e cuidando de negócios na cidade de Londres; os clérigos, como é o caso de Mr. Collins, que têm o seu legado, o seu presbitério e sua paróquia como objetos de administração, além de seus serviços eclesiais à comunidade. O amigo querido de Elizabeth Bennet, Sir William Lucas – que foi prefeito de Meryton e é considerado como um homem da Política – que sempre está indo e vindo de Londres a negócios; os tios de Elizabeth Bennet, Mr. Phillips e Mr. Gardiner, sendo o primeiro advogado e outro comerciante. Ou seja, todos os homens da narrativa têm profissão e sempre estão de um lugar para o outro, fazendo parte do constructo legal, civil e político da Inglaterra, além de terem acesso livre à esfera pública.

Ao contrário, todas as mulheres do romance que sempre estão em casa bordando, pintando, costurando, tecendo, tocando piano, cozinhando, tendo aulas de Francês, Italiano, Grego, Latim. Ainda vemos que os homens têm acesso à educação formal, à Universidade, além de possuírem a possibilidade de profissões, de direito à herança, de acesso ao Judiciário e ao domínio da Política. Tudo isso faz com que as mulheres se submetam ao sistema patriarcal e se tornem submissas aos homens, além de serem consideradas como inferiores em relação à forma física, intelectual, e, com isso, se tornarem totalmente dependentes do sexo masculino.

Diante de todo o exposto aqui, de acordo com a concepção da crítica, vemos que as mulheres em *Orgulho e Preconceito* (1813) atendem a um tipo de configuração do feminino no contexto georgiano inglês, ao se configurarem como submissas. Com relação a essa submissão, Austen traz em sua narrativa as personagens femininas que atendem aos preceitos, às convenções e aos padrões comuns de uma sociedade calcada no sistema patriarcal. Em suma, identificamos que a representação das mulheres, no contexto geral da narrativa em estudo, se configura em características como: donas do lar, objetos de casamento, privadas da esfera pública, o que torna essas mulheres totalmente dependentes dos homens. A exemplo disso, identificamos visivelmente na narrativa as personagens Mrs. Lucas, Mrs. Bennet, Mrs. Charlotte Collins, Mrs. Lydia Wickham, Mrs. Louise Hurst, Lady Catherine de Bourgh; além das moças que compartilham do mesmo contexto, ações e comportamentos, como Miss Jane Bennet, Miss Mary Bennet, Miss Kitty Bennet, Miss Caroline Bingley, Miss Anne de Bourgh e Miss Georgiana Darcy.

O presente tópico teve como propósito fazer uma breve introdução sobre as leituras acerca da obra *Orgulho e Preconceito* (1813), mostrando um sucinto diálogo crítico onde abordamos como a crítica analisa as mulheres desse romance. Desse modo, encontramos diversas formas de ler a obra, tendo como foco principal a representação do feminino na perspectiva de Jane Austen. Além disso, durante a nossa discussão, elencamos alguns elementos da estrutura da narrativa, tais como: o foco narrativo; o enredo; o espaço; o tempo; as personagens; as possíveis temáticas, como as representações do feminino e do masculino na narrativa, o teor crítico, histórico, político e cultural; assim como a crítica analisa as mulheres do romance, principalmente com relação à protagonista, Elizabeth Bennet. Tendo feito isso, abordaremos no próximo tópico uma análise sobre as personagens Elizabeth Bennet e Jane Bennet, uma vez que temos como propósito estudar ambas as personagens, e, com isso, mostrar uma como subversiva e a outra como submissa ao contexto histórico, político e cultural no qual elas estão inseridas.

4.3 Elizabeth e Jane como representações do feminino: subversão e submissão

Como principal foco da presente pesquisa, nesse momento, passamos a discutir sobre a “Personagem”, considerada como um dos elementos mais importantes da narrativa, senão, o mais importante, porque é a através dela que as ações do enredo se desenvolvem. Desse modo, acreditamos que seja necessária a discussão sobre esse elemento narrativo, pois o referido estudo consiste especificamente em uma breve análise sobre as duas personagens, – **Elizabeth**

Bennet⁵⁰ e **Jane Bennet**⁵¹ – assim como alguns outros elementos que as configuram na narrativa. Portanto, para discutirmos o elemento narrativo “A Personagem”, nos baseamos nos estudos de Beth Brait, com o seu livro intitulado *A Personagem* (1987); de Edward Morgan Forster, com o seu livro *Aspectos do Romance* (2005); de Cândida Vilares Gancho, com a sua obra *Como Analisar Narrativas* (2006); e Antônio Cândido, com o seu texto nomeado *A Personagem de Ficção* (2018).

Além da análise e releitura que nos propomos a fazer sobre as personagens principal e secundária femininas do romance georgiano *Orgulho e Preconceito* (1813), de Jane Austen, temos como propósito nesse tópico estudar a postura destoante presente em Elizabeth em contraste com a postura conformista de Jane, ilustradas nos posicionamentos de ambas as personagens. Ademais, discutiremos, de maneira breve, dois aspectos que conseguimos identificar ao estudarmos essas personagens femininas no romance austeniano em análise, que consistem nas representações do feminino na obra, referentes à **subversão**⁵² de Elizabeth frente

⁵⁰ **Elizabeth Bennet:** “é a protagonista feminina da trama, tem 21 anos de idade, é carinhosamente apelidada de Lizzie pelos familiares; sua personalidade se destaca das demais irmãs por diversas razões. Nota-se que a personagem expressa suas opiniões pessoais independente daqueles que a cercam. Elizabeth acredita que deve casar-se apenas por amor verdadeiro em uma sociedade repleta de casamentos arranjados e que visam ascensão social. O livro é narrado sobre o seu ponto de vista” (Cf. FERREIRA, 2015).

⁵¹ **Jane Bennet:** “é a mais velha das cinco irmãs Bennet. Com 23 anos de idade, sua personalidade é bem diferente da irmã Elizabeth, pois é tímida e muito doce. Procura ver o lado bom nas pessoas ao redor e tem tendência a esconder aquilo que sente, geralmente confiando seus segredos a irmã Lizzie. Jane também é considerada a moça mais bela dos arredores” (Cf. FERREIRA, 2015). Para mais informações: Cf. FERREIRA, Catarina Silva. *Orgulho e Preconceito: heterogeneidade e presença do discurso feminista na obra de Jane Austen. Disciplina das Ciências da Linguagem II*. In: **Ciências da Linguagem: Jorwiki**. Escola de Comunicações e Artes da USP. Departamento de Jornalismo e Editoração. Universidade de São Paulo (USP), 2015. Disponível em: http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=345#up. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

⁵² **Subversão:** “Mas ao permitir que uma heroína do século XIX se safasse de ser crítica e desafiadora – especialmente sobre o poder masculino e a submissão feminina – ainda é se rebelar, não importa a quão charmosa que a heroína possa ser representada, não importa o quão segura que seja a sua rebelião. Quando Austen permite que Elizabeth expresse atitudes críticas, a agir sobre eles sem penalidade, Austen está se movendo contra as noções tradicionais de comportamento feminino e destino feminino. De acordo com os padrões tradicionais, as saídas de Elizabeth da convenção deveriam lhe dar uma vida de solteirona, sem um homem, sem uma carruagem e sem 10.000 libras por ano. O universo de Elizabeth, no entanto, é real o suficiente, a economia e as forças sociais a mantem próximas o suficiente da superfície, que nós chegamos a acreditar nela, que nós não a ignoramos como fantasia, e a própria Elizabeth é tão convincente que nós não podemos dispensá-la também. Por todo o seu charme e a sua relativa segurança, a rebelião de Elizabeth nos convida a tomá-la seriamente, e por essa razão, eu presumo que a rebelião de *Orgulho e Preconceito* também, assim como a rebelião da maioria da escrita feminina, que é ainda mais qualificada” (NEWTON, 1978, p. 35 e 36, grifos da autora, tradução nossa).

Texto original: “But to allow a nineteenth-century heroine to get away with being critical and challenging—especially about male power and feminine submission—is still to rebel, no matter how charmingly that heroine may be represented, no matter how safe her rebellion is made to appear. When Austen allows Elizabeth to express critical attitudes, to act upon them without penalty, when she endows Elizabeth with the power to alter her lot, Austen is moving against traditional notions of feminine behavior and feminine fate. For by any traditional standards Elizabeth’s departures from convention ought to earn her a life of spinsterhood, not a man, a carriage, and £10,000 a year. Elizabeth’s universe, moreover, is real enough, the economic and social forces kept close enough to the surface, that we believe in it, that we do not dismiss it as fantasy, and Elizabeth herself is so convincing that we cannot dismiss her either. For all its charm and relative safety, Elizabeth’s rebellion invites us to take it seriously,

ao contexto social georgiano e a **submissão**⁵³ de sua irmã Jane, diante da estrutura histórico, política e cultural dos séculos XVIII e XIX, no âmbito provinciano inglês, “cujas premissas incluem, sobretudo para as mulheres, o controle da emoção, a limitação da auto expressão, a necessidade do casamento e do conseqüente cumprimento das atividades domésticas” (AZERÊDO, 2013, p. 25).

Levando em conta o que Beth Brait (1987) discute sobre a relação personagem e contexto histórico, destacamos o modo como a protagonista Elizabeth Bennet apresenta um contraste entre a sua personalidade e a personalidade de diversas outras personagens femininas do romance, principalmente em relação a sua irmã, Jane; indo de encontro com o posicionamento das moças da sociedade inglesa dos séculos XVIII e XIX.

É possível afirmar que, não só em *Orgulho e Preconceito* (1813), mas em diversos outros romances da autora, vemos que as suas personagens protagonistas são mulheres e que sempre está explícito a situação subordinada da mulher no contexto social no qual ela está inserida. Dessa maneira, com relação aos aspectos peculiares da narrativa da romancista e as críticas que há nas entrelinhas de seus escritos, e também no que diz respeito à situação de subordinação da mulher pré-vitoriana, Genilda Azerêdo (2013) afirma:

Há alguns traços recorrentes na ficção de Austen: as personagens protagonistas são todas mulheres; o enredo é construído tendo como base o universo doméstico, o casamento possui função proeminente – para as mulheres, significa respeito social e sobrevivência material: a narrativa sempre oferece às protagonistas a possibilidade de vivenciar um processo de conhecimento relevante sobre a vida, sobre elas próprias e sobre as relações amorosas e sociais (AZERÊDO, 2013, p. 23).

De acordo com o posicionamento de Genilda Azerêdo (2013), vemos detalhadamente os aspectos que compõem as narrativas de Austen, e conseguimos associá-los com as características presentes no romance em análise. A personagem protagonista de *Orgulho e Preconceito* (1813) é Elizabeth Bennet, a segunda filha mais velha de cinco filhas, amiga íntima

and it is for this reason, I assume, that the rebelliousness of *Pride and Prejudice*, like the rebelliousness of most women's writing, is further qualified” (NEWTON, 1978, p. 35 e 36, griffon made by the author).

⁵³ **Submissão:** “A situação de submissão da mulher é um fenômeno histórico, em que esta sofreu um processo de exclusão e diminuição de seu papel social. A denominação de *Outro* designada a ela se dá devido ao papel que segue perante esta sociedade, e a sua subjugação diante da vida e do mundo. A própria ciência revela a mulher como ser inferior, sem direitos, a partir de seu órgão reprodutor, que é o principal elemento para essa subordinação, devido a sua estrutura, sendo comprovado cientificamente, passando a mulher a ser vista como ser deformado. [...]. O sexo frágil é considerado incapaz e sem muitos direitos, e muitas vezes tendo que fazer escolhas, devido a sua incapacidade de administrar várias tarefas ao mesmo tempo, pois assim, ela acabaria por arruinar todas as funções. [...]. Elas precisam fazer suas escolhas, neste caso, elas acabam por optar pela vida privada, cuidando apenas das tarefas domésticas, dos filhos e dos maridos, sendo apenas uma dona de casa. Visto que, se escolherem outra opção serão julgadas impiedosamente [...]” (BARROS, 2013, p. 54 e 56, grifo da autora).

da filha e da irmã mais velha, Jane. Elizabeth também é, assim como Jane, considerada a mais madura, consciente, e de comportamento adequado em comparação às irmãs mais novas Kitty e Lydia. Ademais, apesar de o romance ser narrado em terceira pessoa, percebemos que os fatos da narrativa são detalhados sob a perspectiva da protagonista.

Através de elementos que compõem o texto, conseguimos identificar como Austen constrói a personagem Jane Bennet, através de seu discurso limitado, subordinado e de constante benevolência, obediência e submissão, de maneira que essa última apresenta características do modelo da representação feminina de sua época, contrastando com a constante postura subversiva de Elizabeth Bennet. A esse respeito, a pesquisadora Genilda Azerêdo (2013) nos diz o seguinte:

Quando pensamos na relação entre a protagonista e a força de sua palavra, imediatamente lembramo-nos de Elizabeth Bennet, de *Pride and Prejudice*, cujo discurso é frequentemente usado para argumentar, questionar perspectivas, refutar declarações universais, enfim, apresentar um contraponto ao que é colocado. Em seu estudo acerca desse romance, Deborah Kaplan (1994) atribui algumas características significativas ao discurso de Elizabeth, tais como confiança, agressividade, ironia, rebeldia, vivacidade, espontaneidade, subversão. Segundo Kaplan, “em seu papel, ludicamente representado, de dominadora, [Elizabeth] recusa o silêncio e a subordinação recomendados às mulheres (...)” (1994, p. 186). Evidentemente, seu comportamento e espírito críticos não são vistos com bons olhos, afinal, “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância; qualquer um, enfim, pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 1996, p. 09), ainda mais quando se trata de uma mulher em plena sociedade pré-vitoriana (AZERÊDO, 2013, p. 28 e 29, grifos da autora).

Desse modo, “o texto literário, concebido como espaço em que, por meio de palavras, o autor vai erigindo os seres que compõem o universo da ficção” (BRAIT, 1987, p. 18), apresenta-se como a principal ferramenta para identificarmos a construção de personagens. Assim sendo, vemos que Jane Austen constrói as suas personagens de maneira complexa. Portanto, diante do exposto pela estudiosa paraibana, vemos que Elizabeth, desde o seu discurso até o seu comportamento, encontra-se sempre em constante contraste com a sua irmã, Jane Bennet, visto que o pano de fundo da narrativa – que consiste em uma sociedade oitocentista inglesa – colabora para a identificação da conformidade ou inconformidade das personagens perante o contexto sócio, histórico, político e cultural no qual elas estão imersas. Assim, a protagonista refuta tudo o que está relacionado à submissão, subordinação, subjugação, inferioridade, obediência, complacência, benevolência e emudecimento, apresentando uma inconformidade com a configuração do seu contexto histórico. Já a sua irmã, Jane Bennet, adota todas essas características exigidas pelo feminino da sociedade georgiana inglesa, transparecendo uma conformidade social, histórico e cultural desde o seu discurso até o seu comportamento.

Então, no que concerne à qualidade do texto e como configura-se as personagens de Austen, Genilda Azerêdo (2013) afirma que:

De qualquer modo, Jane Austen é uma autora fundamental para a consideração de categorias literárias narrativas, entre as quais, personagem, inclusive por sua contribuição ao desenvolvimento do que concebemos como literatura moderna, com técnicas narrativas que refletem uma consciência profunda sobre a linguagem, estilo, construção formal e densidade psicológica dos personagens (AZERÊDO, 2013, p. 22).

De acordo com a opinião de Genilda Azerêdo (2013), e levando em consideração o que Beth Brait (1987) fala sobre a análise de elementos textuais, que contribuem para a construção das personagens, percebemos que Austen apresenta em sua narrativa técnicas e dispositivos que levam o leitor a experimentar o que a personagem vive no enredo, ou seja, a se colocar no lugar da personagem, pois a escritora constrói os seus seres fictícios como uma aproximação estreita com o real. Além disso, as narrativas de Austen, principalmente *Orgulho e Preconceito* (2013)⁵⁴, nos “oferecem um registro relevante de questões concertantes à organização social e política da Inglaterra do século XVIII que, embora altamente desfavorável às mulheres, não se constitui totalmente monolítica ou intransitiva às suas tentativas de ruptura e subversão” (AZERÊDO, 2013, p. 26).

Ao falarmos sobre a representação do real, isso nos lembra as reflexões que Aristóteles expunha sobre a relação “personagem” e “pessoa”, sob a perspectiva dos estudos de narrativas:

Um aspecto relevante desses estudos é o que diz respeito à semelhança existente entre personagem e pessoa, conceito centrado na discutida, e raras as vezes compreendida, *mimesis* aristotélica. Durante muito tempo, o termo *mimesis* foi traduzido como sendo “imitação do real”, como referência direta à elaboração de uma semelhança ou imagem da natureza. Essa concepção, até certo ponto empobrecedora, das informações contidas no discurso aristotélico, marcou por longo tempo as tentativas

⁵⁴ “Os indivíduos são formados por sociedades, e as sociedades são formadas por indivíduos, mas o caráter de um indivíduo é inferido a partir de suas maneiras observadas, e a estrutura de uma comunidade se manifesta em sua civilidade operativa. A sentença inicial de *Orgulho e Preconceito* pode ser lida como uma regra de civilidade, e não como um preceito de boas maneiras, que deriva sua força em operação na segunda frase, nem das opiniões do jovem de propriedade ou das opiniões formadas por ele ou por suas maneiras, mas a partir da justiça da consideração de que ele é propriedade de uma filha de uma das famílias da comunidade ou da civilidade em que ele entra. A frase de abertura é o prelúdio de um romance de tramas ou de civilidade narrada” (MCKEON, 1978, p. 522, grifos do autor, tradução nossa).

Texto original: “Individuals are formed by societies, and societies are formed by individuals, but the character of an individual is inferred from his observed manners, and the structure of a community manifests itself in its operative civility. The opening sentence of *Pride and Prejudice* may be read as a rule of civility rather than a precept of manners, which derives its force in operation in the second sentence neither from the opinions of the young man of property or the opinions formed of him or his manners but from the justice of consideration that he is the rightful property of a daughter of one of the families of the community or the civility which he enters. The opening sentence is the prelude of a novel of plot or of narrated civility” (MCKEON, 1978, p. 522, griffons made by the author).

de conceituação, caracterização e valoração da personagem (BRAIT, 1987, p. 29, grifos da autora).

Dessa forma, conseguimos observar nas personagens de Austen um teor de realidade, ou até mesmo de “imitação do real” (Cf. BRAIT, 1987, p. 29). Nesse diálogo entre construção ficcional e mundo real, ao observarmos as obras de Jane Austen, conseguimos identificar o trabalho da relação interno e externo da obra de arte, se compararmos com os relatos biográficos da vida da autora com o construto ficcional de seus escritos. Assim, conseguimos perceber através do que ela relata em seus diversos outros romances, – onde a escritora expõe as limitações com as quais as mulheres de sua época eram obrigadas a lidar em um contexto onde o pensamento hegemônico masculino e supremacista, calcado nos preceitos do sistema patriarcal, era vigente – o modo como ela pensava sobre a sua situação e a situação de diversas outras mulheres dos séculos XVIII e XIX, ou seja, a representação da sua própria realidade através de suas personagens femininas:

Tradicionalmente, o patriarcado concedia ao pai quase total propriedade sobre a esposa ou esposas e filhos, incluindo os poderes do abuso físico e muitas vezes até mesmo os de assassinato e venda. Classicamente, como chefe da família, o pai é ao mesmo tempo genitor e dono de um sistema em que o parentesco é propriedade. No entanto, no patriarcado estrito, o parentesco é reconhecido apenas pela associação com a linhagem masculina. Agnation exclui os descendentes da linha feminina do direito de propriedade e muitas vezes até do reconhecimento. A primeira formulação da família patriarcal foi feita por Sir Henry Maine, um historiador da jurisprudência antiga do século XIX. Maine argumenta que a base patriarcal do parentesco é colocada em termos de domínio e não de sangue; as esposas, embora de fora, são assimiladas na linha, enquanto os filhos das irmãs são excluídos (MILLETT, 1970, p. 33 e 34, tradução nossa⁵⁵).

Ainda relacionando construção ficcional e mundo real, percebemos que a protagonista do romance, Elizabeth Bennet, possui um olhar crítico sobre a sociedade retratada na narrativa: acontecimentos e atitudes que passam despercebidas aos olhos dos demais personagens são analisados, refletidos ou refutados, o que contribui para o crescimento, desenvolvimento e complexidade de Elizabeth no decorrer da narrativa. A esse respeito, de acordo com a concepção de Edward Morgan Forster (1879-1970) sobre a “personagem”, em seu livro intitulado *Aspectos of the Novel (Aspectos do Romance – 2005)*, Beth Brait (1987) explica que:

⁵⁵ Texto original: “Traditionally, patriarchy granted the father nearly total ownership over wife or wives and children, including the powers of physical abuse and often even those of murder and sale. Classically, as head of the family the father is both begetter and owner in a system in which kinship is property. Yet in strict patriarchy, kinship is acknowledged only through association with the male line. Agnation excludes the descendants of the female line from property right and often even from recognition. The first formulation of the patriarchal family was made by Sir Henry Maine, a nineteenth-century historian of ancient jurisprudence. Maine argues that the patriarchal basis of kinship is put in terms of dominion rather than blood; wives, though outsiders, are assimilated into the line, while sisters sons are excluded” (MILLETT, 1970, p. 33 and 34).

As *personagens* classificadas como *redondas*, por sua vez, são aquelas definidas por sua complexidade, apresentando várias qualidades ou tendências, surpreendendo convincentemente o leitor. São dinâmicas, são multifacetadas, constituindo imagens totais e, ao mesmo tempo, muito particulares do ser humano. Para exemplificar, poderíamos recorrer ao elenco das personagens criadas pelos bons escritores e que permanecem como janelas abertas para a averiguação da complexidade do ser humano e potência da escritura dos grandes narradores (BRAIT, 1987, p. 41, grifos da autora).

Portanto, apesar da história ser narrada em terceira pessoa, apresentando um narrador onisciente, conseguimos identificar que o romance *Orgulho e Preconceito* (1813) é narrado sob a perspectiva de Elizabeth Bennet. Além disso, de acordo com as características da protagonista estudada aqui, e levando em consideração as concepções de Edward Morgan Forster (2005) a respeito da configuração da *personagem redonda* (Cf. FORSTER, 2005, grifo nosso), conseguimos identificar que Elizabeth Bennet é dotada de tais características, configurando-se como uma personagem que é definida por sua complexidade, apresentando várias qualidades ou tendências, surpreendendo convincentemente o leitor (Cf. BRAIT, 1987, p. 41).

Mas, ao contrário de Elizabeth, observamos que há uma personagem feminina no romance que se apresenta como o oposto da heroína, que é a sua irmã Jane Bennet. Enquanto Elizabeth é detentora de quase todos os fatos que compõem a narrativa, vemos que a sua irmã Jane Bennet é desprovida de todos eles, configurando-se como uma personagem secundária. Dessa maneira, no que concerne ao papel de desempenho desses seres no enredo, Cândida Gancho (2006) afirma que:

c) *personagens secundários*: são personagens menos importantes na história, isto é, que têm uma participação menor ou menos frequente no enredo; podem desempenhar papel de ajudantes do protagonista ou do antagonista, de confidentes, enfim, de figurantes (GANCHO, 2006, p. 12, grifos da autora).

De acordo com a concepção de Cândida Gancho (2006), no que diz respeito a como as personagens configuram-se com relação ao comportamento e caracterização na narrativa, observamos que as criaturas fictícias denominadas secundárias se apresentam com menos complexidade no desenrolar da narrativa. Ou seja, essas criaturas não são dotadas de responsabilidade no que concerne a transformações no enredo. Ao levarmos em consideração o que Gancho (2006) fala sobre as funções da personagem secundária, vemos que Jane Bennet apresenta-se como uma espécie de confidente de sua irmã Elizabeth, a protagonista.

Portanto, ao longo da leitura do romance, vemos que ambas as irmãs são melhores amigas, ou o mais certo a se afirmar, são amigas e confidentes muito próximas. Pondo-as em uma proximidade tão grande na narrativa, o romance ressalta, através de suas conversas e ações, as diferenças de postura e personalidade entre ambas. Enquanto Elizabeth aparenta estar

inconformada com a atual situação delas, – que se resume, em partes, à entrega da propriedade de sua família ao seu primo Mr. Collins, deixando-as desamparadas quando o Mr. Bennet falecer – Jane não demonstra nenhuma característica de inconformismo ou revolta a respeito de tudo o que está acontecendo. Além disso, em algumas conversas entre ambas as irmãs, Elizabeth questiona o posicionamento de conformismo, passividade e falta de entusiasmo para julgar, refletir e construir um pensamento crítico por parte de Jane. Assim, vemos nos diálogos de ambas que Jane não consegue fazer um pré-julgamento ou julgamento sobre o que ela sente pelo Mr. Bingley, ou de alguma suspeita sobre o que ele sente por ela. Na visão que tem sobre o seu par masculino, Jane não consegue identificar no caráter dele algum defeito, falha ou falta de qualidade. Na concepção de Elizabeth, a sua irmã julga a todos sempre como bons e agradáveis, uma vez que Jane não consegue ver a real face das pessoas.

De fato, em diversos momentos em suas conversas, percebemos que a irmã mais velha tenta justificar de uma forma bondosa todos os atos insolentes das pessoas a sua volta. Vemos, então, um contraste desse posicionamento quando observamos as reflexões de Elizabeth e as suas opiniões a respeito das pessoas e dos fatos que a cerca. Essa última não apresenta a mesma ingenuidade que a sua irmã mais velha demonstra durante toda a narrativa.

Dessa maneira, ao analisarmos o comportamento e posicionamento da protagonista Elizabeth Bennet, percebemos que maior parte de suas reflexões sobre a sua posição na sociedade estão de acordo com o que vemos nas reflexões de Lúcia Osana Zolin (2009), quando ela argumenta sobre o que é feminismo. Assim, Elizabeth é uma heroína que nos chama mais atenção tanto pela sua postura provocadora e contrária ao seu próprio contexto, quanto pelas suas reflexões sobre os acontecimentos a sua volta. Lizzie Bennet é, por tanto, o tipo de heroína que cativa o leitor tanto pelo seu posicionamento com relação aos assuntos que lhes dizem respeito, quanto pelo seu discurso dotado de maturidade, ironia e crítica disfarçada, pela sua maneira íntegra de lidar com os problemas em sua volta. Assim, na opinião de Genilda Azerêdo (2013):

Quando pensamos na relação entre a protagonista e a força de sua palavra, imediatamente lembramo-nos de Elizabeth Bennet, de *Pride and Prejudice*, cujo discurso é frequentemente usado para argumentar, questionar perspectiva, refutar declarações universais, enfim, apresentar um contraponto ao que é colocado (AZERÊDO, 2013, p. 28, grifos da autora).

Levando em consideração o que Genilda Azerêdo (2013) expõe acima, percebemos que Elizabeth tem todas as características mencionadas, o que faz dela o ponto central de toda a

narrativa, apesar do enredo ser repleto de sucessivos acontecimentos que nos mostram o quão o trabalho é cheio de acontecimentos que enriquecem a história que está sendo contada.

Ao analisarmos cautelosamente as suas protagonistas, conseguimos visualizar como Austen constrói as suas heroínas e como ela proporciona-lhes visibilidade dentro do enredo, diferenciando-se, em diversas características, das demais personagens femininas da obra. Assim sendo, com relação à configuração da personalidade e discurso das protagonistas de Austen, Genilda Azerêdo (2013) afirma que:

Como sempre, em Austen, as protagonistas não apenas conversam, embora, aparentemente, alguns diálogos pareçam banais. Seus diálogos são representativos de embates, conflitos, perspectivas sobre assuntos que dizem respeito ao convívio e comportamento social, à educação, ao casamento, ao sentimento; são discursos imbuídos de valores e refletem a visão crítica que tais personagens possuem (AZERÊDO, 2013, p. 27 e 28).

Levando em conta as conversas entre Elizabeth e sua irmã Jane, vemos um constante embate entre as duas mentalidades delas. Ao analisarmos a protagonista, vemos que ela sempre está em constante desacordo frente as convenções sociais de sua época, e isso é refletido em sua postura e comportamento de não conformismo. Ao contrário de Elizabeth, Jane coaduna com a estrutura social na qual ela está inclusa, e o que denuncia esse seu conformismo diz respeito à sua personalidade, ao seu comportamento submisso diante dos fatos em seu cotidiano⁵⁶.

Começamos apontando o destaque que Elizabeth dá em relação à candura, à frequente bondade e à ausência de julgamento de Jane, para as outras pessoas ao redor delas. Com base nesse destaque, a protagonista classifica essa última como uma pessoa **cândida**⁵⁷. Seja a

⁵⁶ “Elizabeth acrescenta que ele também é bonito, o que um jovem também deveria ser. ‘O caráter dele está completo’. Jane ficou lisonjeada por ele pedir que ela dançasse uma segunda vez. Elizabeth vê nessa reação uma diferença entre o caráter de Jane e o dela. Ela admite que ele é muito agradável e que Jane gosta de muitas pessoas estúpidas e continua dizendo que ela é muito propensa a gostar de pessoas em geral; ela nunca a ouviu falar mal de um ser humano em sua vida. Jane achará o julgamento de Bingley justificado por eventos posteriores. Elizabeth passará da censura à admiração pelas palavras e ações de Darcy, por suas maneiras e caráter” (MCKEON, 1979, p. 520 e 521, tradução nossa).

Texto original: “Elizabeth adds that he is also handsome, which a young man ought likewise to be. ‘His character is thereby complete.’ Jane was flattered by his asking her to dance a second time. Elizabeth sees in this reaction a difference between Jane’s character and her own. She grants that he is very agreeable and that Jane has liked many a stupider person, and goes on to say that she is too apt to like people in general; she has never heard her speak ill of a human being in her life. Jane will find her judgment of Bingley justified by later events. Elizabeth will move from censure to admiration of Darcy’s words and actions, of his manners and his character” (MCKEON, 1979, p. 520 e 521).

⁵⁷ **Candura**: “Pureza, virgindade, bondade, sem culpa. Qualidade do que é puro; característica de quem é inocente; inocência” (Cf. CONCISO, 2011, p. 159). Para mais informações: Cf. CONCISO, Dicionário Houaiss. Significado

respeito de diversos assuntos particulares ou públicos que as cercam e que contribuem para a construção da personalidade dessas personagens femininas do romance, vemos que isso é supracitado no seguinte diálogo entre as irmãs Elizabeth e Jane:

“Fiquei muito lisonjeada pelo seu convite de dançar uma segunda vez. Eu não esperava por tal elogio.” “Você não esperava? Eu, sim. Mas essa é a grande diferença entre nós. Os elogios sempre a pegam de surpresa, quanto a mim, nunca. O que poderia ser mais natural do que convidá-la novamente? Ele não pôde evitar em ver que você era quase cinco vezes mais bonita do que qualquer outra mulher na sala. Não é preciso agradecer sua galanteria por isso. Bem, ele certamente é muito agradável e consinto que você goste dele. Você gostou de outros mais estúpidos.” “Querida Lizzy!” “Ó! Você é, em grande parte, muito hábil para gostar das pessoas em geral, sabe. Nunca vê falha em ninguém. O mundo inteiro é bom e agradável aos seus olhos. Nunca a ouvi falar mal de um ser humano em sua vida” (AUSTEN, 2012, p. 23)

Em resposta a sua irmã Elizabeth, Jane diz:

“Eu não desejaria ser apressada em censurar alguém; mas sempre falo o que penso” (AUSTEN, 2012, p. 23).

Mas, Elizabeth a responde da seguinte maneira:

“Sei que sim; e é isso o que torna maravilhoso. Com o seu bom senso, ser tão honestamente cega aos desatinos e aos disparates dos outros! Fingir candura é muito comum – encontra-se em toda a parte. Mas ser cândida sem ostentação ou intenção – apreender o bom do caráter de todos e torná-lo ainda melhor, e nada dizer do mau – isso só pertence a você. E então você também gosta das irmãs deste homem, não? Os modos delas não são iguais aos dele” (AUSTEN, 2012, p. 23 e 25).

Ao lermos o trecho acima, devemos destacar alguns pontos. Primeiro, por ser a heroína e maior parte do enredo girar ao seu redor, somos expostos mais aos pensamentos de Elizabeth. Segundo, por ela ser munida de opinião própria; ser dotada de discurso crítico; ter a condição de julgar; ter a capacidade de ver e analisar os acontecimentos por um ângulo próprio, ela não espelha o que é esperado para o feminino. Assim, além de desconstruir a imagem de mulher submissa aos bons costumes e regras da sociedade pré-vitoriana, ela acaba questionando o comportamento da irmã. Vemos em Lizzie, portanto, todas as características transgressoras que não conseguimos ver em Jane, por mais que tenham crescido no mesmo núcleo familiar e terem recebido a mesma educação, configurando essa última como dotada com as características do famoso “Anjo do Lar” (Cf. WOOLF, 2019), descrito pela escritora feminista inglesa Virgínia Woolf (1882-1941).

da palavra “Candura”. In: **Dicionário Houaiss Conciso**. Instituto Antônio Houaiss. Organizador: [editor responsável Mauro de Salles Villar]. – São Paulo: Moderna, 2011. Consultado em: 20 de outubro de 2019.

Diante do exposto acima, no diz respeito ao comportamento de Jane com relação a sua opinião, personalidade e postura diante dos fatos provincianos de seu contexto, conseguimos comparar a sua candura, bondade, delicadeza e obediência ao “Anjo do Lar” descrito pela escritora modernista Inglesa Adeline Virgínia Woolf (1882-1941)⁵⁸:

Vocês que são de uma geração mais jovem e mais feliz, talvez não tenham ouvido falar dela – talvez não saibam o que eu quero dizer com Anjo do Lar. Vou tentar resumir. Ela é extremamente simpática. Imensamente encantadora. Totalmente altruísta. Excelente nas difíceis artes do convívio familiar. Sacrificava-se todos os dias. Se o almoço era frango, ela ficava com o pé; se havia ar encanado, era ali que ia se sentar – em suma, seu feitio era nunca ter opinião própria ou vontade própria, e preferia sempre concordar com as opiniões e vontades dos outros. E acima de tudo – nem preciso dizer – ela era pura. Sua pureza era tida como a sua maior beleza – enrubescer era o seu maior encanto. [...] E, segundo o Anjo do Lar, as mulheres não podem tratar de nenhuma dessas questões com liberdade e franqueza; se querem se dar bem, elas precisam agradar, precisam – falando sem rodeios – mentir (WOOLF, 2019, p. 11, 12 e 13).

Diante do exposto por Virgínia Woolf (2019), e levando em conta o diálogo entre Elizabeth e Jane, vemos que a personagem é a reprodução da figura que Woolf (2019) descreve em seu ensaio. Portanto, assim como o “Anjo do Lar”, Jane é cândida, bondosa, passiva, subjugada aos caprichos masculinos, submissa ao seu contexto sócio, histórico e cultural. Além disso, ela está sempre tentando agradar aos outros, assim como não aparenta ter opinião própria e não ter domínio de suas decisões, contrastando com a sua irmã Elizabeth. Um exemplo disso fica explícito no modo como a sua mãe decide o seu destino, escolhendo o Mr. Charles Bingley como pretendente para Jane, visto que ela não se opõe, nem demonstra estar em desacordo com a decisão de sua mãe, mesmo que naquele momento ela não tinha se afeiçoado ao Mr. Bingley ainda.

Outra característica do “Anjo do Lar” que conseguimos comparar com as características de Jane diz respeito a suas opiniões sobre as pessoas que estão à sua volta. Pois, em nenhum momento do romance identificamos algum posicionamento subversivo da personagem. Além disso, como tem poucas falas no decorrer da narrativa, sua representatividade no enredo se dá pelo emudecimento, humildade, penitência e obediência às convenções de seu tempo. Um exemplo disso diz respeito ao momento quando presenciamos Elizabeth e ela falando sobre as irmãs Louise Hurst e Caroline Bingley, assim como sobre Mr. Bingley e Mr. Darcy, quando

⁵⁸ *Profissões para as Mulheres*: “Virgínia Woolf leu esse texto para a Sociedade Nacional de Auxílio às Mulheres em 21 de janeiro de 1931. Foi publicado postumamente em *A morte da mariposa*, 1942” (Cf. WOOLF, 2019, p. 09). Para mais informações: Cf. WOOLF, Virgínia, (1882-1941). *Profissão para as mulheres*. In: **Profissão para as Mulheres e outros Artigos Feministas** / Virgínia Woolf; tradução de Denise Bottmann. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2019. Consultado em: 19 de outubro de 2019.

Elizabeth infere que Jane parece “ser tão honestamente cega aos desatinos e aos disparates dos outros!” (AUSTEN, 2012, p. 23). A esse respeito disso, a pesquisadora Samira Alves de Barros (2013) nos diz que:

A mulher de boa família já nascia com seu destino traçado, ela passava sua infância sendo educada para o seu futuro, ou seja, o casamento. E a partir deste ponto vinham suas outras funções: ser uma boa esposa, uma boa mãe e uma boa dona de casa. E tudo isso era feito sem que ela pudesse opinar, deixando que terceiros escolhessem seu destino, independente da sua vontade (BARROS, 2013, p. 56).

Outra característica de Jane que conseguimos comparar com uma das características do “Anjo do Lar” diz respeito à pureza e à beleza, evidenciadas na simbologia de anjo. Isso fica evidente quando o narrador onisciente nos mostra que, na visão de Mr. Bingley, “com relação a Miss Jane Bennet, ele não poderia conceber um anjo mais belo” (AUSTEN, 2012, p. 27). Assim, de acordo com esse trecho do romance e com relação a diversos outros que falam sobre a beleza de Jane, vemos que ela está sempre sendo comparada com Elizabeth Bennet, uma vez que a primeira é considerada como doce, amável, bela, ingênua, remetendo-se também, em alguns momentos, às outras características que estão sempre relacionadas com a submissão, características essas que não fazem parte da personalidade, postura e comportamento de Lizzie Bennet.

Em adição a essas características de Jane Bennet, Rose Marie Muraro (1930-2014), em seu livro *A Mulher no Terceiro Milênio: uma história através dos tempos e suas perspectivas para o futuro* (2000), no capítulo intitulado “O patriarcado”, no que diz respeito ao lugar da mulher em um contexto patriarcal, nos fala que:

Ela passa a reprimir a inteligência, iniciativa, a agressividade a partir do inconsciente. E as qualidades que desenvolve a “especializam” para o domínio do privado. E como este não é produtivo, é menos valorizado que o domínio público, e ela se torna submissa a partir do inconsciente. Os valores da partilha e da solidariedade perdem então para a competitividade, o egocentrismo, mais funcionais dentro do novo patriarcado (MURARO, 2000, p. 69).

Em consonância com a reflexão exposta acima, a pesquisadora do trabalho austeniano Catarina Silva Ferreira (2015) nos diz que:

As duas irmãs Bennet mais velhas são consideradas as mais “adequadas” da família, porém, mesmo entre elas há uma disparidade de personalidade. Jane é uma moça mais romântica e tida como ingênua, tem predisposição a acreditar no melhor das pessoas e durante um conflito sempre tenta encontrar um ponto de equilíbrio entre as partes. Já Elizabeth possui forte convicção de seu julgamento e durante conflitos tende sempre a tomar partido, ao contrário de Jane, ela enfrenta as pessoas de frente, rebate

seus argumentos e não se importa em ser vista como insolente e malcriada pelas outras pessoas (Cf. FERREIRA, 2015⁵⁹).

Assim sendo, a representatividade do discurso da heroína em estudo, com relação a todos os valores sociais, históricos, políticos e culturais de sua época, apresenta-se bem nítido em seus diálogos com Mr. Darcy e Lady Catherine de Bourgh, quando ela trava com eles diálogos calorosos a respeito dos padrões, das regras e das convenções sociais, o que leva Elizabeth a se posicionar de uma maneira que é motivo de reprovação para ambos os seus parceiros de conversa. Assim, “Lizzie possui a ironia como algo fundamental em sua personalidade, isso a faz ser menos querida do que Jane. Esta jamais fará ou dirá algo que possa ofender alguém, enquanto aquela fala de um modo que dá às pessoas a impressão de estar caçoando delas o tempo todo” (Cf. FERREIRA, 2015).

Nesse contraste entre as duas irmãs, temos a divergência da configuração e do comportamento entre ambas em um contexto oitocentista inglês, que, de certo modo, influenciará no modo como as pessoas do convívio delas as veem, uma vez que Jane se apresenta como uma personagem feminina que atende ao padrão comum de mulher prendada no contexto provinciano inglês. Desse modo, no seguinte trecho, vemos que as irmãs, Louise Hurst e Caroline Bingley falam de suas opiniões sobre o comportamento e os modos de Jane Bennet:

O modo como falavam da reunião dos Meryton era por demais característico. Bingley nunca se encontrara com pessoas mais agradáveis e jovens mais bonitas em sua vida; todos haviam sido muito bondosos e atenciosos com ele; não houvera formalidade, nem afetação. Ele logo se sentiu familiarizado com toda a sala; e, com relação a Miss Bennet, ele não poderia conceber um anjo mais belo. Darcy, ao contrário, vira uma série de pessoas na qual havia pouca beleza e nenhum estilo, por nenhuma delas sentira o menor interesse e de ninguém recebera atenção ou prazer. Ele reconheceu que Miss Bennet era bonita, mas que sorria demais. Mrs. Hurst e a sua irmã concordaram com isso – mas, ainda assim, a admiraram e gostaram dela, proclamando ser ela uma doce garota, alguém a quem não fariam objeção de conhecer melhor. Miss Bennet foi, portanto, considerada uma doce garota e seu irmão se sentiu autorizado por tal elogio a pensar nela como quisesse (AUSTEN, 2012, p. 25 e 27).

Portanto, ao lermos o diálogo acima, vemos claramente o julgamento da família Bingley a respeito de Miss Jane Bennet. Percebemos, no entanto, que as irmãs Bingley aprovam a conduta de Jane, assim como a elogiam e estão inclinadas a conhecê-la melhor assim que

⁵⁹ Para mais informações: Cf. FERREIRA, Catarina Silva. Orgulho e Preconceito: heterogeneidade e presença do discurso feminista na obra de Jane Austen. Disciplina das Ciências da Linguagem II. In: **Ciências da Linguagem: Jorwiki**. Escola de Comunicações e Artes da USP. Departamento de Jornalismo e Editoração. Universidade de São Paulo (USP), 2015. Disponível em: http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=345#up. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

possível. De acordo com o trecho acima, vemos que o grupo de amigos não consideram as irmãs Bennet como modelos de representação dos bons modos ou elegância praticada entre eles, mas que apenas Jane é considerada como digna de manter relações com o grupo. Isso porque ela atende às características de representação do feminino no contexto provinciano oitocentista inglês. Então, é partir desse posicionamento do grupo que identificamos que Jane tem um comportamento mais aceitável em relação ao das suas irmãs, o que explícita a construção da configuração de sua personalidade e bons modos, ocasionando uma aceitação imediata da classe aristocrata que alugou a propriedade de Netherfield Park. Assim, com relação a essa configuração de Jane Bennet, Mariana Melo Cunha Farath e João Francisco Pereira Nunes Junqueira (2018) nos dizem que:

Jane é a mais velha das cinco irmãs, é considerada a mais bela, tem temperamento doce e é frágil. É modesta, paciente, otimista, revela bom senso, bondade e generosidade. Jane não vê malícia nem maldade nas pessoas e no mundo, busca sempre por olhar o lado bom das coisas. Sua personalidade reservada e controlada torna-se uma desvantagem nos relacionamentos amorosos. Sua descrição remete-nos muito às heroínas românticas tradicionais, principalmente por sua beleza, mas é relegada ao segundo plano quando comparada à complexidade da personagem Elizabeth (FARATH & JUNQUEIRA, 2018, p. 64).

Portanto, levando em consideração as reflexões de Farath e Junqueira (2018), e em adição a outro diálogo do romance, vemos novamente a opinião das irmãs Louise Hurst e Caroline Bingley sobre a configuração do caráter de Jane e a sua afeição por ela, assim como a confirmação de Jane como representação do feminino exigido por uma sociedade patriarcal:

“Tenho uma consideração excessiva por Miss Jane Bennet, ela é realmente uma jovem muito doce e desejo de todo o meu coração que fosse bem casada. Mas com pais desses e tais relações inferiores, temo que não haja chance para isso.” “Penso ter ouvido você dizer que o tio dela é um advogado em Meryton.” Sim; e eles têm outro, que vive em algum lugar próximo de Cheapside.” “Isso é fundamental”, acrescentou sua irmã e elas riram fartamente. “Se elas tivessem tios o suficiente para encher toda Cheapside”, exclamou Bingley, isso não as faria um pingão menos agradáveis” (AUSTEN 2012, p. 49).

Dessa maneira, em contraste com o comportamento e posicionamento de Jane, temos Elizabeth que sutilmente, nas entrelinhas da narrativa, vem quebrar com os padrões de representação do feminino em uma sociedade oitocentista inglesa. Então, vemos isso quando o narrador onisciente nos fala:

Ela foi conduzida à sala do café da manhã, onde todos, menos Jane, estavam reunidos, e onde sua aparência causou grande surpresa. Que ela estivesse caminhado três milhas tão cedo, num clima tal desfavorável e sozinha, era quase inacreditável para Mrs. Hurst e para Miss Bingley; e Elizabeth estava convencida de que elas lhe desprezaram

por isso. Porém, foi recebida muito polidamente por elas; e, na maneira de seus irmãos, havia algo mais do que educação; havia bom humor e bondade. Mr. Darcy disse muito pouco e Mr. Hurst, quase nada. O primeiro se dividia entre a admiração que o brilho do exercício dera às suas feições e a dúvida se a ocasião justificava ela ter vindo sozinha de tão longe. O último estava pensando apenas em seu desjejum (AUSTEN, 2012, p. 45).

No trecho acima, vemos que a protagonista reconhece o seu próprio comportamento transgressor, presumindo que as irmãs Louise Hurst e Caroline Bingley iriam reprovar a sua atitude deselegante. De fato, para o seu contexto histórico e cultural, uma moça não poderia caminhar por três milhas e ainda mais sozinha. Então, essa atitude é considerada como sinônimo de deselegância e selvageria, pelo motivo de uma dama andar a pé, sujando os sapatos, o vestido, suando, e desarrumando o seu penteado. Diante disso, vemos que a representação do feminino dessa época condiz com o constante uso dos bons modos, dos bons costumes, da etiqueta inglesa, privando as damas do contato com o exterior ao lar. Ao levarmos isso em consideração, vemos que Elizabeth Bennet rompe com esse padrão de comportamento e etiqueta direcionado ao sexo feminino, pois ela é afeita à caminhada, ao contato com o exterior, com a natureza, o que se apresenta como convergente às normas e regras seguidas pelas damas dos séculos XVIII e XIX inglês, que consistia na limitação das mulheres ao privado, às atividades domésticas, e a limitação do contato com tudo o que se remete ao ar livre.

Para reforçar essa característica da protagonista, temos a continuação da cena, quando a narrativa destaca a opinião das irmãs Mrs. Louise Hurst e Miss Caroline Bingley, a respeito da viagem de Elizabeth a Netherfield Park:

Após o término do jantar, ela retornou para Jane e Miss Bingley começou a criticá-la assim que ela deixou a sala. Suas maneiras foram ditas como efetivamente rudes, uma mistura de orgulho e impertinência; ela não tinha conversa, nem estilo ou beleza. Mrs. Hurst achava o mesmo e acrescentou: “Não tem nada, em suma, a recomendá-la, além de ser uma excelente andarilha. Nunca esquecerei sua aparência essa manhã. Parecia realmente uma selvagem.” “De fato parecia, Louisa. Mal pude conter meu semblante. Vir até aqui não teve cabimento! Por que ela deveria disparar pelos campos, por causa da gripe de sua irmã? O cabelo dela, tão desalinhado, tão desgredado!” “Sim, e sua anágua; espero que tenha visto a anágua dela, seis polegadas afundada na lama, estou absolutamente certa; e o vestido que foi usado para escondê-la não cumpriu com o seu dever” (AUSTEN, 2012, p. 47).

Ao lermos o trecho acima, temos a real confirmação de que Elizabeth Bennet, ao contrário de sua irmã, não atende aos padrões sociais de sua época, o que a identifica como transgressora. Como discutimos anteriormente, a própria protagonista reconhece o seu comportamento destoante das demais moças de sua idade. Isso é mais visível aos olhos das moças mais elegantes da alta sociedade inglesa, como é o caso de Mrs. Louise Hurst, Miss Caroline Bingley e Lady Catherine de Bourgh. Desse modo, encontramos em Elizabeth Bennet

um modelo de mulher menos convencional. Em outras palavras, uma mulher que infere querer ter os mesmos direitos que os homens têm, nem que seja apenas a oportunidade de caminhar pelos campos ingleses sozinha. Esse comportamento destoante de Lizzy vai ser reforçado quando Caroline Bingley conversa com Darcy, com o intuito de persuadi-lo que Elizabeth Bennet não tem modos, considerando-a como inadequada:

“Sua descrição pode ser bem exata, Louisa”, disse Bingley; “mas perdi tudo isso. Pareceu-me que Miss Elizabeth Bennet aparentava estar notavelmente bem quando entrou na sala esta manhã. Sua anágua suja escapou-me de ser notada. ” “Você viu isso, Mr. Darcy, estou certa”, disse Miss Bingley; “e estou inclinada a pensar que não desejaria ver sua irmã realizar tal exibição. ” “Certamente que não. ” “Caminhar três milhas, ou quatro, ou cinco, ou quantas forem, com seus calcanhares na sujeira, e sozinha, totalmente sozinha! O que ela pretende com isso? Parece-me mostrar um tipo abominável de presumida independência, uma indiferença interiorana ao decoro ” (AUSTEN, 2012, p. 47).

Mais adiante, vemos que Charles Bingley afirma que Elizabeth não desfruta dos mesmos prazeres que os demais, ou seja, os jogos, como o carteadado, e ao invés disso, ela prefere ler. O que, de certo modo, atrai a reprovação de muitos, pois não fazia parte das tarefas de uma dama georgiana inglesa, uma vez que elas eram privadas do acesso ao conhecimento. Portanto, essa atitude reafirma novamente a transgressão de Elizabeth com relação à configuração do feminino e às normas de condutas a serem seguidas por uma dama georgiana:

“Você prefere ler ao baralho? ”, disse ele; “isso é muito singular. ” “Miss Eliza Bennet”, disse Miss Bingley, “despreza o carteadado. Ela é uma grande leitora e não encontra prazer em mais nada. ” “Não mereço elogios nem censuras”, exclamou Elizabeth; “não sou uma grande leitora e tenho prazer com muitas coisas. ” “Estou certo de que tem prazer em cuidar de sua irmã”, disse Bingley; “e espero que este logo seja aumentado ao vê-la bem restabelecida. ” Elizabeth agradeceu-lhe com sinceridade e então caminhou para a mesa onde estavam alguns livros. Ele imediatamente se prontificou a buscar outros – tudo o que sua biblioteca proporcionava. “E gostaria que minha coleção fosse maior para o seu proveito e meu próprio crédito; mas sou um rapaz ocioso e embora não tenha muitos, tenho mais do que já li.” Elizabeth lhe garantiu que poderia se arranjar perfeitamente com aqueles que estavam na sala (AUSTEN, 2012, p. 49).

Nessa parte da narrativa, vemos a surpresa do grupo em saber que Miss Elizabeth Bennet é uma leitora assídua. Ao mesmo tempo, em um trecho logo após esse, percebemos uma repulsa das irmãs Mrs. Louise Hurst e de Miss Caroline Bingley com relação ao contraste de Elizabeth Bennet com hábitos e temperamento das moças da sua idade. Ademais, presenciamos os elogios do Mr. Bingley dirigidos à protagonista por ela ser uma grande leitora, o que, de certo modo, está em desacordo com a conduta das moças georgianas inglesas. Ainda, diante dessas reflexões do grupo de Netherfield Park, percebemos que Elizabeth se apresenta como uma personagem

que podemos considerar como transgressora para o seu tempo. Primeiro, por não atender às características de uma “mulher prendada” (Cf. AUSTEN, 2012, p. 51) para a sua época. Segundo, por ela romper com as convenções sociais de seu contexto, não seguindo o esperado como norma. Ela demonstra discurso próprio, dotado de inteligência, sagacidade. Sua arma contra a construção social para o feminino, nesse diálogo, é a utilização de uma fala irônica.

A postura da protagonista diante das convenções ainda será destacada na primeira conversa entre ela e Lady Catherine de Bourgh, na casa dessa última. O modo como a primeira responde às perguntas de Lady de Bourgh é significativo. Primeiramente, enquanto os demais convidados ficavam intimidados com a presença e direcionamento de Lady Catherine, Elizabeth se comporta de maneira natural, como se a ilustre e grandiosa presença da Senhora não a intimidasse o suficiente para desestabilizá-la. Assim, a protagonista responde às perguntas de Lady de Bourgh com um teor crítico, desafiador e defensivo que surpreende a todos, principalmente com o modo breve, sagaz e sensato de suas respostas à anfitriã. Tal comportamento acarreta uma reação de assombro dessa última pela quebra de padrões que a educação das irmãs Bennets tiveram e a situação de todas perante os modelos convencionais da época.

O modo como Elizabeth demonstra coragem suficiente para afrontar Lady Catherine quanto ao julgamento dessa última com relação a educação e posição de suas irmãs em uma sociedade rígida, opressiva e repleta de preconceitos enraizados, destaca a sua não aceitação do padrão para o feminino. Desse modo, Austen nos mostra que, “suas narrativas denunciam as amarras sociais e a falta de liberdade e oportunidades, principalmente em relação às mulheres, e ensaiam situações que subvertem e questionam aquele modo de ordem social opressiva e autoritária” (AZERÊDO, 2013, p. 25). Isso será novamente evidenciado no capítulo em que Elizabeth enfrenta Lady de Bourgh, quando esta questiona a protagonista sobre o possível noivado de Lizzy com Darcy. Essas falas de enfrentamento da protagonista são totalmente contrastantes com o comportamento passivo de sua irmã Jane.

Outro ponto divergente entre Elizabeth Bennet e Jane Bennet consiste no julgamento delas com relação ao relacionamento de ambas com as irmãs Hurst e Bingley. A forma como essas últimas tratam as pessoas é perceptível para Elizabeth, mas não para Jane. A protagonista percebe como a arrogância, o preconceito, a superioridade e autossuficiência de Louise e Caroline transparecem a cada momento que elas se encontram, mas Jane não percebe tal coisa. Em algumas das conversas entre Elizabeth e Jane, a primeira confessa que não gosta do modo como as irmãs Hurst e Bingley tratam-na e/ou os demais. Nessa diferença de perspectiva,

conseguimos identificar que a mais velha das filhas Bennets não vê maldade no caráter das pessoas com quem ela se relaciona, enquanto Elizabeth consegue ver com maior transparência.

Um outro ponto que destaca a protagonista em relação ao comportamento esperado para o feminino diz respeito ao modo como ela encara o casamento. A obra apresenta dois tipos de casamentos: “casamento por amor” ou o “casamento por convenção”. Na opinião de Elizabeth, o casamento feliz e que beneficia tanto o homem quanto a mulher é aquele em que ambos se casam por amor, e não por outros tipos de interesses que não sejam os sentimentais. Assim, vamos vê-la se posicionando sobre diferentes propostas de união entre os personagens.

Casamento é o assunto que tanto preocupava as Bennets – principalmente quanto à situação de Jane e Elizabeth, pois as duas são as mais velhas. Isso fica bem evidente quando Mr. Collins aparece para reivindicar a propriedade de Longbourn, o que deixa a Mrs. Bennet muito preocupada sobre o futuro das suas filhas.

Sobre a situação das mulheres na sociedade Inglesa do século XIX, Adriana Sales Zardini (2013) afirma que:

Como a família era a base de sustento de todas as moças pertencente à classe média e aristocrática daquela época, era de se esperar que o pai deixasse uma certa quantia após sua morte ou que os irmãos ficassem com a responsabilidade de ajudar as irmãs solteiras. A lei apoiava o direito de primogenitura, apenas se o filho fosse do sexo masculino, caso a família não tivesse varões, a herança seria transmitida ao parente mais próximo, facilitando assim, que todas as propriedades e fontes de renda da família ficassem sempre em nome da mesma, por várias gerações (ZARDINI, 2013, p. 03).

Levando em conta o que é apresentado na narrativa de *Orgulho e Preconceito* (1813), por mais que o atual dono de Longbourn estivesse vivo, o reconhecimento da herança do Mr. Collins deixou as cinco filhas e, principalmente, a Mrs. Bennet muito preocupadas sobre o futuro das moças. Em consequência disso, a expectativa de casamento para as meninas Bennets aumentou mais do que já vinha progredindo, como vemos desde o início do romance.

Discutindo sobre o papel da mulher nesse contexto patriarcal, a escritora, artista, educadora e ativista feminista estadunidense Katherine Murray Millett (1934-2017), em seu livro *Sexual Politics (Política Sexual – 1970)*, nos diz que:

A principal instituição do patriarcado é a família. É ao mesmo tempo um espelho e uma conexão com a sociedade maior; uma unidade patriarcal dentro de um todo patriarcal. Mediando entre o indivíduo e a estrutura social, a família efetua o controle e a conformidade quando as autoridades políticas e outras são insuficientes. Como o instrumento fundamental e a unidade básica da sociedade patriarcal, a família e seus papéis são prototípicos. Servindo como um agente da sociedade mais ampla, a família não apenas encoraja seus próprios membros a se ajustarem e se conformarem, mas também atua como uma unidade no governo do estado patriarcal que governa seus

cidadãos por meio de seus chefes de família. Mesmo em sociedades patriarcais onde são concedidas cidadania legal, as mulheres tendem a ser governadas apenas pela família e têm pouca ou nenhuma relação formal com o Estado (MILLETT, 1970, p. 33, tradução nossa⁶⁰).

Assim, com relação à posição das mulheres de classe média e da classe aristocrata Inglesa, – principalmente no que concerne as famílias que não têm primogênitos homens para assumir a herança da família – restam recorrer ao único porto seguro para um futuro socioeconômico estável, o matrimônio. A esse respeito, Zardini nos diz que:

O casamento ainda era visto como uma instituição econômica, apesar dos finais felizes, as mulheres de Austen ainda se casavam para manter um *status quo*. Apesar de o casamento ser importante nos romances, o foco principal de Austen é a situação da mulher na sociedade inglesa de sua época. Em todos os seus livros, Austen retrata as mulheres vivendo em uma sociedade onde a educação não libertava as mulheres, apenas restringia ainda mais a sua situação (ZARDINI, 2013, p. 07, grifos da autora).

De acordo com o que Adriana Sales Zardini (2013) fala no trecho acima, vemos claramente em *Orgulho e Preconceito* (1813) o motivo real do matrimônio na sociedade Inglesa do século XIX, pois esse passa a ser a única salvação econômica das irmãs Bennet, já que a sociedade patriarcal não permite ao feminino ter o direito à herança.

Tendo consciência do papel da mulher nesse contexto, Mr. Collins tenta juntar o útil ao agradável e pede a mão de Elizabeth em casamento. Mas o pedido é negado, causando um mal-estar entre ela e sua mãe:

“Você é muito precipitado, meu senhor”, ela exclamou. “Você se esquece que eu nada respondi. Deixe-me fazê-lo sem perda de tempo. Aceite meus agradecimentos pelo elogio que presta a mim. Sou muito sensível à honra de suas propostas, mas me é impossível fazer qualquer outra coisa senão declinar delas.” [...] Estou perfeitamente fiel à minha recusa. Não poderia me fazer feliz e estou convencida de que sou a última mulher no mundo que lhe poderia fazê-lo. Não, se sua amiga Lady Catherine me conhecesse, estou convencida que achar-me-ia a mais inapta para a situação sob todos os aspectos” (AUSTEN, 2012, p. 131).

Mas, o senhor Collins insiste, e em resposta a sua insistência, Elizabeth reafirma a recusa:

⁶⁰ Texto original: “Patriarchy’s chief institution is the family. It is both a mirror of and a connection with the larger society; a patriarchal unit within a patriarchal whole. Mediating between the individual and the social structure, the family effects control and conformity where political and other authorities are insufficient. As the fundamental instrument and the foundation unit of patriarchal society, the family and its roles are prototypical. Serving as an agent of the larger society, the family not only encourages its own members to adjust and conform, but acts as a unit in the government of the patriarchal state which rules its citizens through its family heads. Even in patriarchal societies where they are granted legal citizenship, women tend to be ruled through the family alone and have little or no formal relation to the State” (MILLETT, 1970, p. 33).

[...] “Realmente, Mr. Collins”, exclamou Elizabeth com algum ardor, “você me confunde em demasia. Se o que eu disse até agora pode lhe parecer como uma forma de encorajamento, não sei como expressar a minha recusa de forma a convencê-lo sobre realmente ser uma.” [...]“Eu lhe asseguro, meu senhor, de que não tenho pretensão alguma quanto a este tipo de elegância que consiste em atormentar um homem respeitável. Preferiria ser considerada uma pessoa sincera. Agradeço-lhe muito pela honra que me fez com suas propostas, mas aceitá-las é completamente impossível. Meus sentimentos me proíbem em todos os aspectos” (AUSTEN, 2012, p. 131 e 133).

Embora Mr. Collins pense que a recusa de Elizabeth seja apenas “pureza, meiguice, delicadeza, elegância, arte e manhas do sexo feminino” (Cf. WOOLF, 2019, p. 12), encorajando-o, assim, um segundo pedido, Elizabeth deixa bem claro que não tem afeição o suficiente para um casamento. Este expõe a situação financeira e posição social de Elizabeth como um incentivo para mesma aceitar um pedido de casamento meramente por convenção. Mas isso vai contra os pensamentos de Elizabeth. Portanto, é nesse momento que Elizabeth confessa aos seus pais que não desposará de um homem sem afeição, que não se entregará apenas para garantir um futuro socioeconômico estável, mas que se casará com alguém que mereça a sua afeição e que a retribua, ou seja, “casar-se por afeição” (Cf. AUSTEN, 2012).

Uma segunda recusa de pedido de casamento vai acontecer quando Mr. Darcy declara suas intenções para Elizabeth, em Kent, na propriedade de Hunsford:

De modo apressado, ele imediatamente começou a perguntar sobre a saúde dela, atribuindo sua visita a um desejo de saber se estava melhor. Ela respondeu com fria civilidade. Ele se sentou por uns instantes, e então se levantou, andando pelo cômodo. Elizabeth ficou surpresa, mas não disse nada. Depois de um silêncio de muitos minutos, ele foi até ela de forma agitada e assim começou: “Tenho lutado em vão. Não resistirei. Meus sentimentos não serão reprimidos. Você deve permitir que eu lhe diga o quão ardentemente eu a admiro e a amo” [...] (AUSTEN, 2012, p. 221).

Logo depois de uma pausa:

Ele concluiu descrevendo para ela a força daquela ligação que, apesar de seus esforços, ele achara impossível subjugar; e expressou sua esperança de que agora tudo seria recompensado com a aceitação, por parte dela, de seu pedido. Enquanto dizia isso, ela podia facilmente ver que ele não tinha nenhuma dúvida quanto a uma resposta favorável (AUSTEN, 2012, p. 221).

Em resposta à sua declaração, Elizabeth infere:

“Em casos como este, acredito que é o modo estabelecido de expressar um sentido de obrigação pelos sentimentos declarados, embora eles possam ser retribuídos desigualmente. É natural que a obrigação seja sentida e, se pudesse sentir gratidão, eu agora lhe agradeceria. Mas não posso – nunca desejei que pensasse bem de mim, e você certamente investiu muito contra sua vontade. Lamento ter causado dor a alguém. Foi inconsciente e espero que seja de curta duração. Os sentimentos que me

relata há muito evitaram o reconhecimento de sua consideração e podem ter pouca dificuldade em superá-la, depois desta explicação ” (AUSTEN, 2012, p. 221).

Em resposta à declaração do cavalheiro, Elizabeth recusa a sua afeição por ela, desapontando-o. No entanto, a justificativa de sua recusa diz respeito ao fato de que Mr. Darcy separou Charles Bingley de Jane Bennet; a negação da herança de George Wickham; além da personalidade orgulhosa, preconceituosa, e arrogante de Darcy. Assim, a junção de todos esses fatores e a confissão de Darcy sobre ter feito tudo isso a conscientizou a não aceitar a sua afeição. Mr. Darcy, em consequência disso, ficou extremamente desapontado e magoado.

Após a discussão, Elizabeth reflete e se arrepende de tê-lo tratado da forma como ela o tratou, mas, ao mesmo tempo, lembrou-se das atrocidades que ele fez contra o possível relacionamento de Jane e Bingley. Com isso, Elizabeth Bennet deixa claro que não sente afeição por ele, e reafirma a sua opinião que estabeleceu desde o início do romance, de que, para ela, o casamento não deve ser por convenções, e sim, por amor. O que, de certa maneira, é destoante da configuração de casamento para o seu contexto histórico, político e cultural, uma vez que a maioria dos casamentos de sua época era por conveniência.

Assim sendo, vemos o posicionamento de Elizabeth com relação ao casamento de forma explícita no seguinte trecho, em uma conversa que Elizabeth tem com sua amiga Charlotte Lucas. Visto que Charlotte defende o casamento por conveniência, e não por afeição, Elizabeth reprova a opinião de sua amiga dizendo o seguinte:

“Seu plano é muito bom”, replicou Elizabeth, “onde nada está em questão além do desejo de se casar bem e se eu me determinasse a conseguir um marido rico, ou qualquer marido, ousou dizer que o adotaria. Mas estes não são os sentimentos de Jane; ela não age com um objetivo. Por enquanto, ela nem pode estar certa do grau de sua própria consideração ou de sua consciência. Ela o conhece apenas há uma quinzena. Dançou quatro vezes com ele em Meryton; ela o viu uma vez na própria casa dele e, desde então, jantou quatro vezes, com ele e os outros. Isso não é o suficiente para fazê-la compreender eu caráter” (AUSTEN, 2012, p. 31 e 33).

Ao lermos o a citação acima, vemos claramente o posicionamento de Elizabeth com relação aos sentimentos dentro do casamento. Quando ela menciona que o plano de Charlotte Lucas seria ótimo, caso, ela quisesse um marido rico. Desse modo, conseguimos comprovar que os pensamentos de Lizzie são realmente destoantes das opiniões das moças de sua idade. Pois, como já expusemos acima, ela recusa o pedido de casamento de Mr. Darcy, um dos homens mais ricos e influentes do sudeste da Inglaterra, o que comprova o que ela sempre afirmou: “que não casaria sem afeição” (Cf. AUSTEN, 2012). Diante disso, vemos que Elizabeth se apresenta com uma personalidade divergente das demais moças de seu contexto,

um exemplo disso é o contraste entre ela e suas irmãs não só no quesito matrimônio, mas em todos os outros que envolvem direta ou indiretamente o futuro socioeconômico das jovens provincianas inglesas.

Em contraposição à Elizabeth Bennet, Charlotte Lucas responde dizendo o seguinte:

[...] A felicidade no casamento é, inteiramente, uma questão de sorte. Se o temperamento do casal sempre for bem conhecido por cada um, ou mesmo for, antes, parecido, isso não prenuncia sua felicidade, no fim das contas. Eles sempre continuam a se desenvolver inversamente o suficiente para ter sua cota de incômodo; e é melhor conhecer o menos possível dos defeitos da pessoa com quem você passará sua vida. ” “Você me faz rir, Charlotte; mas isso não é certo. Você sabe que não é certo e que você nunca agiria desta forma” (AUSTEN, 2012, p. 33).

Assim, apesar de sua situação financeira requerer que ela deixe os sentimentos de lado e aja com a razão, – que é garantir um futuro socioeconômico, que é a principal finalidade do casamento no século XIX – ela prefere agir com o coração, na esperança de construir um casamento que haja sentimentos. Diferentemente, Charlotte Lucas, ao casar-se com o Mr. Collins, o faz porque sua posição socioeconômica e idade já avançada são os grandes motivadores.

Assim, em contraste com Elizabeth Bennet, vemos que Jane Bennet está disposta a se ligar a um homem apenas por conveniência. É o que fica evidente quando ela acata, ao contrário de Elizabeth, o desejo de sua mãe de casá-la. Vemos isso explícito no seguinte diálogo que se refere a uma conversa entre a Mrs. Bennet e o Mr. Bennet, a respeito de casar Jane com Bingley a qualquer custo:

“Mas considere suas filhas. Apenas pense que oportunidade seria para uma delas. Sir William e Lady Lucas estão decididos a ir por isto, pois, em geral, como você sabe, eles não visitam recém-chegados. Você realmente deve ir, pois ser-nos-á impossível visitá-lo se você não for. ” “Certamente, é muito escrupulosa. Ouso dizer que Mr. Bingley ficará muito feliz em vê-la; e enviar-lhe-ei algumas linhas por você para assegurar-lhe de meu sincero consentimento quanto ao seu casamento com qualquer das meninas que ele escolher; embora deva adicionar uma recomendação de minha pequena Lizzy. ” “Desejo que não faça tal coisa. Lizzy não é nem um pouco melhor do que as outras garotas; e estou certa de que ela não possui metade da beleza de Jane, nem metade do bom-humor de Lydia ” (AUSTEN, 2012, p. 13).

Na cena, vemos o desespero da Mrs. Bennet em apresentar as suas filhas ao recém-chegado nas redondezas de Meryton. Ao analisarmos o diálogo entre ela e o seu marido, percebemos que Mrs. Bennet tenta persuadi-lo a apresentar todas as suas filhas ao Mr. Bingley. Ou seja, as moças, nessa época eram tratadas como um objeto ou uma mercadoria para o matrimônio, que muitas vezes era configurado como um casamento por conveniência:

[...] Segundo *As estruturas elementares de parentesco, as mulheres* são o objeto da troca que consolida e diferencia as relações de parentesco, sendo ofertada como dote de um clã patrilinear para outro, por meio do casamento [...]. Em outras palavras, a noiva funciona como termo relacional entre grupos de homens; ela não tem uma identidade e tampouco permuta uma identidade por outra [...] (BUTLER, 2003, p. 68 apud BARROS, 2013, p. 60, grifos da autora).

Então, desde o início do romance, vemos que tanto Jane quanto as suas irmãs são tratadas como objeto de construção das relações de poder, principalmente no que diz respeito a Jane. É nesse momento que conseguimos identificar claramente a submissão de Jane, pois ela concorda com os arranjos matrimoniais de sua mãe. Ademais, “o casamento não é visto como algo que envolve sentimentos. O sentimentalismo é deixado de lado, e ocorre uma espécie de negociação, onde o que é levado em conta são os interesses das famílias. Após o matrimônio a esposa continua seu papel de submissão” (BARROS, 2013, p. 62).

Assim, ao contrário de Elizabeth que recusa dois pedidos de casamento, vemos que Jane vive à espera de um pedido de casamento de Mr. Charles Bingley. Isso fica explícito quando presenciamos o seguinte trecho do romance, que se refere à partida desse cavalheiro para Londres:

“É falta de sorte”, disse ela, após uma breve pausa, “que você não pôde ver suas amigas antes que deixassem a região. Mas não podemos esperar que o período de felicidade futura, pelo qual Miss Bingley anseia, possa chegar mais cedo do que ela está ciente e que a deliciosa amizade que vocês travaram como amigas seja renovada com ainda maior satisfação do que como irmãs? Mr. Bingley não se deterá em Londres por causa delas. ” “Caroline decididamente diz que ninguém do grupo retornará a Hertfordshire neste inverno. [...] “Está evidente”, acrescentou Jane, “que ele não mais voltará nesse inverno. ” “É evidente para Miss Bingley, mas não quer dizer que ele não voltará ”[...] (AUSTEN, 2012, p. 141 e 143).

Curiosa para saber a opinião de sua amiga confidente, Jane faz a seguinte indagação à Elizabeth:

“O que você acha desta frase, minha querida Lizzy? ”, disse Jane quando terminou de ler. “Não é clara o bastante? Não declara expressamente que Caroline não espera, nem deseja, que eu seja a cunhada dela; que ela está perfeitamente convencida da indiferença de seu irmão; e que, se ela suspeita da natureza dos meus sentimentos por ele, ela quer dizer (muito bondosamente!) que eu deva me retirar? Pode haver outra opinião sobre tudo isso? “Sim, pode; pois a minha é totalmente diferente. Você a ouvirá? ” “Com muita boa vontade. ” “Você a terá em poucas palavras. Miss Bingley vê que seu irmão está apaixonado por você e quer que ele se case com Miss Darcy. Ela o segue até a cidade na esperança de mantê-lo por lá e tenta persuadi-la de que ele não se importa com você ” Jane meneou sua cabeça (AUSTEN, 2012, p. 143 e 144).

Assim, confirmamos nossa proposição de que Jane sempre está à espera de um pedido de casamento de Mr. Bingley. Por ser a mais velha das irmãs (23 anos) e ainda não ter se casado,

ela parece sentir que está sendo um fardo para os seus pais. Desse modo, o matrimônio se apresenta como a única saída para a sua situação socioeconômica. Portanto, ao analisarmos o comportamento de Jane a respeito dessa situação, vemos que ela acaba se submetendo ao plano inicial de sua mãe, que era o de garantir uma situação financeira favorável para as suas filhas, mesmo que isso lhe custasse a subjugação das mesmas e a submissão delas.

Ademais, no trecho seguinte, vemos explicitamente o constante desejo de Jane Bennet em se tornar esposa de Mr. Charles Bingley:

“De fato, Jane, você deveria acreditar em mim. Ninguém que já viu vocês juntos pode duvidar da afeição dele. Miss Bingley, estou certa, não pode. Ela não é tão simplória. Se ela pudesse ver metade de tal amor de Mr. Darcy por ela, teria encomendado o seu vestido de casamento. Mas o caso é que não somos ricas o bastante ou importantes o suficiente para eles; e ela está muito ansiosa para ter Miss Darcy para o seu irmão, a partir da ideia de que, quando houver um casamento entre famílias amigas, ela possa ter menos problemas em conseguir um outro; no que há certa ingenuidade e ousa dizer que isso teria êxito, se Miss de Bourgh estiver fora do caminho. Mas, minha querida Jane, não pode seriamente imaginar que, por Miss Bingley dizer que seu irmão admira muito Miss Darcy, ele é, no mínimo, menos sensível de seu valor do que quando se despediu de você na terça-feira ou que estará no poder dele se convencer de que, ao invés de estar apaixonado por você, ele está muito mais pela sua amiga” (AUSTEN, 2012, p. 145).

Então, com relação a essa afirmação de Elizabeth, Jane replica:

“Se pensarmos o mesmo de Miss Bingley”, replicou Jane, “sua representação disso tudo pode me tranquilizar muito. Mas sei que o fundamento é frágil. Caroline é incapaz de enganar alguém intencionalmente; e tudo o que eu posso esperar, neste caso, é que ela esteja enganando a si mesma.” “Isso está certo. Você não poderia ter lançado uma ideia mais feliz, já que não encontra conforto na minha. De toda maneira, acredite que ela se engana. Você, agora, cumpriu seu dever com ela e não deve mais se preocupar com isso.” “Mas, minha cara irmã, posso ser feliz, mesmo supondo o melhor, ao aceitar um homem cujas irmãs e amigos estão todos desejando que se case com outra?” “Você mesma tem de decidir”, disse Elizabeth; “e, se depois de consciente deliberação, concluir que a tristeza de contrariar as irmãs dele é mais do que equivalente à felicidade de ser sua esposa, aconselho-a por todos os meios a rejeitá-lo.” “Como você pode falar assim?”, disse Jane, com um ténue sorriso. “Você deve saber que, embora eu deveria estar extremamente triste com a desaprovação delas, não hesitaria.” “Não acredito que você hesitaria; e, sendo esse o caso, não posso considerar sua situação com muita compaixão.” “Mas e se ele não retornar neste inverno, minha escolha nunca poderá ser feita. Mil coisas podem acontecer em seis meses!” (AUSTEN, 2012, p.145).

Portanto, ao analisamos os dois trechos acima, vemos que Jane está sempre à espera do posicionamento de Charles Bingley com relação a um possível casamento, o que acaba contrastando com o posicionamento de sua irmã Elizabeth, que recusa duas propostas. Diante desse posicionamento antagônico, entendemos que há reafirmação da submissão da primeira e a subversão da segunda frente aos preceitos de uma sociedade patriarcal e oitocentista inglesa.

Assim, com relação ao matrimônio, vemos que esse ponto é muito discutido no romance, pois o objetivo da maioria das moças da narrativa – principalmente de Jane Bennet – é passar maior parte de seu tempo em busca de um casamento como garantia de estabilidade socioeconômica e reconhecimento social para si e para a família. Esse comportamento de Jane se reflete no modo como Charlotte Lucas se casou com o Mr. Collins, por conveniência, com o principal objetivo de garantir um futuro socioeconômico, respeito e prestígio social.

Ao término da análise de ambas as personagens, conseguimos identificar pontos contrastantes com relação à personalidade, ao comportamento, à postura e às ações frente a um contexto onde o pensamento patriarcal moldava o feminino. Em outras palavras, em um contexto no qual a sociedade é calcada nos preceitos, convenções, padrões e regras de um sistema patriarcal, na perspectiva dos oito âmbitos da formação do constructo-social dos indivíduos na sociedade patriarcal, tais como: I – Ideológico; II – Biológico; III – Sociológico; IV – Classe; V – Econômico e Educacional; VI – Força; VII – Antropológico: Mito e Religião; e VIII – Psicológico (Cf. MILLETT, 1970).

Nesse sentido, ao analisarmos ambas as personagens, conseguimos identificar aspectos que contribuem para a construção da personalidade e do posicionamento de ambas. Com relação à Elizabeth, conseguimos caracterizá-la, através de suas ações, como uma representação do feminino no que diz respeito à subversão. Desse modo, conseguimos listar alguns aspectos que a caracteriza com tal configuração, tais como: a postura transgressora, a personalidade forte, o não conformismo e a rebeldia da protagonista. Outro aspecto se refere à recusa aos dois pedidos de casamento feitos por Mr. Collins e Mr. Fitzwilliam Darcy, apresentando-a como uma moça que quebra os padrões de sua época, pois ela corre o risco de se tornar uma solteirona e ser apontada pela sociedade como inadequada.

Além disso, vemos que Elizabeth rompe com o padrão comum de mulheres prendadas para o contexto oitocentista inglês, pois ela tem atitudes que estão em desacordo com as convenções de seu tempo, no que concerne aos bons modos, à etiqueta e à sagacidade no seu discurso. Ademais, a sua afirmação em casar-se apenas por afeição e não por obrigação a configura como uma moça subversiva em um contexto no qual a submissão da mulher à estrutura patriarcal é rigorosa e atuante.

Portanto, ao contrário de Elizabeth, ao estudarmos a personagem secundária, conseguimos identificar que Jane Bennet apresenta um comportamento de submissão, obedecendo às convenções sociais da Inglaterra dos séculos XVIII e XIX. Dessa maneira, conseguimos elencar alguns aspectos que identificam a submissão de Jane, características essas que influenciam na construção de sua personalidade e postura, que são contrastantes com as da

sua irmã, tais como: a neutralidade, o conformismo e a candura expressa pela sua postura de obediência e a sua personalidade que se remete à constante candura.

E ainda, percebemos, ao longo da narrativa, que Jane apresenta um comportamento romantizado com relação a sempre estar à espera de um pedido de casamento, o que confirma o seu anseio pelo casamento por conveniência. Ademais, vemos que, ao contrário de sua irmã, Jane atende ao padrão comum de mulher prendada e submissa diante de um contexto histórico, político e cultural de uma sociedade inglesa georgiana, pois ela se apresenta como dotada de bons modos e etiqueta inglesa admirada pelas mais respeitadas damas em seu convívio.

Assim, ao estudarmos as duas personagens e ao elencarmos todos os pontos convergentes e divergentes com relação à postura, à personalidade e ao comportamento de ambas, vemos que, ao levarmos em consideração o contexto sócio, histórico, político e cultural da era georgiana inglesa, Elizabeth Bennet apresenta-se como transgressora e subversiva, por quebrar com todos os padrões de sua época, desde o seu modo de se vestir até o seu discurso, e a tentativa de construção de um lugar de fala em um contexto patriarcal repressivo, onde a mulher não tinha vez nem voz perante a sociedade. Já com relação à sua irmã, Jane Bennet se apresenta como obediente e submissa, e emudecida pela fala da superioridade masculina, e se apresentando, desse modo, como o legítimo “Anjo do Lar”, que não tem opinião nem vontade própria, com o principal objetivo de sempre concordar com as opiniões e as vontades dos outros (Cf. WOOLF, 2019, p. 11 e 12).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É com o intuito de reafirmar o seu lugar na sociedade que as mulheres vêm expondo as suas opiniões a respeito de seus direitos perante a esfera civil, através de um dos meios que dão suporte a essa maior visibilidade de todos os tempos, que é a Literatura. No entanto, mesmo por meio desse instrumento chamado Literatura, de frequente acesso, que tem o objetivo de proporcionar a liberdade de expressão dos indivíduos desde muitos séculos, o ramo editorial tomou efeitos contrários às mulheres até o século XVIII. Como prova disso, já a partir do século XIX, temos as escritoras que publicavam os seus escritos com um nome masculino, a exemplo disso ressaltamos George Eliot, pseudônimo da escritora Inglesa Mary Ann Evans (1819-1880), que adotou tal nome para que as editoras não recusassem de imediato a publicação de seus escritos. Assim como Jane Austen (1775-1817), que publicou primeiramente o romance *Orgulho e Preconceito* (1813) sob o pseudônimo de *By a Lady* (Por uma Dama/Por uma Senhora).

Assim sendo, vimos que os estudos da *Crítica Feminista* (2009) visam a reivindicação dos direitos das mulheres ao acesso à leitura, à escrita e a construção de um cânone feminino propriamente dito, uma vez que isso lhes foi negado há tempos atrás. Pois, com base no Movimento Feminista e na Crítica Feminista, os pesquisadores e especialistas nos estudos sobre gênero, mulher, e literatura feminista, têm mostrado ao mundo que a literatura de autoria feminina tem sido mais valorizada atualmente. Tendo como propósito a reafirmação dos direitos das mulheres tanto em relação aos direitos civis, legislativos e políticos quanto ao acesso livre à produção literária como uma forma de liberdade de expressão, o que configura um de seus principais objetivos.

Portanto, o principal motivo para a realização desse trabalho consistiu no fato de que o feminismo é um assunto que está sendo debatido na atualidade e que ainda precisa ser discutido com mais vigor, uma vez que ainda vemos algumas atitudes injustificáveis contra mulheres em pleno século XXI. No entanto, uma forma de fazer com que as práticas desse movimento sejam efetivadas e que a sociedade seja conscientizada, é necessário valer-se da contribuição da Literatura para explicar que o processo de construção e apropriação de um lugar para a mulher em uma sociedade com extraordinário domínio masculino vem sendo desconstruído. Além disso, buscou-se, com tal estudo, valorizar a contribuição de Jane Austen para a autoria feminina, uma vez que, através da escrita, a romancista tentou ganhar espaço e almejar um lugar de fala em uma sociedade cujo domínio era do masculino.

Assim, acreditamos que nosso estudo contribuirá tanto para os pesquisadores da área quanto para os leigos, sobre a importância dos escritos de Jane Austen (1775-1817) nos dias atuais, apresentando-a como uma escritora crítica e à frente de seu tempo. Assim sendo, reconhecemos a contribuição dessa autora tanto para a Literatura Inglesa quanto para a Literatura Mundial, pois vemos que é através da construção de suas personagens femininas e de heroínas que ganham vozes na narrativa com o objetivo de questionar, refutar e não aceitar a opressão imposta à mulher, que conhecemos a proposta da escritora Jane Austen.

Ademais, essa pesquisa fez-se necessária por acreditarmos que ainda há poucos trabalhos que analisam a postura feminista de Elizabeth Bennet em contraste com a postura subordinada de sua irmã mais velha e melhor amiga, Jane Bennet, em uma perspectiva do *Feminismo Político* (1970), da ativista norte-americana Kate Millett (1934-2017). Assim, tal estudo nos possibilitou apresentar pontos convergentes e divergentes observados no posicionamento de ambas as personagens, mostrando como o sistema patriarcal contribuía para a submissão da mulher e a sua desigualdade de direitos nos séculos XVIII e XIX, levando em consideração o período em que o romance foi escrito.

Portanto, ao analisarmos a representação do feminino no romance, conseguimos discutir, através das personagens femininas de Austen, os modelos sociais das mulheres georgianas inglesas. Como vimos, essas não tinham outra saída a não ser ter que obedecer aos preceitos da sociedade patriarcal, cuja configuração do feminino consistia na representação da mulher prendada, submissa, subordinada, emudecida, obediente, penitente, inferior comparado ao sexo oposto, tendo sempre que se submeter a regras e convenções sócio-histórico e culturais de seu contexto. Ademais, vimos que o casamento, sendo apresentado como uma instituição do sistema patriarcal, é a única saída para as mulheres abastadas ou de classe média conseguirem estabilidade socioeconômica, o que reafirma a condição de submissão e inferioridade do sexo feminino.

De acordo com as concepções da *Crítica Feminista* (2009), de Lúcia Zolin e do *Feminismo Político* (1970) de Kate Millett, vemos que, através do romance *Orgulho e Preconceito* (1813), Jane Austen consegue construir uma possível representação da realidade oitocentista inglesa, – configurando a sua obra como romance regionalista e histórico – que consistia na vigência do sistema patriarcal, tendo como instituição maior o casamento. Assim, constatamos que a romancista constrói Jane Bennet como submissa para mostrar a total aceitação do seu contexto legal, civil e político. E, ao mesmo tempo, constrói Elizabeth Bennet como subversiva, que é apresentada na narrativa com o intuito de refutar todas as ações opressoras ao seu gênero, inclusive com relação à instituição do casamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Mayara Quadros de. **A Atitude Contestadora de Elizabeth Bennet Frente à Sociedade do Século XIX em *Orgulho e Preconceito* de Jane Austen.** / Mayara Quadros de Andrade. 2013. 65 f. Monografia (Graduação em Letras Português e Inglês). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2123>. Acesso em: 02 de julho de 2019. Às 12h 25min.

AUSTEN, Jane (1775-1817). **Orgulho e Preconceito – Pride and Prejudice.** / Jane Austen; (Tradução e Notas de Marcella Furtado). – São Paulo: Editora Landmark, 2012. Consultado em: 03 de janeiro de 2019.

AUSTEN, Jane. (1775-1817). **Lady Susan – Lady Susan.** (1818). / Jane Austen; (Tradução e Notas de Doris Goettens). – São Paulo: Editora Landmark, 2014. Consultado em: 15 de setembro de 2019.

AUSTEN-LEIGH, James Edward (1798-1874). **Uma memória de Jane Austen.** / James Edward Austen-Leigh. Tradução de José Loreiro e Stephanie Savalla. – Domingos Martins, Vitória, ES: Pedra Azul, 2014. Consultado em: 22 de agosto de 2019.

AZERÊDO, Genilda. As Protagonistas de Jane Austen e Ruptura com as Convenções Sociais. In: **Para Celebrar Jane Austen: diálogos entre literatura e cinema.** / Genilda Azerêdo. – 1. ed. Curitiba: Appris, 2013. Consultado em: 22 de janeiro de 2019.

BARROS, Samira Alves. **Representações da Personagens Femininas de *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen.** / Samira Alves Barros. 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras). Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2013. Disponível em: <https://www.uespi.br/mestradoemletras/wp-content/uploads/2015/07/REPRESENTA%C3%87%C3%95ES-DAS-PERSONAGENS-FEMININAS-DE-ORGULHO-E-PRECONCEITO-DE-JANE-AUSTEN.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2018. Às 12h e 12min.

BELLIN, Greicy Pinto. **A crítica literária feminista e os estudos de gênero: um passeio pelo território selvagem.** *Revista Fronteira Z.* São Paulo, 2011. N.º 07. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5777393.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2019. Às 15h 55min.

BIGUELINI, Ellen. **O Triunfo do Casamento por Amor: Jane Austen e o Matrimônio.** / Ellen Biguelini. 2009. 52 f. Monografia. (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.generos.ufpr.br/files/78ec-monografia-ellen-biguelini.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

BRAIT, Beth. **A Personagem.** / Beth Brait. Série Princípios – 3.^a edição. – São Paulo: Editora Ática, 1987. Consultado em: 05 de fevereiro de 2019.

BYRNE, Paula (1967). **A Verdadeira Jane Austen: Uma Biografia Íntima.** / Paula Byrne. Tradução de Rodrigo Breuning. – 1.^a Edição. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2018. Consultado em: 23 de junho de 2019.

CÂNDIDO, Antônio. A Personagem do Romance. In: **A Personagem de Ficção**. / Antônio Cândido, ... [et al]. Revisão de Geraldo Gerson de Souza. – 13.^a Edição. 2.^a Reimpressão. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018. – (Debates; 1 / dirigida por J. Guinsburg). Páginas 50 a 80. Consultado em: 18 de março de 2019.

CARDOSO, Anna Carolyna Ribeiro. **A Iniciação Feminina em *Orgulho e Preconceito***. / Anna Carolyna Ribeiro Cardoso. 2017. 80 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística). Universidade Federal do Goiás, Goiânia, 2013. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7120/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Anna%20Carolyna%20Ribeiro%20Cardoso%20-%202017.pdf>. Acesso em: 07 de maio de 2019. Às 20h e 35min.

CEVASCO, Maria Elisa. SIQUEIRA, Valter Lellis. **Rumos da Literatura Brasileira**. Coleção Princípios – 5.^a Edição. – São Paulo: Editora Ática, 1999. Consultado em: 22 de setembro de 2019.

CONCISO, Dicionário Houaiss. Significado da palavra “Candura”. In: **Dicionário Houaiss Conciso**. Instituto Antônio Houaiss. Organizador: [editor responsável Mauro de Salles Villar]. – São Paulo: Moderna, 2011. Consultado em: 20 de outubro de 2019.

CONCISO, Dicionário Houaiss. Significado da palavra “Política”. In: **Dicionário Houaiss Conciso**. Instituto Antônio Houaiss. Organizador: [editor responsável Mauro de Salles Villar]. – São Paulo: Moderna, 2011. Página 737. Consultado em: 08 de agosto de 2019.

CORREIA, Lailla Mendes. PEREIRA, Rita de Cássia Mendes. **Mulher Literatura e Feminismo: Orgulho e Preconceito e o Pensamento Independente em Evidência**. / *XVII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico*. ISSN: 2175-5493. 26 a 29 de setembro de 2017. Páginas: 1304 a 1309. Consultado em: 27 de janeiro de 2019.

COSTA, Fabianne Rodrigues. **A representação feminina em *Orgulho e Preconceito*, de Jane Austen e *Jane Eyre*, de Charlotte Brontë**. / Fabianne Rodrigues Costa. 2015. 194 f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4985>. Acesso em: 22 de setembro de 2019.

DIAS, Daise Lilian Fonseca. SOUSA, Dignamara Pereira de Almeida. **Quando a Mulher Começou a Falar: literatura e crítica feminista na Inglaterra e no Brasil**. *Gênero na Amazônia*. Multiplicidade. Belém, 2013. N.º 03. Disponível em: <http://www.generonaamazonia.ufpa.br/edicoes/edicao-3/Artigos/Artigo7-Dignamara%20e%20Daise.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2019. Às 15h 40min.

DIAS, Nara Luiza do Amaral. **A Razão em Jane Austen: classe, gênero e casamento em *Pride and Prejudice***. / Nara Luiza do Amaral Dias. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-11042016-122754/publico/2015_NaraLuizaDoAmaralDias_VOrig.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2018.

DICTIONARY, Cambridge. **Cambridge University Press**. Cambridge Dictionary, 2018. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2019. Às 22h 37min.

ESCOLAR, Dicionário Oxford. **Oxford University Press**. Dicionário Oxford Escolar. Para estudantes Brasileiros de Inglês. Second Edition. – New York: Database right Oxford University Press (marker), 2007. Consultado em: 18 de janeiro de 2019.

FARATH, Mariana Melo Cunha. JUNQUEIRA, João Francisco Pereira Nunes. **Análise do romance “Orgulho e Preconceito” de Jane Austen: a autora, o gênero e as personagens. EIE**. Centro Universitário Teresa D'Ávila – (UNIFATEA), Lorena, São Paulo, 2018. Nº 02. Vol. 01. Disponível em: <http://fatea.br/seer3/index.php/EIE/article/download/385/359/>. Acesso em: 15 de setembro de 2019. Às 23h e 34min.

FARIA, Caroline. Rainha Elizabeth I. In: **Biografias**. InfoEscola. Navegando e Aprendendo, 2000-2019. Disponível em: <https://www.infoescola.com/biografias/rainha-elizabeth-i/>. Acesso em: 26 de setembro de 2019.

FERREIRA, Catarina Silva. Orgulho e Preconceito: heterogeneidade e presença do discurso feminista na obra de Jane Austen. Disciplina das Ciências da Linguagem II. In: **Ciências da Linguagem**: Jorwiki. Escola de Comunicações e Artes da USP. Departamento de Jornalismo e Editoração. Universidade de São Paulo (USP), 2015. Disponível em: http://www.usp.br/cje/jorwiki/exibir.php?id_texto=345#up. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

FORSTER, Edward Morgan, (1879-1970). **Aspectos do romance** / E. M. Forster; Organização Oliver Stally Brass; Tradução Sergio Alcides; Prefácio Luiz Ruffato. – 4. ed. rev. – São Paulo: Globo, 2005.

FRAHLIN, Dr. Gereon. **Linguee Dictionary**. Linguee é desenvolvido por DeepL GmbH. Im Mediapark 8^a. 50670 Colônia. Alemanha, 2019. Disponível em: <https://www.linguee.com.br/ingles-protugues>. Acesso em: 20 de janeiro de 2019. Às 20h 19min.

FRAHLIN, Dr. Gereon. Tradução da palavra “*Cottage*”. In: **Linguee Dictionary**. Linguee é desenvolvido por DeepL GmbH. Im Mediapark 8^a. 50670 Colônia. Alemanha, 2019. Disponível em: <https://www.linguee.com.br/portugues-ingles/search?source=auto&query=cottage>. Acesso em: 20 de setembro de 2019. Às 20h 19min.

FURLAN, Nancy Netaly Gomes. SANTOS, Natália Cristiane Oliveira dos. **Orgulho e Preconceito: A Mulher Inglesa e o Matrimônio (1797- 1813)**. *LiterAusten*. Jane Austen Sociedade do Brasil (JASBRA). Belo Horizonte, Minas Gerais, 2018. Volume 03. N. ° 01. ISSN 2526 9739. Disponível em: <https://janeaustenbrasil.files.wordpress.com/2018/07/literasten-nucc81mero-03-20181.pdf>. Acesso em: 25 de maio de 2019. Às 22h 57min.

GANCHÓ, Cândida Vilares. Elementos da Narrativa: Personagem. In: **Como Analisar Narrativas**. / Cândida Vilares Gancho. Série Princípios – 7.ª edição. – São Paulo: Editora Ática, 2006. Disponível em: <http://files.letrasunip2010.webnode.com.br/200000008989c398f4e/Como%20Analisar%20Narrativas.pdf>. Páginas: 10 a 14. Acesso em: 02 de fevereiro de 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. / Antônio Carlos Gil. – 6.ª Ed. – São Paulo: Atlas, 2008. Consultado em: 08 de janeiro de 2019.

GREENBLANTT, Stephen. Jane Austen (1775-1817). In: **The Norton Anthology of English Literature** / Stephen Greenblatt (1943), general editor; M.H. Abrams (Meyer Howard, 1912),

founding editor emeritus. – 8th ed. Volume 2. p. cm. New York: W. W. Norton & Company, 2005. Consultado em: 16 de setembro de 2019.

MAGALHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS, Carlos Henrique. et al. **Metodologia da pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/349676862/METODOLOGIA-DA-PESQUISA-UM-GUIA-PRATICO-pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2019. Às 15h 51min.

MANGUEIRA, José Vilian. **Representações do sujeito feminino em O Despertar e Riacho Doce**: um estudo comparativo / José Vilian Mangueira. – João Pessoa, 2012. 230 f. Tese (Doutorado) – UFPB/CCHLA. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: http://www.cchla.ufpb.br/ppgl/wp-content/uploads/2013/06/images_pdf_Vilian.pdf. Acesso em: 29 de junho de 2019. Às 15h e 36min.

MCKEON, Richard. Pride and Prejudice: Thought, Character, Argument, and Plot. In: **Critical Inquiry**. Volume 5. Número 3. (Spring, 1979). Páginas 511 a 527. Consultado em: 02 de fevereiro de 2019.

MEDEIROS, Aldinida. **Entre Ficção e História**: Isabel, A Rainha Santa de Portugal. *Periódicos da UFPB*. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/download/16313/9342>. Acesso em: 07 de agosto de 2019. Às 21h 34min.

MILLETT, Kate. I. One – Instances of Sexual Politics. In: **Sexual Politics**. / Kate Millett. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1970. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xelv0x>. Acesso em: 20 de maio de 2019. Às 15h 43min.

MILLETT, Kate. I. Two – The Theory of Sexual Politics. In: **Sexual Politics**. / Kate Millett. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 1970. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/xelv0x>. Acesso em: 20 de maio de 2019. Às 15h 43min.

MURARO, Rose Marie (1932-2014). **A mulher no terceiro milênio**: uma história através dos tempos e suas perspectivas para o futuro. / Rose Marie Muraro. – 6.^a Tiragem. – Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2000. Consultado em: 27 de agosto de 2019.

NEVES, Flávia. RIBEIRO, Débora. Significado de “*Patriarcalismo*”. In: **DICIO**: Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/patriarcalismo/>. Acesso em: 29 de julho de 2019. Às 20h 01min.

NEVES, Flávia. RIBEIRO, Débora. Significado de “*Sexismo*”. In: **DICIO**: Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexismo/>. Acesso em: 29 de julho de 2019. Às 20h 30min.

NEVES, Flávia. RIBEIRO, Débora. Significado de “*Sexista*”. In: **DICIO**: Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sexista/>. Acesso em: 29 de julho de 2019. Às 19h 34min.

NEWTON, Judith Lowder. Pride and Prejudice: Power, Fantasy, and Subversion in Jane Austen. In: **Feminist Studies**. Vol. 4. Número 1. (February, 1978). Páginas 27 a 42. Consultado em: 31 de janeiro de 2019.

OLIVEIRA, Mariana Amaral. **Orgulho & Preconceito: um estudo da mulher na sociedade da Inglaterra provinciana do século XVIII.** / Mariana Amaral Oliveira. 2015. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2015. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6953>. Acesso em: 20 de julho de 2019.

PACHECO, Mara Regina. SOUZA, Fernandes Ferreira. **A REPRESENTAÇÃO DA VOZ FEMININA NAS PERSONAGENS CENTRAIS DE AUSTEN EM EMMA E ORGULHO E PRECONCEITO.** *Revista Avepalavra*. Revista Digital do Curso de Letras. Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) – Campus de Alto Araguaia. Alto do Araguaia, 2011. Ed. 11. 1.º. Semestre. Disponível em: http://www2.unemat.br/avepalavra/EDI/COES/11/artigos/Jane_Austen_Voz_Feminina.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2019. Às 12 e 15min.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** / Michelle Perrot. Tradução de Denise Bottmann. – 6.ª Reimpressão – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010. Consultado em: 21 de março de 2019.

RODRIGUES, Willian Costa. **Metodologia Científica.** Paracambi, Rio de Janeiro: FAETEC/IST, 2007. Disponível em: http://sinop.unemat.br/site_antigo/prof/foto_p_download/s/fot_8672aula_04_-_william_costa_-_metodologia_cientyfica_pdf.pdf. Acesso em: 29 de janeiro de 2019. Às 14h 37min.

ROSSINI, Tayza Cristina Nogueira. **A Construção do Feminino na Literatura: Representando a Diferença.** *Trem de Letras – Revista do Departamento de Letras da UNIFAL-MG*. Alfenas, 2016. Vol. 01. N.º 03. Disponível em: <https://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/tremdeletras/article/view/459/360>. Acesso em: 26 de julho de 2019. Às 22h 45min.

RYAN, Sally (2003). Biography (Kate Millett, 1934 – 2017). In: **Women and Marxism.** Marxist Internet Archive (MIA), 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/glossary/people/m/i.htm#millett-kate>. Acesso em: 03 de agosto de 2019. Às 22h 09min.

RYAN, Sally (2003). Sexual Politics (Kate Millett – 1968). In: **Women and Marxism.** Marxist Internet Archive (MIA), 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/women/authors/millett-kate/sexual-politics.htm>. Acesso em: 01 de agosto de 2019. Às 21h 32min.

SALES, Adriana dos Santos. **Jane Austen, Escritora Conservadora ou Liberal?** *LiterAusten*. Jane Austen Sociedade do Brasil (JASBRA). Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017. Volume 01, N.º 01. ISSN 2526 9739. Disponível em: <https://janeaustenbrasil.files.wordpress.com/2017/06/volume-01-nc3bamero-01-2017.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2019. Às 23h e 48min.

SANDERS, Andrew. Austen, the ‘Regional Novel’, and Scott. In: **The Short Oxford History of English Literature.** New York: Oxford University Press, 1994. Páginas 368 a 377. Consultado em: 17 de setembro de 2019.

SANTANA, Jaciane dos Santos. **Autoria Feminina? Estudar Para Quê?** *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, 2016. Ano MMXVI. N.º. 000097. Disponível em:

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/autoria_feminina_meu_artigo_0.pdf. Acesso em: 25 de julho de 2019. Às 16h 51min.

SANTOS, Leonice dos. TOFALINI, Luzia Aparecida Berloff. **A Construção da Figura da Mulher na Literatura de Autoria Feminina.** *Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. Cadernos PDE: Artigos.* Maringá, 2016. Volume 1. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_port_uem_leonicedossantos.pdf. Acesso em: 27 de julho de 2019. Às 23h 45min.

SCHWANTES, Cíntia. **Dilemas da Representação Feminina.** *OP SIS - Revista do NIESC – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Culturais. Dossiê Gênero e Cultura.* Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. Catalão/GO, 2006. Vol. 06. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9308/6400>. Acesso em: 28 de junho de 2019. Às 21h 54min.

SILVA, Magda Solange da. **O casamento por amor de Lizzy Bennet:** a heroína que se opôs à ideologia dominante. *Revista de Letras.* Curitiba, 2017. V. 19. N.º 27. ISSN 2179-5282. Páginas 99 a 116. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/3256>. Acesso em: 27 de agosto de 2019.

STEVENS, Cristina. OLIVEIRA, Susane Rodrigues de. et al. **Estudos feministas e de gênero:** articulações e perspectivas [livro eletrônico] / organizadoras Cristina Stevens, Susane Rodrigues de Oliveira e Valeska Zanello. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16349/1/LIVRO_EstudiosFeministasedeGeneroArticula%C3%A7%C3%B5es.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2018. Às 17h 31min.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Os Desafios da Escrita Feminina na História das Mulheres.** *Raído.* Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS, 2016. Vol. 10. N.º 21. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/Raido/article/download/5217/2737>. Acesso em: 15 de junho de 2019. Às 22h 16min.

THOMAS, Steven. Biographical note. In: **Jane Austen (1775-1817).** The University of Adelaide Library. Ebooks Adelaide. Free Books, Online: South Australia, 2016. Disponível em: https://ebooks.adelaide.edu.au/a/austen/jane/?fbclid=IwAR3mQ0EpRDwAP8h3x-IvKPxm2Yvprqd3A_TZ0BShPOF-wfgyCC6m8Kq_y3w. Acesso em: 09 de setembro de 2019. Às 21h 23min.

ZARDINI, Adriana Sales. **O universo feminino nas obras de Jane Austen.** *Em Tese.* Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. v. 17, n. 02. ISSN 1982-0739. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3731/3695>. Acesso em: 10 de agosto de 2019.

ZARDINI, Adriana Sales. **A Identidade Feminina na Obra ‘Orgulho e Preconceito’ de Jane Austen.** *Anais do SILEL.* Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Consultado em: 26 de janeiro de 2019.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica Feminista. In: **Teoria Literária**: abordagens históricas e tendências contemporâneas. / Organização Thomas Bonnici, Lúcia Osana Zolin. 3. ed. rev. e ampl. – Maringá: EDUEM, 2009. Páginas 217 a 242. Consultado em: 22 de janeiro de 2019.

WOOLF, Virgínia (1882-1941). Profissão para as mulheres. In: **Profissão para as Mulheres e outros Artigos Feministas** / Virgínia Woolf; tradução de Denise Bottmann. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2019. Consultado em: 19 de outubro de 2019.